

**UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO**  
**Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco – FCAP**  
**Curso de Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável**

**JOÃO COUTINHO CABRAL DE MELLO NETO**

**CONTANDO HISTÓRIAS:**  
**uma experiência de educação ambiental na Escola do Recife envolvendo**  
**cultura local e desenvolvimento sustentável**

**Recife – PE – Brasil**  
**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**JOÃO COUTINHO CABRAL DE MELLO NETO**

**CONTANDO HISTÓRIAS:  
uma experiência de educação ambiental na Escola do Recife envolvendo  
cultura local e desenvolvimento sustentável**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências da Administração da Universidade de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Neves Dantas

Linha de pesquisa: Formação de Pessoas

**Recife – PE – Brasil  
2009**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Leucio Lemos  
Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco – FCAP/UPE

M527c Mello Neto, João Coutinho Cabral de  
Contando histórias: uma experiência de educação ambiental na  
Escola do Recife envolvendo cultura local e desenvolvimento sustentável  
/ João Coutinho Cabral de Mello; orientador: Sérgio Neves Dantas. –  
Recife, 2009.

111f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento  
Local Sustentável) - Universidade de Pernambuco, Faculdade de Ciências  
da Administração de Pernambuco, Recife, 2009.

1 MEIO AMBIENTE: EDUCAÇÃO 2 AULA-OFICINA 3 CULTURA LOCAL  
4 CONTADORES DE HISTÓRIAS 5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL I  
Dantas, Sérgio Neves (orient.) II Título

CDU 502:37  
Edna Meirelles – CRB-4/1022

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

JOÃO COUTINHO CABRAL DE MELLO NETO

**CONTANDO HISTÓRIAS:  
uma experiência de educação ambiental na Escola do Recife envolvendo  
cultura local e desenvolvimento sustentável**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências da Administração da Universidade de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Neves Dantas

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009

Resultado: \_\_\_\_\_

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

---

Prof. Dr. Luciano da Fonseca Lins (Examinador interno)  
Universidade de Pernambuco –UPE.

---

Profa. Dra. Niédja Maria Galvão Araújo e Oliveira (Examinador Interno)  
Universidade de Pernambuco - UPE.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Osvaldo Cabral de Mello Neto e Nadja D'Amorim Cabral de Mello, pelo estímulo, amor, compreensão e pelos anos de luta e dedicação à educação de seus filhos.

Aos meus avós, Maria das Mercês Pontual D'Amorim (*in memoriam*), Edgar Gonçalves D'Amorim (*in memoriam*), João Coutinho Cabral de Mello (*in memoriam*) e Arlete de Menezes Cabral de Mello pelo amor, carinho e dedicação com seus netos.

À minha esposa, Adineide Cabral, e aos meus filhos, Osvaldo Henrique Cabral e Renata Cabral, pela paciência e estímulo nas horas mais difíceis deste trabalho.

Ao meu cunhado, Carlos Luna Sant'Anna, e aos meus irmãos, Silvana D'Amorim Cabral e Osvaldo D'Amorim Cabral, pela força e estímulo nas horas em que mais precisei.

Ao professor, Doutor Sérgio Neves Dantas, pelo testemunho de seriedade e competência na orientação deste trabalho, e pela conduta amigável, capaz de transformar o formalismo profissional em momentos de agradável convivência.

Ao professor Arandi Maciel Campelo, pela força e incentivo.

Ao professor Fábio Pedrosa e à engenheira Bárbara, pelas informações e ensinamentos relacionados à Educação Ambiental.

Aos professores e colegas do mestrado, pelos incentivos e ensinamentos.

À professora Evódia Gonçalves, diretora da Escola do Recife, pelo apoio incondicional na condução do trabalho desta pesquisa.

À professora Angélica, pela paciência, dinamismo e competência na condução dos trabalhos que contribuíram com a coleta de dados desta pesquisa e com a aula-oficina promovida pelo autor com os alunos da Escola do Recife.

Aos alunos do 8º ano (7ª série) da Escola do Recife e aos narradores das histórias dos bairros.

Aos meus alunos, cuja curiosidade me estimula a continuar na permanente busca do conhecimento.

À Célia Arraes, secretária do mestrado, pelo profissionalismo e dedicação com que realiza seu trabalho.

A todos que, de alguma maneira, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

## **DEPENDE DE NÓS**

**Depende de nós  
Quem já foi ou ainda é criança  
Que acredita ou tem esperança  
Quem faz tudo para um mundo melhor**

**Depende de nós  
Que o circo esteja armado  
Que o palhaço esteja engraçado  
Que o riso esteja no ar  
Sem que a gente precise sonhar**

**Que os ventos cantem nos galhos  
Que as folhas bebam os orvalhos  
Que o sol descortine as manhãs**

**Depende de nós  
Se esse mundo ainda tem jeito  
Apesar do que o homem tem feito  
Se a vida sobreviverá  
(Ivan Lins e Victor Martins)**

## RESUMO

Este trabalho descreve uma experiência de Educação Ambiental envolvendo a cultura local e o desenvolvimento sustentável por meio dos expedientes da narrativa oral e aula-oficina. Além de registros bibliográficos e documentais habituais, contou-se com material coletado por alunos do 8º ano (Escola do Recife da Universidade de Pernambuco) junto a contadores de histórias (moradores antigos) dos seguintes bairros do Recife: Madalena, Jardim São Paulo, Boa Viagem, Afogados, Casa Forte e Imbiribeira. As atividades desenvolvidas com os alunos a partir dessas histórias ouvidas e recontadas em oficina, seguida do debate com eles e outros professores, revelaram-se profícua experiência de educação ambiental: um fomento ao desenvolvimento sustentável mediante exercício de cidadania e de consciência crítica.

**Palavras-chave: Educação Ambiental, Aula-Oficina, Cultura Local, Contadores de histórias, Desenvolvimento Sustentável.**

## **ABSTRACT**

This work describes an experience of Environmental Education wrapping to local culture and the sustainable development through the means of the oral narrative and classroom-workshop. Besides usual bibliographical and documentary registers, one disposed of material collected by pupils of the 8th year (School of the Recife of the University of Pernambuco) near story-tellers (ancient residents) of the next districts of Recife: Madalena, Jardim São Paulo, Boa Viagem, Afogados, Casa Forte and Imbiribeira. The activities developed with the pupils from these histories heard and recounted in workshop resulted from the discussion with them and other teachers, useful experience of environmental education was revealed: an incitement to the sustainable development by means of exercise of citizenship and of critical conscience.

**Key words: Environmental education, Classroom Workshop, Local Culture, Story-tellers, Sustainable Development.**

## **Lista de Ilustrações**

Figura 1: Mapa do Rio Capibaribe (p.48)

Figura 2: Casario da Rua da Aurora, bairro do Recife (p.49)

Figura 3: Dançarinos de Frevo (p.51)

Figura 4: O Galo da Madrugada (p.52)

Figura 5: Ciranda em Itamaracá no litoral norte (p.53)

Figura 6: Noite dos Tambores Silenciosos (p.54)

Figura 7: forró pé-de-serra (p.55)

Figura 8: Bolo Souza Leão (p.56)

Figura 9: Comidas de milho (p.56)

Figura 10: O autor e o grupo que relatou as histórias da Madalena (p. 65).

Figura 11: Mapa da Madalena (p. 67).

Figura 12: O autor e o grupo que relatou as histórias de Jardim São Paulo (p. 67).

Figura 13: Mapa de Jardim São Paulo (p. 68).

Figura 14: O autor e o grupo que relatou as histórias de Boa Viagem (p. 69).

Figura 15: mapa de boa Viagem (p. 70).

Figura 16: O autor e o grupo que relatou as histórias de Casa Forte (p. 71).

Figura 17: mapa de Casa Forte (p. 72).

Figura 18: O autor e o grupo que relatou as histórias de Afogados (p. 74).

Figura 19: mapa de Afogados (p. 74).

Figura 20: O autor e o grupo que relatou as histórias da Imbiribeira (p. 76)

Figura 21: mapa da Imbiribeira (p. 77)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 - OS CAMINHOS QUE FUNDAMENTARAM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>16</b>
1.1 A Educação Ambiental no Mundo .....	16
1.2 A Educação Ambiental no Brasil.....	22
1.3 A Educação Ambiental em Pernambuco .....	29
<b>2 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA .....</b>	<b>33</b>
2.1 Educação Ambiental como Estratégia para Mudanças de Atitudes .....	33
2.2 Educação Ambiental como Estratégia para a Sustentabilidade Cultural.....	41
<b>3- MEMÓRIA E TRADIÇÃO: O PAPEL DO CONTADOR DE HISTÓRIAS .....</b>	<b>58</b>
3.1 Memória e olhares Sobre o Recife: Refazendo o passado através dos aspectos culturais dos bairros .....	64
3.1.1 <i>O bairro da Madalena e as Histórias de Dona Carmem e Seu Albares: (...) “Ouvíamos o Canto dos Passarinhos e Hoje Ouvimos a Poluição Sonora dos Carros e dos Alarmes” .....</i>	<i>64</i>
3.1.2 <i>As Histórias de Dona Terezinha sobre Jardim São Paulo: “O Clima Era Muito Bom, Meio Frio, Dava até para Ver Névoa...”.....</i>	<i>67</i>
3.1.3 <i>Boa Viagem, na narrativa de Sr. Eça de Queiroz (...) “Com a Construção de Vários Prédios ao Redor do Manguezal, os Guaxinins e Caranguejos Sumiram” .....</i>	<i>69</i>

3.1.4 <i>As Histórias de Seu Pedro sobre Casa Forte “Se Pudessem, Derrubaria Todos os Prédios, Plantaria as Árvores que Tinham Sido Derrubadas e Criaria Áreas de Lazer e Parques”</i> .....	71
3.1.5 <i>O bairro de Afogados pelas Histórias de Seu José Antônio da Silva: (...) “A Notícia da Instalação da Fábrica Alimonda Irmãos Gerou muita Insatisfação da População Local”</i> .....	73
3.1.6 <i>As Histórias de Dona Ivone em Imbiribeira: (...) “As Mulheres Tinham o Direito de Serem Acompanhadas até o Bebê Completar Sete Meses, Hoje em Dia, até para Fazer o Pré-Natal é Difícil”</i> .....	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>83</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>90</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema central os aspectos da cultura local como instrumento de Educação ambiental na Escola do Recife, unidade integrante da Universidade de Pernambuco.

A educação ambiental, com a cultura e o desenvolvimento sustentável, constituiu-se o objeto empírico e teórico desta pesquisa. Em particular, foram adotados recursos teórico-metodológicos característicos do campo da memória narrativa oral, como prática de educação ambiental.

A escolha da “Escola do Recife” como universo empírico desta pesquisa deu-se em função do envolvimento profissional e pessoal do autor com essa escola. Foi nela que o autor iniciou a vida de magistério e, lecionando de 1997 a 2004, fez muitas amizades, entre alunos, professores e funcionários.

O interesse do autor por educação ambiental (EA) teve início no colégio Marista São Luís, período em que orientava os alunos em relação a projetos cujos temas estavam ligados à EA, para que eles desenvolvessem e apresentassem no CONIC – Congresso de Iniciação Científica que é realizado no final do ano letivo. Desde então, começou a pesquisar, na internet e em livros, temas relacionados à EA.

Quando surgiu a oportunidade de fazer este mestrado, houve um aprofundamento nas pesquisas e maior dedicação à EA, por acreditar ser esta fundamental em processos de promoção do Desenvolvimento Local Sustentável.

Com efeito, a EA comprometida com a transformação de valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a preservação do meio ambiente, considerando-o na sua totalidade, envolvendo os aspectos humanos, econômicos, sociais e culturais, é a educação afinada com o novo modelo de desenvolvimento que é o “Desenvolvimento Sustentável”, ou seja, aquele que atende às necessidades dos presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras em atender as suas. Entende-se por “necessidades”, o desenvolvimento econômico aliado ao desenvolvimento social, cultural e humano inerentes à preservação do meio natural.

A abordagem da pesquisa centrada na dimensão cultural foi motivada inicialmente pela necessidade de instigar junto aos jovens a identidade cultural local.

Partiu-se da consideração, por meio da experiência pedagógica acumulada no Colégio Marista São Luís e Escola do Recife, de que os jovens, de uma maneira geral, estão perdendo suas raízes culturais, atraídos por fascínios e projetos fugazes, característicos dos tempos modernos, e estão substituindo a nossa cultura, seja no aspecto musical, culinária, festas, costumes, etc., pela cultura de outras regiões, estados, países, enfim.

Em face dessa desvalorização cultural local, nosso exercício de cidadania dá-se tendenciosamente através de perspectivas estrangeiras, abstendo-se da interlocução mais efetiva e ampla com a diversidade de manifestações do universo cultural enraizado em nossa própria experiência local. Não se trata, entretanto, de uma afirmação puramente etnocêntrica, ou de aversão ao estrangeiro, ou ainda, afastada de uma premente demanda que valoriza o diálogo intercultural, num mundo globalizado. Mas tomamos por base o entendimento de que só é possível aprender e conviver com outras culturas, a partir da consciência e maturação de nossas próprias referências socioculturais e históricas.

Nosso patrimônio histórico e o passado cultural têm sido esquecidos. Nesse sentido, é fundamental reviver e repensar o passado. Com frequência ouvimos falar que “o povo tem memória curta”. A história de um povo de uma região ou cidade, não pode ser esquecida. “Povo que não tem raízes culturais, tradições e conhecimentos preservados do passado produzem um presente confuso e um futuro duvidoso” (DIAS, 2006. p. 165).

Berry sinaliza nessa mesma direção: “Devemos começar a reabitar os nossos lugares, com amor, conhecimento, habilidade e reverência e, nesse processo, restaurar o contexto da nossa história, da nossa cultura, ou seja, da nossa vida”. (BERRY *apud* CAPRA, 2006. p. 124).

A informação sobre a história e a cultura local deve fazer parte do conhecimento de cada cidadão local; da mesma forma, a preservação dos bens, das expressões e das iniciativas da cultura devem estar asseguradas e a qualificação e vitalidade criativas devem ser estimuladas.

Não há Desenvolvimento Sustentável em um território, a partir da cultura, se a informação sobre a história e a cultura local não for de conhecimento do seu povo, se a preservação dos bens, das expressões e das iniciativas da cultura não estiver garantida e se a criatividade, afetividade e pertencimento não estiverem sendo estimulados.

A experiência docente com os jovens das escolas mencionadas trouxe a constatação de que, a despeito da existência de políticas públicas e ações direcionadas à preservação do patrimônio histórico-cultural, tal patrimônio não é vivido como parte do cotidiano daqueles jovens.

Sendo assim, surgiram os seguintes questionamentos: de que forma é possível contribuir para a valorização de aspectos socioculturais locais na formação educacional dos jovens? De que forma a valorização de aspectos socioculturais locais pode acarretar, em termos de estímulos, a sensibilidade ecológica e a cidadania? De que forma pode-se fomentar/promover uma prática de Educação Ambiental centrada na realidade local, através dos aspectos socioculturais locais, aprofundando-os em temas ligados ao Desenvolvimento Sustentável, no sentido de uma real valorização do patrimônio histórico-cultural do Recife e de promoção da qualidade de vida por meio do fomento à memória cultural?

A partir dessas questões, buscou-se desenvolver este trabalho baseado no seguinte objetivo geral: contribuir na formação educacional dos jovens estudantes, visando o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), por meio do estímulo à consciência ecológica e à cidadania, a partir da valorização de aspectos socioculturais locais.

Para dar conta do objetivo geral, foram determinados os seguintes objetivos específicos: elaborar uma prática de educação ambiental, tendo por estudo de caso o contexto de uma escola pública do Recife (Escola do Recife), considerando, estrategicamente, aspectos socioculturais locais como instrumentos didáticos em benefício do DLS. Além disto, trabalhar com esses instrumentos didáticos apoiados na cultura como força de ação social, canalizando-os para temas ligados ao desenvolvimento local sustentável: a preservação do patrimônio histórico-cultural do Recife e a promoção da qualidade de vida por meio do fomento à memória cultural. Para isso optou-se pelo recurso à memória coletiva por meio de um trabalho didático, envolvendo contadores de histórias nos bairros do Recife, o que será detalhado à frente.

Vale à pena salientar que, essencialmente, esta pesquisa foi de caráter qualitativo com ênfase etnográfica participante, pois o autor esteve inserido no contexto e na perspectiva de condução da pesquisa.

O local escolhido para realização deste trabalho foi a Escola do Recife, que integra o sistema educacional da Universidade do Estado de Pernambuco (UPE),

localizada na Avenida Sport Clube do Recife nº 252, Bairro da Ilha do Leite, no prédio da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, Recife, Pernambuco. A escola funciona no turno da Tarde e oferece do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio. O trabalho foi feito com os alunos do 8º ano, na faixa de 13 anos.

Foi desenvolvida uma atividade na forma de oficinas com os alunos do 8º ano (antiga 7ª série), num programa de extensão cultural em parceria com o núcleo de gestão ambiental (NGA) da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco. Como está colocado mais à frente, o trabalho com as oficinas, seguidas de debate e reflexão, constituiu-se o elemento chave na pesquisa, enquanto instância de coleta de dados.

Nesse sentido, o trabalho se deu através das seguintes etapas:

a) Esclarecimento inicial ao grupo sobre o duplo propósito da oficina, seja no âmbito de suas formações como instância prática de aprendizado que envolve EA, cultura local e desenvolvimento sustentável, seja como parte presente da pesquisa de mestrado. Nota-se o valor de suas contribuições enquanto dados agregados da história oral e das reflexões que dela procederam.

b) Apresentação do tema aos alunos, objetivos da pesquisa e de como seriam desenvolvidas as aulas-oficina, para que eles pudessem tomar parte nelas e, por conseqüência, despertar o interesse para o trabalho. Antes das oficinas, uma imersão – apresentação de dados do patrimônio histórico cultural (Apêndices e item 2.2) para os alunos, como forma de estudo/pesquisa e estímulo para a etapa de coleta de dados conforme se vê a seguir.

c) A turma foi dividida em 6 grupos e cada grupo visitou uma localidade de um bairro de referencial histórico do Recife (p.64). Cada grupo escolheu uma ou mais pessoas que ali vivem há mais tempo, no sentido de coletar sua(s) história(s).

Pediu-se aos alunos que solicitassem aos narradores de histórias que falassem como era o bairro no passado; como era o clima, o tamanho da população, a vegetação, os animais que existiam (se existiam), enfatizando os costumes, as festas, as tradições, como eram os meios de transporte, a educação, o atendimento à saúde, a prática de esportes (se havia). Havia violência? Havia Poluição? Procuraram também saber dessa(s) pessoa(s) do que mais sente(m) falta, como gostariam que fosse a cidade hoje.

d) Cada grupo apresentou sua história para a turma. A idéia foi gerar aprendizado na forma de um debate e auto-reflexão, considerando-se as seguintes questões de partida: o desenvolvimento trouxe melhorias para o lugar? Quais? O desenvolvimento trouxe o quê, de bom ou ruim? Nesse estágio, discutiu-se a idéia de Desenvolvimento Sustentável na sua relação com a tradição cultural.

Após esse momento com os alunos, foi apresentada ao corpo docente e à direção da escola uma proposta interdisciplinar com as seguintes linhas de ação pedagógica:

a) Estudar um centro histórico, um parque ou meio natural para que possa ser o ponto de partida. Daí, elaborar mapas e plantas de edificações e comparar com mapas antigos.

b) Analisar os registros populacionais de uma determinada localidade é outro recurso a explorar, tendo por base a evidência histórico/cultural. Identificar os recursos e características que dão o caráter especial de uma localidade ou região e discutir as alternativas para sua preservação. Os objetos e monumentos do passado são a evidência concreta da continuidade e da mudança dos processos culturais.

A dissertação está dividida em três capítulos. Tendo em vista o caráter central da Educação Ambiental, neste trabalho dedicou-se todo o capítulo 1, “Os Caminhos que Fundamentaram a Educação Ambiental”, a mostrar a evolução da Educação Ambiental no Mundo, no Brasil e em Pernambuco.

No segundo capítulo, “A educação ambiental na escola”, apresenta-se a perspectiva da EA na escola, mostrando sua importância e a forma de ser utilizada como estratégia, propendendo à mudança de atitudes, tais como o exercício pleno da cidadania e estímulo à consciência ecológica. Além disto, visa à sustentabilidade cultural através dos aspectos da cultura local.

O terceiro capítulo, “Memória e Tradição: O papel do contador de histórias”, apresenta a importância dos contadores de história na promoção: da identidade cultural e do desenvolvimento sustentável, bem como também apresenta a análise das histórias dos bairros do Recife, apresentadas pelos alunos em oficina (p.13). Trata-se da apresentação do material coletado pelos alunos junto aos moradores antigos, pondo em xeque o Desenvolvimento Local Sustentável.

Nas Considerações Finais, tecem-se algumas considerações acerca da condição de pesquisador, e também, algumas considerações sobre a pesquisa.

## 1 - OS CAMINHOS QUE FUNDAMENTARAM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### 1.1 A Educação Ambiental No Mundo

Cerca de 10 mil anos antes de Cristo, a revolução agrícola já provocava impactos na natureza, pelas derrubadas das florestas. A partir daí, o Homem ouviu falar na destruição da fauna e da flora, poluição do ar pelas queimadas, poluição do solo, excesso de matéria orgânica e erosão (DIAS, 2004).

A sociedade europeia, no final do século XVII, passou por várias transformações. Surge, assim, o Iluminismo, que tinha como ideias básicas a liberdade e o progresso. Esse conjunto de ideias contraria uma classe em ascensão: a burguesia, que sai vencedora ao derrotar o mercantilismo, o estado absolutista e solidifica uma nova ordem: o capitalismo. A Revolução Industrial é a marca do capitalismo que, ao modificar o sistema de produção, consegue aumentar a margem de lucro do capitalista, promovendo uma enorme poluição do ar, dos rios, do solo, etc. Esta revolução foi o ponto de partida para toda a problemática vivenciada nos dias de hoje. Ao longo dos três últimos séculos, o malefício que o capitalismo trouxe para o meio ambiente era justificado pela possibilidade do progresso humano. As novas tecnologias permitiram avanços em várias áreas. No entanto, a partir dos anos sessenta do século XX, esse progresso começou a ser questionado (BRAICK, 2007, p. 322-325).

No início da década de 60, o livro “Primavera Silenciosa”, da jornalista e bióloga Rachel Carson, publicado em 1962, constituiu-se um marco da literatura que tratava de questões ambientais. Reunia uma série de narrativas sobre catástrofes ambientais que estavam acontecendo em várias partes do mundo, mas ainda não se falava em EA. Rachel *apud* Dias (2004, p.74) alertava a sociedade internacional para o problema e citava o modelo de desenvolvimento “econômico” como o grande vilão. Rios mortos, o ar das cidades cada vez mais contaminado pela poluição, destruição de florestas, águas contaminadas, solos envenenados por biocidas, catástrofes mundiais, enfim, já naquela época um quadro devastador. Pouco depois da obra da jornalista norte-americana, o francês Jean Dorst lançou outro livro, na Europa, intitulado "Antes que a Natureza Morra". Foi mais um forte grito de alerta. O

historiador Pascal Acot (1990) *apud* Dias (2004, p.78) revela uma curiosidade a respeito desta publicação: ela é de 1965, mas a repercussão maior só ocorreu dois anos mais tarde, quando se divulgou uma nova catástrofe ecológica: O naufrágio do petroleiro Torrey Canyon contaminou uma grande faixa litorânea, trazendo inúmeras conseqüências ecológicas. Tudo devido à obsessão pelo poder e à busca exacerbada do lucro (DIAS, 2004, p.78).

De acordo com Leff (2006, p. 62):

A problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem é alheia a interesses econômicos e sociais. Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica a curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais. Este processo gerou, assim, efeitos econômicos, ecológicos e culturais desiguais sobre diferentes regiões, populações, classes e grupos sociais, bem como perspectivas diferenciadas de análises.

Diante de tantas catástrofes, em 1965, na Inglaterra, na conferência de Educação da universidade de Keele, falou-se pela primeira vez no rótulo Educação Ambiental, com a recomendação que esta deveria se tornar a educação para a cidadania, onde todos os cidadãos deveriam, a partir da EA, construir uma consciência crítica para a solução dos problemas citados. Para Dias (2004, p.78), os participantes do evento ainda definiam EA como: “Conservação ou ecologia aplicada, e o veículo seria a Biologia”. Vale lembrar que, no mesmo ano de 1965, Albert Schweitzer, um dos lutadores pela ética ambiental, foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz. Em 1968, mais uma vez na Inglaterra, foi criado o Conselho para Educação Ambiental, do qual mais de cinquenta organizações participaram com olhos voltados para temas relacionados à educação e ao meio ambiente. Além disso, pelo menos mais seis países europeus (Dinamarca, Finlândia, França, Islândia, Noruega e Suécia) discutiram a respeito da iniciação da educação ambiental no currículo escolar (GUIMARÃES, 1995, p. 33).

De acordo com este autor, a maior novidade do ano neste setor foi a forma pela qual a educação ambiental passou a ser analisada: a UNESCO - Organização das nações unidas para a educação, à ciência e à cultura realizou um estudo de casos sobre o meio ambiente e a escola com setenta e nove de seus países-membros. Por este estudo, ficou definido que: “A Educação Ambiental não deveria tornar-se uma disciplina específica no currículo das escolas, tendo em vista sua

complexidade e a interdisciplinaridade”. Quando nos referimos à complexidade do meio ambiente é porque este não se constitui apenas como o meio natural, mas compreende também a relação com outros aspectos: sociais, culturais, econômicos, etc. De tantos encontros promovidos pela Organização das Nações Unidas - ONU, em 1972, na cidade de Estocolmo, uma grande conferência sobre o ambiente Humano reuniria representantes de 113 países e se transformaria no marco histórico decisivo na busca de soluções para os problemas ambientais (DIAS, 2004, p. 36).

Nesta conferência, ficou decidido que mudanças radicais deveriam ser introduzidas nos modelos de desenvolvimento, nos hábitos e comportamentos dos cidadãos e da sociedade. Chegou-se à conclusão que esses objetivos só seriam alcançados através da educação. Mas a educação, na época, com características rígidas e opressoras, não seria capaz de promover as mudanças desejadas. Reconheceu-se então que era necessário mudar a educação. Estabeleceu-se um plano de ação mundial, recomendando que se devesse estabelecer um programa internacional de EA. A partir daí, a EA passou a ser considerada um campo de ação pedagógica, adquirindo relevância e validade internacionais (DIAS, 2004, p. 36).

Um desafio foi lançado em Estocolmo: seria necessário um esforço internacional para se definir em bases conceituais o que seria a EA. Isso foi feito em encontros sub-regionais, regionais, nacionais e internacionais sucessivos, gerando documentos que estabeleceriam seus objetivos, princípios, finalidades e recomendações (DIAS, 2004, p. 37).

Em 1975, a UNESCO, promoveu em Belgrado, Iugoslávia, o seminário Internacional sobre EA, reunindo especialistas de 65 países. A discussão sobre terríveis desigualdades entre os países do Norte e do Sul influenciou na elaboração da carta de Belgrado, na qual estão explicitadas as metas e os objetivos da EA, onde o princípio básico é a atenção com o meio natural, considerando os fatores ecológicos, políticos, sociais, culturais e éticos (GUIMARÃES, 1995, P.38).

A carta de Belgrado determina:

A EA deve ser contínua, multidisciplinar, integrada dentro das diferenças regionais, voltada para os interesses nacionais e centrada no questionamento sobre o tipo de desenvolvimento. Tem como meta prioritária a formação nos indivíduos de uma consciência coletiva, capaz de discernir a importância ambiental na preservação da espécie humana e, sobretudo, estimular um comportamento cooperativo nos diferentes níveis das relações inter e intranações (GUIMARÃES, 1995, P.38).

Em 1976, em Chosica (Peru) e Bogotá (Colômbia), realizaram-se reuniões na esfera da América Latina. Em Chosica, a EA foi mencionada como um agente fortalecedor e catalisador dos processos de transformação social (GUIMARÃES, 1995, P.38).

Em Bogotá (1976), definiu-se a EA como:

O instrumento de tomada de consciência do fenômeno do subdesenvolvimento e de suas implicações ambientais que tem a responsabilidade de promover estudos e de criar condições para enfrentar esta problemática eficazmente (GUIMARÃES, 1995, P.38).

No entanto, vale salientar que não é só o subdesenvolvimento, mas também o consumo desenfreado e a busca exorbitante do lucro dos países desenvolvidos que acarretam problemas ambientais.

Em 1977, a ONU, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), organiza a I grande conferência Intergovernamental sobre Educação para o ambiente, em Tbilisi – Geórgia (ex-URSS). Nessa conferência foram definidas de forma mais sistemática e com uma abrangência mundial as diretrizes, as conceituações e os procedimentos para a EA, Ressaltando que a EA é um elemento essencial para uma educação global, orientada para resolução de problemas, em favor do bem estar humano (GUEDES, 2006, p. 49).

A partir desta conferência, considerada até hoje como o ponto máximo do programa internacional de EA, cresceu a divulgação de informações por meio de livros, filmes e outros meios de comunicação. Nela, a Educação Ambiental foi definida como:

Uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo da coletividade (GUEDES, 2006, P.49).

Em relação a esse conceito, observa-se que a EA deve tornar-se uma prática interdisciplinar, orientada: para a prevenção e resolução de questões que envolvam os aspectos naturais e os aspectos produzidos pelo próprio Homem (GUEDES, 2006, p. 50).

Dez anos após esta conferência, a UNESCO organizou em Moscou (Rússia) a II Conferência Mundial para tratar de EA. Nesta conferência concordou-se que a EA deveria, simultaneamente, preocupar-se com:

A promoção da conscientização, transmissão de informações, desenvolvimento de hábitos e habilidades, promoção de valores, estabelecimento de critérios para a resolução de problemas e tomada de decisões (DIAS, 2004, p. 140).

Portanto, a EA tem como objetivo modificar comportamentos nos campos cognitivos e afetivos. Foi elaborado um documento que enfatiza a necessidade de atender prioritariamente à formação de recursos humanos nas áreas formais e não formais da EA e na inclusão da temática ambiental nos currículos de todos os níveis de ensino.

Em 1992, realiza-se no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho, a conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) com a participação de mais de 170 países, secretariada pelo canadense Maurice Strong, o mesmo da Conferência de Estocolmo A Rio-92 como ficou conhecida, teve como objetivos (DIAS, 2004, p. 37):

1. Examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas desde a Conferência de Estocolmo;
2. Identificar estratégias regionais e globais para ações relacionadas às principais questões ambientais;
3. Recomendar medidas a serem tomadas, nacional e internacionalmente, referentes à proteção ambiental através de política de desenvolvimento sustentado;
4. Promover o aprimoramento da legislação ambiental internacional;
5. Examinar estratégias de promoção do Desenvolvimento Sustentável e da erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento, entre outros.

Durante este encontro, foi elaborada a Agenda do século XXI (Agenda 21), que consiste num plano de ação para a sustentabilidade humana. A agenda 21 possui quarenta capítulos que tratam de dimensões econômicas e sociais, conservação e manejo de recursos naturais, fortalecimento da comunidade e meios de implementação. Além da Agenda 21, outros acordos foram discutidos, aprovados e assinados pelos países participantes do referido Evento: A declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento; A declaração sobre as Florestas; A convenção sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica (DIAS, 2004, p. 37).

Na Rio-92, a EA foi definida como uma educação crítica da realidade, cujos objetivos são: fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretizando-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres e de se converter, portanto, em ator corresponsável

na defesa da qualidade de vida; estabelecer uma educação que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal (na escola) e não formal (fora da escola) (DIAS, 2004, p.37).

Assim, a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social capaz de transformar valores e atitudes, construindo novos hábitos e conhecimentos, defendendo uma nova ética, que sensibiliza e conscientiza na formação da relação integrada ser humano/sociedade/natureza, aspirando ao equilíbrio local e global, como forma de melhorar a qualidade de todos os níveis de vida.

Em 2002, é realizado em Johannesburgo (África do Sul) o encontro mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável para avaliar as metas atingidas após a Rio-92. Esse evento ficou conhecido como Rio + 10. Nesse encontro, representantes dos países pobres e ricos estiveram presentes à Conferência, a fim de discutirem sobre questões importantes para o futuro da humanidade no planeta Terra. Os resultados foram desanimadores; pouco se avançou em relação aos objetivos traçados no Rio de Janeiro. O previsível aconteceu: depois de duas semanas de negociações, cochavos, avanços e recuos, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10) terminou em Johannesburgo sem plano algum para salvar o planeta e com acordos tidos por ONGs como "vergonhosos" (SATO, 2002).

Nesses 10 anos que passaram da Rio-92 para Johannesburgo-2002, pouco se fez em relação à EA e a agenda 21 mal saiu do papel.

(...) Se há dez anos atrás tínhamos um capítulo somente para a educação (capítulo 36) e transversalizada em todos os demais, hoje ela aparece timidamente em alguns itens relacionados com a dimensão social. Aliás, observaríamos que a palavra "educação" a quinta mais citada na agenda 21, tem pouca ressonância no interior dos debates atuais, vindo pasteurizada nas proposições das novas agendas, da proteção dos sistemas naturais, da informação ambiental, da prosperidade, das políticas ecológicas e da equidade social (SATO, 2002).

Enquanto os chefes de Estado presentes à cúpula pediam em seus discursos metas e prazos para a implementação da Agenda 21, seus negociadores produziam um plano de ação sugerindo justamente o contrário: não assumir compromissos muito definidos a longo prazo:

(...) a civilização, tal como hoje a conhecemos, com sua história e mitologia próprias, é ainda mais muda que a própria natureza que pretende interpretar, é ainda mais cega e elementar que as forças que ela pretende

controlar. Esta civilização vive na oposição permanente com tudo que a rodeia e até consigo própria. As suas cidades anormais e desventradas, as suas terras mortas, seu ar envenenado, o seu espírito mercantil e estreito são o repertório cotidiano da sua imoralidade e da sua indiferença (BOOKCHIN *apud* WALDMAN, 2006, p. 192).

## 1.2 A Educação Ambiental no Brasil

Chegamos aos anos 70 em ritmo de "milagre econômico". Contrariando as tendências internacionais de proteção ao meio ambiente, o regime militar deu sustentação para o crescimento econômico a qualquer custo, sem nenhuma preocupação ambiental. Isto abrangia alguns megaprojetos, como a Usina Nuclear de Angra, no Estado do Rio, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a Transamazônica e o Projeto Carajás, na Amazônia. Em resposta, o Brasil recebeu várias críticas, do Exterior. O governo Federal manteve-se na defensiva, alegando que estas críticas seriam uma forma de conspiração das nações desenvolvidas para impedir o crescimento do país (BRASIL, 1997a).

Mesmo mantendo esta posição defensiva, em 1972 o Brasil mandou uma delegação oficial a Estocolmo, para a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano. Enquanto isso, de acordo com o relato do biólogo e professor Paulo Nogueira Neto, o governo estadual goiano lançava uma campanha, na mídia, para atrair indústrias, mesmo que poluentes, com imagens de chaminés soltando fumaça e o título: "Traga sua poluição para Goiás", o que suscitou ainda mais protestos internacionais. Mas, no fim da Conferência de Estocolmo, o Brasil assinou, sem restrições, a Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente Humano (DIAS, 2004, p. 80).

No ano seguinte, a Presidência da República criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), dentro do Ministério do Interior, convidando o professor Nogueira Neto para comandá-la. Foi o primeiro órgão nacional do meio ambiente. Entre as atribuições, havia o controle da poluição e a educação ambiental (DIAS, 2004, p.80).

Com "um título muito importante, mas só duas salas e cinco funcionários", Nogueira Neto começou um período à frente da SEMA, que duraria treze anos, marcados por maravilhosas conquistas, como o desenvolvimento de normas e leis

na área ambiental e a instalação de inúmeras Estações Ecológicas, iniciadas pelos dois extremos do país. A primeira foi a Estação Ecológica do Taim, no Rio Grande do Sul, e a segunda, a de Uriracuera, em Roraima. Nogueira definiu uma estratégia fundamentada no bom relacionamento com a mídia. Ele sabia que o tema contava com a simpatia da imprensa que, por sua vez, tinha limitações para cobrir outros assuntos, devido à censura política (DIAS, 2004, p.80).

Outro caminho adotado pelo titular da SEMA foi tentar "somar recursos", propondo parceria com os demais órgãos de governo. Assim, para a área de Educação Ambiental, estabeleceu contato com o então Ministério da Educação e da Cultura, o que resultou na definição de que "Educação Ambiental" poderia constar no currículo, mas não como matéria, o que Nogueira-Neto traduziu como uma "atitude compreensiva, não extrusiva" (BRASIL, 1997a).

A jornalista Regina Gualda, que desde 1973 assumira a chefia da Divisão de Divulgação da Educação Ambiental da SEMA (sendo, no início, a única funcionária do setor), completa as informações de Nogueira-Neto, com a ideia de outros contatos, realizados junto à UNESCO e embaixadas, para se cientificar sobre o que existia na área ambiental fora do Brasil, e também sobre recursos disponíveis para atuar no setor. Segundo ela, a Educação Ambiental foi assim entendida pela equipe da Secretaria:

Um instrumento para levar os diversos atores da sociedade a um entendimento e à percepção de que o ser humano é parte do meio ambiente, sendo importante criar atitudes adequadas com a natureza. Portanto, isto compreenderia também a educação formal e a informal, realizada através de campanhas e outros meios (BRASIL, 1997a).

Em 1975, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional sobre Proteção e Melhoria do Meio Ambiente, promovido pelo governo federal, que trouxe até convidados estrangeiros (BRASIL, 1997a).

Em 1976, a SEMA assinou um convênio inédito com a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Universidade de Brasília, para implementar o primeiro Curso de Extensão para Professores do 1º Grau (hoje ensino fundamental), em que mais do que treinar os professores, a proposta era reformular o currículo nas escolas do Distrito Federal na esfera das ciências físicas e biológicas, com a introdução da temática ambiental, num enfoque que priorizava o indivíduo e o meio ambiente (BRASIL, 1997a).

O professor Antonio José Rocha, da equipe que desenvolveu o Curso de Extensão, conseguiu treinar três mil professores, os quais receberam o treinamento em quatro módulos. O sucesso do trabalho inspirou o Projeto Ceilândia, iniciado em 1977 nessa cidade-satélite de Brasília. Na primeira proposta, esse projeto baseava-se nos NIPS, isto é, uma metodologia centrada na visão de Paulo Freire, em que se trabalham as Necessidades, Interesses e Problemas da comunidade. O projeto foi dissolvido em 1981, já distanciado do plano inicial (BRASIL, 1997a).

Em abril de 1981, foi promulgada a lei 6902, que estabeleceu novos tipos de área de preservação ambiental, entre as quais as Estações ecológicas destinadas à realização de pesquisas e à EA. Quatro meses depois, em agosto de 1981, promulgou-se a primeira lei que coloca a EA como um instrumento para ajudar a solucionar os problemas ambientais. É a mais importante lei ambiental do Brasil, que institui a "Política Nacional do Meio Ambiente" (Lei Federal nº 6.938/81).

Em relação à EA, o texto já impõe que ela seja oferecida em todos os níveis de ensino. Mas há outras definições que precisam ser conhecidas por quem atua na área ambiental, como, por exemplo, a definição do Sistema Nacional do Meio Ambiente, e a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, um órgão com poder para propor normas ambientais, com força de lei (BRASIL, 1997a).

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente gerou mais debates para definir qual educação ambiental adotar nas escolas. O professor José Maria de Almeida Júnior foi um dos que já defendiam que a educação ambiental nunca se tornasse uma disciplina formal, por se tratar de uma "qualificação da educação, que lida com valores". Junto com ele havia entidades de peso, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e o Núcleo de Estudos Ambientais da Universidade de Brasília. Mas a outra tendência que lutava pela transformação da Educação Ambiental em disciplina com conteúdo determinado também era forte e tinha representantes inclusive dentro do MEC (BRASIL, 1997a).

Em 1984, o CONAMA propôs o debate de uma proposta de diretrizes para a ação neste setor. Nesse sentido, em 1985, a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) produziu um documento que avaliava o desenvolvimento da Educação Ambiental do país em três níveis: formação de quadros técnicos, educação formal e educação da comunidade (BRASIL, 1997a).

O diagnóstico foi pessimista: a Secretaria reconheceu que esta linha de trabalho foi a que menos se desenvolveu devido ao baixo nível de prioridade atribuída à Educação Ambiental, à ausência até há pouco tempo de uma conceituação consistente de Educação Ambiental, no que se refere ao seu conteúdo e importância no contexto geral do desenvolvimento do País, e à indefinição de uma estratégia operativa, ou seja, na forma de articulação entre as distintas esferas de governo, com vistas à concepção de programas e projetos na área. Dessa forma, o tema acabou sendo retirado da pauta desse Conselho Nacional (BRASIL, 1997a).

Em 1986, a SEMA organizou em Brasília o primeiro da série de seminários "Universidade e Meio Ambiente", que se repetiram em 1987, 1988, 1990 e 1992. No evento de 1986, apresentou-se um levantamento junto a 21 universidades públicas sobre cursos que introduzem a temática ambiental (BRASIL 1997a).

Em 1987, pouco antes da reunião de Moscou, o antigo Conselho Federal de Educação (órgão de formulação da política educacional) aprovou o Parecer 226/87, constituindo mais um documento de grande valor na história da EA. Nele, ficou ressaltada a urgência da introdução da Educação Ambiental, propondo-se que fosse iniciada "a partir da escola, numa perspectiva interdisciplinar, levando à população posicionamento em relação a fenômenos ou circunstâncias do ambiente". Além disso, o parecer sugeriu a criação de Centros de Educação Ambiental nos Estados, para atuarem como pólos irradiadores (BRASIL, 1997a).

Em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a atual Constituição Federal, com seu Capítulo do Meio Ambiente que, entre outros avanços na área ambiental, tornou a educação ambiental obrigatória em todos os níveis de ensino, porém sem tratá-la como uma disciplina. Esta era a proposta do grupo majoritário, do qual participou o professor Almeida Júnior. A redação final ficou de acordo com as definições internacionais de Tbilisi, reafirmadas no encontro de Moscou (BRASIL, 1997a).

Em 1992, com a organização da Rio 92, também conhecida como Eco 92, a EA se estabeleceu perante a sociedade brasileira criando uma forte demanda institucional. Esta conferência se transformou num momento especial para a evolução da EA. Além dos debates oficiais, dois, entre os eventos paralelos que aconteceram, destacaram-se: a "1ª jornada internacional de EA", que atraiu cerca de 600 educadores do mundo todo, e o "*Workshop* sobre educação ambiental", organizado pelo Ministério da Educação (MEC) (GUIMARÃES, 1995, p. 42).

Destes eventos, surgiram três documentos, que são considerados uma referência para quem quer trabalhar com EA:

1. Agenda 21: subscrita pelos governantes de mais de 170 países que participaram da conferência oficial, dedicou todo capítulo 36 à “promoção do ensino, da conscientização e do treinamento”. Este capítulo traz um conjunto de propostas que confirmaram, mais uma vez, as recomendações de Tbilisi, reforçando a necessidade de envolver toda a sociedade através da educação formal e informal.
2. A carta brasileira para a EA: Produzida no workshop coordenado pelo MEC, destacou, entre outros, que deve haver um compromisso real do poder público Federal, Estadual e Municipal para se cumprir a legislação brasileira visando à introdução da EA em todos os níveis de ensino.
3. O tratado de EA para sociedades e responsabilidade global: resultante da Jornada de EA elaborada pelo fórum das ONGs, enfatiza o compromisso da sociedade civil para a construção de um modelo mais humano e harmônico de desenvolvimento, onde se reconhecem os direitos humanos da terceira geração, as questões de gênero, a equidade e justiça social baseados na ética e no amor. Nesse tratado reafirmaram-se princípios, planos de ação e diretrizes, confirmando as tendências apresentadas até o momento para a EA.

Respaldada pela Constituição da República Federativa, a política da educação ambiental tomou força, no Brasil, após a Rio-92 (Brasil, 1997a), onde foi destacada a necessidade da “Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável”. A partir desse encontro foram criados programas governamentais de incentivo à educação, que adotaram como prioridade o investimento em treinamento e formação de profissionais na área de EA (PENTEADO, 2001).

Em 1994, o Ministério de Educação (MEC) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com o auxílio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Ministério da Cultura (MINC) formularam o Programa Nacional de EA-PRONEA (BRASIL, 1997a).

Por meio da Lei de Diretrizes e Bases de 20 de dezembro de 1996, que rege a educação nacional nos três níveis de ensino e tem em seus princípios o desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania, o MEC publicou, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para as quatro primeiras séries e, em 1998, para as quatro últimas séries do ensino fundamental, apontando o meio ambiente como um dos temas transversais do currículo mínimo, fundamentado na perspectiva ambiental das inter-relações e das interdependências dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida. Os PCNs constituem instrumento útil de apoio às discussões pedagógicas e à elaboração de projetos (BRASIL, 1997b).

Segundo Paulo Renato de Souza, ex ministro da Educação do Brasil:

Os PCN foram elaborados procurando respeitar as adversidades regionais, culturais e políticas existentes no Brasil, e considerando-se a necessidade de se construir referências nacionais comuns aos processos educativos em todas as regiões brasileiras (BRASIL, 1997b).

Ainda, segundo Renato, “os documentos apresentados foram resultado de um longo trabalho que contou com a participação de muitos educadores brasileiros e têm a marca de suas experiências e de seus estudos” (BRASIL,1997b).

Para Depresbiteris (1998), a proposta do MEC foi de suma importância no avanço da educação atual de forma interdisciplinar e na formação de cidadãos conscientes que se comprometerão com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para tanto, é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino-aprendizagem de habilidades e competências, sendo, deste modo, um grande desafio para a educação (REIGOTA, 1995; SORRENTINO, 1998).

Apesar de não tratarem exclusivamente da educação ambiental, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que foram oficialmente lançados no dia do Professor, em 1997, estão entre os fatos marcantes na história da EA do país. Afinal, eles levaram uma proposta inovadora para um número recorde de pessoas: só no ensino fundamental, o censo escolar de 1994 revelou um Brasil com 31,2 milhões de alunos/as (88,4% na escola pública), estudando em 194.487 escolas, com 1,3 milhão de docentes (86,3% na rede pública). Cada docente recebeu em casa uma cópia dos PCNs, nas quais se sugere que Meio Ambiente seja um dos temas transversais na educação formal (BRASIL, 1997b).

Os Temas Transversais (TT) foram conceituados como o conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que, não estando ligados a nenhuma matéria em particular, podem ser considerados comuns a todas. Segundo Oliveira (2008, p. 72), são temas opcionais que ajudam na formação de alunos-cidadãos. Os temas transversais estão voltados para a ética, o Meio Ambiente, a Pluralidade Cultural, a Saúde, a Orientação sexual, o Trabalho e o Consumo. Estes temas integram-se, perfeitamente, em qualquer dos conteúdos, tais como: a geografia, a biologia, a história, a matemática dentre outros (BRASIL, 1997b).

Para a professora Neide Nogueira que atuou na a elaboração dos PCNs, um tema transversal tem três qualidades:

Serve como linha orientadora que cada escola e cada docente podem adaptar à realidade local (por exemplo, a zona rural ou urbana); É adequado ao trabalho com a faixa etária da criança; É um "tema emergente e urgente", cuja abordagem ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos, inspirando os alunos a "se mobilizarem, a saberem como fazer" (BRASIL, 1997b).

Propõe-se que as questões ambientais estejam relacionadas com os objetivos, conteúdos e orientações didáticas em todas as disciplinas, no período da escolaridade obrigatória. Assim, a criança pode aprender sobre as qualidades da natureza em ciências, mas pode também ser sensibilizada pintando e escrevendo sobre o que vê, tirando música de objetos que descobre no ambiente, usando sucata para fabricar brinquedos e para experimentos científicos, e outras atividades que gerem conhecimentos, valores e atitudes de cidadania. A interdisciplinaridade é de fato muito importante. Nela professores e alunos devem assumir de direito e de fato um compromisso para a minimização da depredação do meio ambiente (OLIVEIRA, 2008).

Embora o princípio da educação ambiental estivesse previsto no texto constitucional desde 1988, e depois de tantos avanços na área educacional, conforme já citamos, sua regulamentação foi efetuada somente onze anos depois, através da Lei 9.795, de 1999, conhecida como "Política Nacional de Educação Ambiental" (BRASIL, 1997a).

A lei 9795/99 considera a importância da EA na formação da cidadania e cita, como um dos objetivos fundamentais:

O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (Art. 5º, item IV e VII).

Com a implantação da lei 9795/99, o Brasil tornou-se o único país da América Latina com uma política nacional específica para a EA. Indubitavelmente, foi uma grande conquista política e, segundo Dias (2004, p. 201):

Essa conquista não se deu sem sacrifícios de centenas de ambientalistas anônimos, funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, do Ministério do meio Ambiente, ONGs, em sua luta diária nos corredores do Congresso, fazendo lobby, convencendo parlamentares, demovendo resistências, conquistando cumplicidades.

Segundo Dias (2004, p. 17), a partir da instituição da Lei 9795/99, o Brasil conseguiu grandes avanços, tais como: vários projetos e programas de EA em desenvolvimento e uma rica literatura especializada. O Brasil mudou seus índices de uma forma geral, maior expectativa de vida, menor taxa de mortalidade infantil, mais alfabetização e mais espaço conquistado pela mulher. Porém, apesar desses avanços, existem fatores que dificultam a EA no Brasil: a dificuldade de encontrar informações sistematizadas, o pouco interesse da população em analisá-las, a existência de inúmeros órgãos ambientalistas nas esferas federal, estadual, municipal e ONGs.

(...) as secretarias estaduais de Educação, nas suas infinitas metamorfoses, sempre à deriva das oscilações políticas, não têm orientações duradouras, mudam os secretários, mudam os diretores, mudam as idéias, mudam os planos, os quatro anos acabam e tudo está para começar. Daí, um novo mandato e tudo se repete. Nas secretarias Municipais de Educação, o empobrecimento ainda é maior. Uma mescla de desqualificação profissional, desmotivação, salários cronicamente baixos e frequentemente atrasados, instalações escolares precárias, prefeitos e vereadores corruptos formam uma mistura explosiva e colocam a EA fora de plano (DIAS, 2004, p. 17-18).

### 1.3 A Educação Ambiental em Pernambuco

Com o crescimento do movimento ambientalista, é criada, em 1979, a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza – ASPAN, destacando-se na luta pela defesa do patrimônio natural de Pernambuco (LEÃO, 2002).

Em 1986, é criado, na Companhia Pernambucana de Meio Ambiente – CPRH, o Grupo de Educação Ambiental – GEA, com a responsabilidade de implantar a EA no Estado de Pernambuco. Nessa época foi criada a Sociedade Nordestina de Ecologia – SNE e o Grupo de Ecologia Humana – GEH, ambos da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. A SNE é uma ONG de cunho ambientalista e caráter científico que tem como finalidade agregar pessoas e instituições que lidam com o meio ambiente. O GEH evoluiu e institucionalizou-se como Instituto de Ecologia Humana – IEH, assumindo como foco de seu trabalho o semi-árido Nordeste. (LEÃO, 2002).

Na década de 90, várias instituições incorporaram a temática ambiental, tais como: Centro Josué de Castro, Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, Instituto

Sabiá e as instituições de Ensino Superior: Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e a Universidade de Pernambuco – UPE. Essas últimas introduziram em seu currículo a temática ambiental (LEÃO, 2002).

Em 1992, foi criado, em Pernambuco, o núcleo de Educação Ambiental do IBAMA de Pernambuco, com o objetivo de garantir atividades de EA para a defesa do meio ambiente, dos recursos naturais renováveis e das unidades de conservação. (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2005, p. 7).

Em 1994, foi instituída, a Comissão Estadual de EA, formada por instituições governamentais e não governamentais que abriram várias perspectivas para aperfeiçoar e difundir as questões relacionadas com a temática ambiental. (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2005, p.7).

Em 1997, o GEA da CPRH pôs em prática o “Programa Fazendo Educação Ambiental” com a perspectiva de fortalecer a Gestão Ambiental no Estado através de ações direcionadas à capacitação, eventos temáticos e produção de material educativo. O material educativo produzido pela CPRH destacou-se no cenário estadual com as publicações: *Joca descobre o meio ambiente* e *Fazendo Educação Ambiental*, recebendo prêmios em nível nacional e internacional. (LEÃO, 2002).

Em 2000, através de uma iniciativa conjunta da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA e da Companhia Pernambucana de Meio Ambiente – CPRH, surge uma nova força para reforçar a EA em Pernambuco. Também foi criada a Câmara Técnica Permanente de Educação Ambiental no Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, setor estratégico para apoiar aquele colegiado na aplicação da EA (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2005, p. 8).

Em 2001, foi elaborado um documento denominado “Agenda Comum da Educação Ambiental em Pernambuco”. Ferramenta importante para a construção do Programa de Educação Ambiental de Pernambuco – PEA-PE (LEÃO, 2002).

Além disso, em 2001, a comissão Estadual de Educação Ambiental foi reestruturada dando lugar à Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, instituída pelo Decreto 23736, de 26 de outubro de 2001, com o objetivo de fomentar a EA em todas as regiões do Estado. Para cada região serão definidas estratégias e linhas de ação de projetos e atividades de EA relacionados com as atividades econômicas e perfil de cada região de Pernambuco. (LEÃO, 2002).

O PEA-PE é integrado ao PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Coerente com a Agenda 21 brasileira e a Agenda 21 de Pernambuco, o PEA-PE se apóia nos seguintes princípios:

1. Ser fator decisivo na busca da Sustentabilidade, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo e coerente do processo produtivo que perceba a natureza como fonte primária dos recursos naturais;
2. Contribuir para promoção da melhoria da qualidade de vida dos pernambucanos;
3. Promover e garantir a participação dos variados setores sociais nas diferentes estratégias da política de meio ambiente no Estado de Pernambuco;
4. Garantir a identidade cultural pernambucana sem impedir o intercâmbio cultural;
5. Viabilizar a EA no nível formal e informal para facilitar a implementação das ações;
6. Integrar-se à política de Educação do Estado, reforçando o fortalecimento da articulação entre instituições, carro-chefe do êxito das políticas públicas;
7. Instrumentalizar a sociedade civil e o poder público com informações capazes de promover a percepção do ambiente como parte integrante de si e do seu cotidiano;
8. Integrar-se à Política Nacional de Educação Ambiental.

Em 2007, foi elaborado o Plano Estratégico Ambiental de Pernambuco que tem como objetivo:

Promover a conservação e recuperação do meio ambiente rural e urbano, através de iniciativas articuladas de gestão ambiental, assumidas pelo governo e compartilhadas pela sociedade civil, possibilitando a melhoria da qualidade de vida do pernambucano e a proteção da biodiversidade nos ecossistemas Costeiros, da Mata, do Agreste e do Sertão”. (PLANAMBIENTAL, 2007, p. 7).

Dentre os seis programas do referido Plano, destacamos o Programa de Educação e Capacitação para a Gestão Ambiental, cuja meta é internacionalizar a informação e a consciência ambiental, seja através das escolas públicas e privadas, ou através de iniciativas específicas junto ao movimento social e produtivo.

A educação formal deverá ter como foco principal a rede pública de ensino, através da Secretaria Estadual de Educação e das Secretarias Municipais, e a educação informal será desenvolvida através de campanhas temáticas e os subsídios serão gerados pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental. A capacitação para gestão ambiental terá como objetivo formar pessoas para assumir funções de suma importância para a gestão ambiental, como gestores nas prefeituras ou como membros de colegiados ambientais e dirigentes de ONGs (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2005, p.7).

Este programa traz como foco o projeto de EA formal e informal, cujo objetivo geral é induzir e apoiar ações integradas de EA, e, como objetivos específicos:

adotar nas ações de EA uma abordagem compatível com a realidade econômica e ambiental; incorporar a EA como instrumento de Gestão Ambiental; capacitar os professores da rede pública e municipal para uso de material paradidático com informações econômicas e ambientais.

O Estado de Pernambuco já é referência regional, nacional e internacional, como exemplo de boas práticas em EA. A Câmara Técnica de EA do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, em reuniões Brasil afora, tem citado a experiência da Agenda Comum de EA de Pernambuco como um modelo para projetos de comissões interinstitucionais, redes e fóruns estaduais. (LEÃO, 2002).

Vale destacar, também em Pernambuco, a ação do casal Socorro e André Catanhede na defesa do meio ambiente. Incomodados com a situação às portas de sua casa, o casal, morador do bairro ribeirinho do Monteiro, adota movimento contrário ao da maioria dos recifenses: retira objetos da água e lhes dá utilidade artística. É assim há dez anos, idade do Movimento Recapibaribe, projeto ambiental liderado pela dupla e um dos principais esforços pela preservação da água doce no Recife. Muitos dos resíduos retirados do rio pelo casal têm destino inusitado: servem para enfeitar o bar comandado por eles, que fica em sua própria casa às margens do rio e se chama Capibar. É também a sede do Recapibaribe.

O cenário original abriga também atividades de educação ambiental. Ir ao Capibar não é como sair para qualquer barzinho para tomar uma cerveja. Além de oferecer uma vista bem próxima do rio, o bar expõe os resíduos como relíquia. Trata-se de arte contemporânea, aula visual de ecologia e sociologia. Já na entrada, é possível ver uma grande variedade de lâmpadas comuns penduradas no teto e bolas feitas com garrafas PET. Nas paredes, acompanhando as escadas, há obras feitas com tampas de ventilador transformadas, bonecas e até uma coleção de televisores antigos pendurados. O único critério comum é que os objetos venham do Capibaribe.

## 2 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

### 2.1 Educação Ambiental como Estratégia para Mudanças de Atitudes

A educação constitui-se na mais poderosa de todas as ferramentas de intervenção no mundo para a construção de novos conceitos e conseqüente mudança de hábitos. É também o instrumento de construção do conhecimento e a forma com que todo o desenvolvimento intelectual conquistado é passado de uma geração a outra, permitindo, assim, a máxima comprovada de cada geração que avança um passo em relação à anterior no campo do conhecimento científico e geral (CHALITA, 2002).

Quando Chalita se refere à educação, não está se referindo à educação vigente, isto é, não se refere à educação que exclui que dá prêmio aos melhores alunos e aponta os piores para que sirvam de modelo, que homogeneíza o ensino (CHALITA, 2002), mas, sim, a uma educação holística, uma educação que estimule o senso crítico, que estimule métodos e traga à tona discussões, que desperte os interesses dos alunos. A Educação Ambiental constitui-se como uma estratégia para conseguirmos as mudanças desejadas na atual educação.

O termo Educação Holística foi proposto pelo americano R. Miller (1997) para designar o trabalho de um conjunto heterogêneo de liberais, de humanistas e de românticos que têm em comum a convicção de que a personalidade global de cada criança deve ser considerada na educação. São consideradas todas as facetas da experiência humana, não só o intelecto racional e as responsabilidades de vocação e cidadania, mas também os aspectos físicos, emocionais, sociais, estéticos, criativos, intuitivos e espirituais inatos da natureza do ser humano (Yus, 2002, p. 16).

A EA tem assumido nos últimos anos o grande desafio de garantir a construção de uma sociedade sustentável, em que se promovam, na relação com o planeta e seus recursos, valores éticos como cooperação, solidariedade, generosidade, tolerância, dignidade e respeito à diversidade.

A constituição de 1988, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, afirma: “devemos promover a EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Em decorrência do preceito constitucional, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), através da Portaria 678, de 14/5/91, estabelece que a educação escolar deva contemplar a EA, permeando todo o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1997a)

O tratado de EA para sociedades sustentáveis e responsabilidade global celebrado por ocasião da Conferência Rio – 92 reconhece a educação como um processo dinâmico em permanente construção. Reconhece ainda que a EA para uma sustentabilidade equitativa seja um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida (DIAS, 2004, p.112)

A EA na escola não deve ser conservacionista, ou seja, aquela cujos ensinamentos conduzem ao uso racional dos recursos naturais e à manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas naturais ou gerenciados pelo Homem, mas aquela educação voltada para o meio ambiente que implica uma profunda mudança de valores, em uma nova visão de mundo, o que ultrapassa bastante o estado conservacionista.

Até a Conferência de Estocolmo, o ambiente era visto como formado pela fauna e pela flora, mais os aspectos abióticos (temperatura, salinidade, radiação solar, solo, etc.) A partir dali, essa concepção mudou. O ambiente passou a ser definido como formado pelos aspectos bióticos + abióticos + a cultura do ser humano (sua tecnologia, artefatos, construções, artes, ciências, religiões, valores estéticos e morais, ética, política, economia, etc.) Esse princípio colocava a EA numa abordagem holística, ou seja, uma abordagem integral, do todo, considerando todos os aspectos da vida (DIAS, 2004, p.112).

Na carta de Belgrado (p. 17), organizada pela UNESCO, observamos essa idéia mais holística da EA que deverá ser adotada nas escolas, de forma a desenvolver uma prática mais efetiva para a educação.

De acordo com o art. 9º da lei 9795/99, entende-se por EA na escola aquela desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio); educação superior; educação especial; educação profissional e educação de jovens e adultos.

Para o art. 10º da mesma lei, “a EA será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”. Contudo, não pode ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. Com exceção nos cursos de pós-graduação: quando se fizer

necessário, é facultada a criação de disciplina específica. Observa-se uma falha na lei, pois a EA deve ser trabalhada sempre de forma interdisciplinar.

Para cumprir a EA, a escola deve extrapolar seus muros, permitindo a participação de todos e o envolvimento da comunidade, ressaltando a visão crítica e criativa, possibilitando a participação interdisciplinar e multiprofissional, tomando cuidado para que os programas não sejam trabalhados de forma abstrata, mas, sim, de forma concreta.

A EA está presente na atenção dedicada ao aluno carente, aluno problema, aluno desistente. Ela está no compromisso que assumimos com o ser humano que está aprendendo. A Educação Ambiental não tem regras fixas, é evolutiva, está constantemente sendo reformada.

A EA é conteúdo e aprendizado, é motivo e motivação, é parâmetro e norma. Vai além dos conteúdos pedagógicos, interage com o ser humano de forma que a troca seja uma retroalimentação positiva para ambos. Educadores e educadoras ambientais são pessoas apaixonadas pelo que fazem. E, para que o respeito seja o primeiro sentimento motivador das ações, é preciso que a escola mude suas regras para se fazer educação ambiental de uma forma menos "*marketeira*" e mais humana.

Capra (2002, p. 240) desenvolve um sistema concreto de EA que:

(...) envolve uma pedagogia cujo centro mesmo é a compreensão do que é a vida; uma experiência de aprendizado do mundo real (plantar uma horta, explorar um divisor de águas, restaurar um mangue), que supera a nossa separação em relação à natureza e cria de novo em nós uma noção de qual é o lugar ao qual pertencemos; e um currículo no qual as crianças aprendem os fatos fundamentais da vida – que os resíduos de uma espécie são os alimentos de outra; que a matéria circula continuamente pela teia da vida; que a energia que move os ciclos ecológicos vem do Sol; que a diversidade é a garantia da sobrevivência; que a vida, desde os seus primórdios há mais de três bilhões de anos, não tomou conta do planeta pela violência, mas pela organização em redes.

“A alfabetização ecológica – a compreensão dos princípios de organização que os ecossistemas desenvolveram para sustentar a vida – é o primeiro passo para a sustentabilidade” (CAPRA, p. 240-241).

Infelizmente, a Escola ainda está ligada a um sistema que corrobora a continuidade de costumes consumistas e degradantes, que somente favorecem pessoas com poder econômico, trazendo inúmeros prejuízos à grande maioria da população e ao ambiente em seu contexto. A escola de hoje em dia, de uma

maneira geral, ainda é “conteudista”, ou seja, é aquela que se preocupa, tão somente, em transmitir informações. Mais do que apenas transmitir informações sobre os rios, mares, o ar e a terra, a escola precisa criar novas formas de pensar e viver as relações com o planeta, incluindo-se nelas as relações com o ambiente natural e a cultura humana.

Para Guedes (2006, p. 87) “os sistemas educacionais com fortes tendências pedagógicas liberais tradicionais não compreendem ou não têm aceitado a EA como parte integrante do currículo e da vida escolar, impossibilitando, desta forma, a consolidação desta”.

Segundo Libâneo (*apud* Guedes, 2006, p. 88) “as diferentes tendências pedagógicas representam uma contínua transformação filosófica e política que interferem nas relações educativas”.

Essas tendências Pedagógicas, com características liberais e progressistas, são apresentadas pela tendência: Liberal Tradicional, Liberal Renovadora Progressiva, Liberal Renovadora não diretiva (nova escola), Liberal Tecnicista, a Progressista Libertadora, a Progressista Libertária e a Crítico Social dos Conteúdos.

A Liberal Tradicional utiliza o método da exposição e demonstração verbal da matéria por meio de modelos, ou seja, a aprendizagem é receptiva e mecânica, sem considerar as características próprias da idade; a Liberal Renovadora Progressiva estabelece os conteúdos a partir das experiências vividas pelos alunos frente às situações problemas; a Liberal Renovadora não diretiva baseia-se na busca dos conhecimentos pelos próprios alunos, ou seja, adota o método da facilitação da aprendizagem; a Liberal Tecnicista utiliza procedimentos e técnicas para a transmissão e recepção de informações, portanto baseia-se na aprendizagem apoiada no desempenho; a Progressista Libertadora, cujas manifestações são defendidas por Paulo Freire, utiliza métodos concentrados nas discussões de temas sociais e políticos, onde a aprendizagem é apoiada na resolução de situação-problema; a Progressista Libertária baseia-se na vivência grupal, considerando a aprendizagem informal, via grupo e a Crítico Social dos Conteúdos adota o método dos conteúdos culturais universais que são incorporados pela humanidade frente à realidade social cuja aprendizagem é baseada nas estruturas cognitivas já estruturadas dos alunos.

Na escola atual, “é possível vivenciar a tendência Liberal e Progressista no sistema educacional brasileiro” (GUEDES, p. 88). A tendência Liberal Tradicional,

que consiste em transmitir conhecimentos que devem ser memorizados e depois repetidos ao professor, por meio de provas e testes para verificar o aprendizado, é ainda observada nos atuais sistemas de ensino, porém as novas tendências vêm conquistando espaço para serem implantadas em práticas que garantam um aprendizado expressivo e complexo sobre o novo paradigma do conhecimento. Para Morin (*apud* Guedes, 2006, p. 89) “se define como a articulação entre as disciplinas levando à articulação dos saberes”.

É nesse sistema formado por várias tendências pedagógicas que surge a EA, devido a uma necessidade da reestruturação dos sistemas que privilegiam o saber memorizado, a informação, a competição, a profissionalização, a especialização, bem como por uma necessidade de acabar com a crise social e ambiental do mundo hodierno, onde surge a miséria, a fome, a poluição, a violência, a marginalização, a destruição, a exclusão social, etc.

Conforme Adams (2004), enquanto a função da escola for a de promover uma sociedade capitalista, excludente e consumista, dificilmente as tendências pedagógicas tradicionais deixarão de existir, impedindo, desta forma, a consolidação da EA.

Segundo Montaigne (*apud* Morin, 2001, p. 21): “mais vale um cabeça bem feita que bem cheia”. “Uma cabeça bem cheia” é aquela que acumula conhecimentos não dispendo de um princípio de seleção que lhes dê sentido”. Este é o modelo que ainda prevalece. De modo geral, a escola prepara o aluno para ser “uma cabeça-bem-cheia”. Precisamos mudar este quadro, reformando o ensino para reformar o pensamento, estimulando o senso crítico e o poder de argumentação do aluno, trabalhando apenas com o essencial para a vida prática. Esta é a proposta da EA.

O aluno deve ser preparado para ser “uma cabeça bem feita”, a qual, para Morin (2001, p. 21), “é aquela que ao invés de acumular saber, dispõe ao mesmo tempo de uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas e de princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido”.

Nesse sentido, as idéias de Edgar Morin indicam um caminho interessante para uma concepção de EA que favoreça o “pensamento complexo” essencial para superarmos o modelo de pensamento predominante no mundo ocidental, ou seja, o pensamento que dicotomiza e parcela, que separa e reduz.

A importância em se pensar EA a partir do “método da complexidade” está em construir uma nova forma de atuar em relação ao meio ambiente através da reforma

do pensamento, um pensamento que supera a fragmentação e promove a articulação dos saberes.

Para Morin (2001), a reforma do pensamento é aquela que se baseia no “pensamento complexus”, ou seja, aquele que compreende que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes; é aquele pensamento que reconhece e examina os fenômenos multidimensionais e, ao invés de isolar, distingue e une.

Percebe-se que a proposta do que buscamos através da EA se enquadra nesta linha de raciocínio, pois, por ser uma educação holística, examina os fenômenos multidimensionais e, por ser de âmbito interdisciplinar, distingue e une.

Para que o ensino seja ambiental, no sentido mais abrangente, acreditamos que deve ocorrer uma grande reforma em todos os níveis de ensino. O Ensino Médio, por exemplo, tem visado apenas o vestibular e se esquece da formação de cidadãos que pensem de forma crítica e que vejam o mundo e o próximo não como um adversário, mas como um cidadão.

Uma educação que se preocupa somente com a aquisição do conhecimento, com o desenvolvimento de competências, com boas notas, está fadada a dar continuidade a este sistema antropocêntrico e que é a causa dos grandes problemas ambientais, sociais, econômicos, culturais. “Entre os vários aspectos negativos da atual educação ministrada no Brasil, ressalta o fato de ela não desenvolver no estudante os esquemas mentais que estabelecem a relação dialética das diferentes áreas de estudos entre si e também destas com a realidade social em que vivemos. O estudo da ecologia, enquanto ‘ciência pura’, de quase nada adianta se não relacionada com os demais campos da ciência, porque ela não leva necessariamente a uma visão globalizante, dinâmica e sistêmica das coisas, isto é, a uma visão ‘eco-política’” (SCHINKE, 1986, p. 153).

O conhecimento tem mais valor quando construído coletivamente porque repartimos o que sabemos e aprendemos com o que os outros repartem conosco. É com esta construção coletiva que o ensino deve se preocupar mais.

Acredita-se que o ensino deva ser construído em cima da realidade local do aluno, já dizia o mestre Paulo Freire. Mas, para isto, devemos trabalhar com projetos construídos com os alunos. À medida que o projeto vai se desenvolvendo, vão surgindo as necessidades do aluno. Mas para isso, é necessária uma reestruturação da escola, uma estrutura que permita um ensino onde aluno constrói o conhecimento com o professor auxiliando no que for preciso.

Daí percebe-se que a EA na escola é o caminho para que o aluno comece a refletir sobre o mundo, realizando assim um processo de conscientização, mas uma conscientização que estabeleça o ato ação – reflexão, pois esta dialética constitui de permanente o modo de ser e transformar o mundo que caracteriza o Homem (FREIRE, 1980).

A mudança da sociedade passa pela mudança individual e quando o aluno inicia seu processo de reflexão-ação, sua práxis torna-se comprometida com a mudança ecológica e social. A tomada de consciência é um objetivo prioritário para a EA. A EA deve ser dialógica, isto é, aquela que estimula o diálogo democrático como elemento essencial; aquela que considera o aluno como autor ativo e a contextualização como fundamental no processo ensino-aprendizagem, e aquela que considera o outro como legítimo outro (NUNES, 1988).

Vasconcellos (1997) corrobora Paulo Freire ao defender que a condição primordial para que a EA seja posta em prática é que ocorra nas práticas educativas uma reflexão sobre as relações dos seres entre si, do ser humano com ele mesmo e do ser humano com seus semelhantes. A escola, diz ainda Vasconcelos, surge como um espaço privilegiado na implementação de atividades que promovam essa reflexão, pois isso necessita de atividades de sala de aula e atividades de campo, com ações orientadas em projetos e em processos de participação que levem à autoestima, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementados de modo interdisciplinar.

Quando se fala em interdisciplinaridade, lembra-se também de Hutchison (2002), que defende a reforma do currículo direcionando-a para a educação ambiental, contemplando não apenas seu conteúdo, mas sua organização, tanto em disciplinas distintas como em temas de estudo que estabeleçam a união de disciplinas separadas.

Corroborando a idéia de vários autores (dentre eles, Leonardo Boff, Morin, Paulo Freire), Gadotti (2002) defende que a EA, chamada por ele de pedagogia da Terra (ecopedagogia), deve ser trabalhada de forma que estimule o aluno a: pensar globalmente, sem acumular informações, pensando a realidade, não pensamentos já pensados; cuidar de si e cuidar dos outros e viver com sentido cada instante de sua vida; ter uma relação de identidade com a Terra, numa visão individual e cósmica; ter uma consciência planetária, compreendendo que somos interdependentes; ser ético não para a ética do mercado, mas para a ética do gênero humano; ser simples,

saber escutar, compartilhar e viver em harmonia, descobrindo e fazendo com o próximo.

A pedagogia da Terra é aquela que ensina a transformarmos a cultura da guerra e da violência em uma cultura de paz e não-violência, é aquela que deve transmitir aos jovens e às gerações futuras valores que inspirem a construir um mundo de dignidade e harmonia, justiça, solidariedade, liberdade e prosperidade (BOFF, 1999), é aquela que procura construir uma sociedade sustentável que busca para si o desenvolvimento viável para as necessidades de todos, não apenas do ponto de vista social, mas do ponto de vista sociocósmico que procura atender aos demais seres da natureza (BOFF, 2008).

A ecopedagogia apresenta-se como uma perspectiva de reconstrução de valores sociais, econômicos, culturais e ambientais, que se propõe a disseminar a sustentabilidade e a paz. A ecopedagogia centra-se na relação entre os sujeitos que aprendem juntos, embasados em uma “ética universal do ser humano”. A ecopedagogia implica uma reorientação dos currículos para que incorporem os valores e princípios defendidos pela carta da Terra.

A carta da Terra<sup>1</sup> é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica. Este documento procura incutir nos povos o sentido da interdependência global e de responsabilidade compartilhada pelo bem estar da família humana e do mundo em geral.

Vale lembrar o “Manifesto 2000 por uma cultura de paz e não violência”, elaborado por um grupo de “Prêmios Nobel da paz”. Este manifesto reconhece a cota individual de responsabilidade com o futuro da humanidade, especialmente com as crianças e mulheres de hoje e as das gerações futuras.

1. “Respeitar a vida” e a dignidade de cada pessoa, sem discriminação ou preconceito; Praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência sob todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os grupos mais desprovidos e vulneráveis como as crianças e os adolescentes. 2. Compartilhar o seu tempo e seus recursos materiais em um espírito de generosidade visando o fim da exclusão, da injustiça e da opressão política e econômica. 3. Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, dando sempre preferência ao diálogo e à escuta do que ao fanatismo, à difamação e à rejeição do outro; 4. Promover um comportamento de consumo consciente e práticas de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e preservem o equilíbrio da natureza no planeta; 5. Contribuir para o desenvolvimento da

---

<sup>1</sup> Disponível em [www.mma.com.br](http://www.mma.com.br)

sua comunidade, com a ampla participação da mulher e o respeito pelos princípios democráticos, de modo a construir novas formas de solidariedade (MANIFESTO 2000, UNESCO).

Portanto, é possível perceber, através do que já foi exposto, que a EA é um caminho plausível para mudar atitudes e por consequência o mundo, permitindo ao aluno construir uma nova forma de compreender a realidade na qual vive, estimulando a consciência ambiental e a cidadania, numa cultura ética, de paz, de solidariedade, de liberdade, de parceria e partilha, do bem-comum, da habilidade, da gratuidade, da delicadeza, do bom senso, de tudo que se pode colocar na coluna do amor, essa força esquecida em nosso tempo, ou seja, a EA é aquela que permite o aluno trilhar um caminho que o leve a um mundo mais justo, mais solidário, mais ético, enfim, mais sustentável.

## 2.2 Educação Ambiental como Estratégia para a Sustentabilidade Cultural

A cultura adquire formas diversas ao longo do tempo e do espaço. Essa diversidade se demonstra na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que formam a humanidade. Assim, como fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é fundamental para a espécie humana, tão importante quanto à diversidade biológica é para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO, 2001).

Cultura é geralmente omitida como parte do desenvolvimento sustentável, entretanto, valores, diversidade, conhecimento, línguas e visões de mundo associados à cultura formam um dos pilares do desenvolvimento sustentável e uma das bases da EA. A cultura aqui citada pode ser compreendida, como o conjunto de características e de iniciativas culturais de uma determinada região. Estão incluídas, em cada lugar, as expressões e manifestações das sete belas artes, das culturas populares, da cultura de massas, da visão ampliada de cultura e sua diversidade, dos patrimônios materiais e imateriais, etc. (UNESCO, 2001).

Ao perceber que a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber, a declaração universal da UNESCO de 2001 eleva a diversidade cultural à categoria de “Patrimônio comum da Humanidade”, tão necessária para a humanidade como a diversidade biológica é para os organismos vivos. Entende-se desta forma que a valorização e a preservação do patrimônio cultural são muito importantes para almejarmos as transformações sociais, bem como para que a humanidade alcance um patamar de maior qualidade.

Em 1995, os trabalhos da comissão mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, convocada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, resultaram o relatório denominado Nossa Diversidade Criadora. Através deste relatório demonstrou que cultura e desenvolvimento são sinônimos e que, ao mesmo tempo em que as atividades culturais promovem o desenvolvimento econômico, as políticas de desenvolvimento devem ter uma face humana que leve em conta a própria cultura. Três anos depois, em Estocolmo, a Conferência Intergovernamental sobre políticas culturais para o desenvolvimento permitiu transformar essas idéias em políticas e práticas de desenvolvimento humano. Em 2002, em Johannesburgo, a cúpula mundial para o desenvolvimento sustentável enfatizou os vínculos entre a diversidade cultural, a diversidade biológica e o desenvolvimento (FATORBRASIS)

A última década viu a cultura ascender a uma posição de destaque no cenário internacional, e não apenas sob o aspecto da economia da cultura. Além da Rodada do Uruguai do GATT – Acordo Geral de Comércio e Tarifas, ocorrida em 1994, que incluiu a cláusula da exceção cultural nas regras de comércio internacional, a cúpula de Johannesburgo reconheceu a cultura como o quarto pilar do desenvolvimento, ao lado da economia, da ecologia e do social (FATORBRASIS)

Os jovens estão supervalorizando a cultura de fora, em detrimento da cultura local, isto é, desvalorizando a cultura nativa e de sua história. No entanto, não devemos promover xenofobia, mas fortalecer a nossa cultura, autoaceitação e melhor compreensão de enraizamentos culturais locais no sentido de ampliar-se à contemplação da “cultura estrangeira”. Comparar-se de forma mais consciente e, nesse cotejo intercultural, reconhecer-se no outro, a partir do balanço de singularidades e semelhanças. Precisamos mudar este quadro e o caminho para esta mudança é a EA, principalmente no nível formal, pois estaremos formando uma base sólida que é a sustentabilidade cultural.

A sustentabilidade cultural local que deve ser alcançada através da EA consiste num processo de aprendizagem centrado no aluno, gradativo, contínuo e respeitador de sua cultura, de sua comunidade, ou seja, do lugar onde ele vive. A integração do lugar à educação é importante, pois o estudo do lugar incute no aluno o enraizamento da sua história, dos aspectos culturais e desperta a sensibilidade ecológica. A sensibilidade ecológica é despertada em função de que o aluno, apaixonando-se pelo lugar em que vive, a partir da sua história, de sua cultura, criará a consciência de preservar e conservar o patrimônio que cerca sua comunidade, ou seja, cuidará das praças, das ruas, de sua casa; isto quer dizer: cuidará do meio ambiente na sua totalidade.

A cultura e o saber da comunidade fazem parte da vida do estudante a ponto de constituírem a educação com a qual ele chega à escola. As crianças, os adolescentes e os jovens formam-se na comunidade. Nela produzem suas habilidades e competências. Eles chegam à escola com a educação desenvolvida na família e na comunidade. De acordo com Veiga (1998), a educação fundada no respeito ao saber e à cultura do estudante cultiva as diferenças, criando oportunidades para expandir os conhecimentos, ampliar a convivência e a sensibilidade na formação do estudante.

O saber e o patrimônio cultural não podem ser desrespeitados, nem devem ser apenas o ponto de partida para a educação escolar, mas, sim, fazer parte do processo de ensino-aprendizagem. A prática educativa que não respeita o conhecimento e a cultura do estudante leva a práticas da pedagogia da exclusão.

A cultura é a dinâmica de relacionamento que o indivíduo tem com o real dele, com a sua realidade, de onde vêm os conteúdos formativos, ou seja, de formação para o processo educacional (TRINDADE, 2002). Para que o cidadão se enquadre como sujeito da sua história e da história do seu local, ele precisa conhecer a riqueza cultural produzida pela humanidade. Esse conhecimento é necessário para que ele se insira na sociedade, no seu tempo e espaços históricos. Além disso, é fundamental que ele construa as condições individuais necessárias para uma interferência original.

Em relação à história do Recife, o núcleo primitivo urbano da cidade nasceu como decorrência do seu porto, ancoradouro de Olinda. Teve origem logo depois da fundação de Olinda, no ano de 1537. A ocupação, limitada a uma pequena povoação, era feita por marinheiros, carregadores e pescadores, morando em casas

de palha em frente aos arrecifes e, por isto, chamada de arrecifes dos navios. Daí surgiu o nome “Recife” (A CIDADE DO RECIFE, 2008).

Recife era constituído originalmente por conjunto de estreitas ilhas e camboas, resultante das ações de depósitos trazidos pelos rios e pelas correntes marítimas e do aterro de manguezais. Era uma pequena e estreita área entre o Rio Capibaribe e o mar e que se localizava na extremidade sul da península. Desta pequena península expandiu-se, descontando áreas dos mangues e explorando as várzeas do Beberibe e do Capibaribe (BRAGA, 2002, p. 5).

Na várzea do Capibaribe os engenhos foram se sucedendo, ganharam nomes que ainda hoje encantam e batizaram vários bairros de nossa cidade, tais como: Casa Forte, Monteiro, Apipucos, São Brás, Madalena, Torre, Cordeiro, Engenho do Meio, etc. Das várzeas do Tejipió, os engenhos: Curado, São Paulo e Jiquiá. Em 1548, muitas palhoças já podiam ser vistas; o século XVII mal iniciava e era construída a Capela de Santelmo, que anos depois mudava de nome para Igreja do Corpo Santo (BRAGA, 2002, p. 5).

Do porto do Recife eram levadas as riquezas de nossos colonizadores, com embarcações saindo cheias de pau-brasil, açúcar, algodão e fumo. E lá também chegavam as mercadorias do Reino. Além disto, o porto foi cenário, durante quase quatrocentos anos, dos desembarques dos escravos.

Até a chegada dos holandeses (1630), Recife dependia de Olinda, local de moradia da nobreza do açúcar. Os invasores preferiram se estabelecer nas terras baixas do Recife, pois Olinda não favorecia os seus interesses militares e comerciais, e também pela similaridade do Recife com a Holanda. Tal como a Holanda, Recife é formada por rios, estuários e um amontoado de pequenas ilhas interligadas por várias pontes (GALVÃO, 1998).

Segundo Leonardo Dantas *apud* Galvão (1998), é também possível estabelecer uma ligação entre os traçados urbanísticos das duas cidades. No bairro de São José, por exemplo, alguns quarteirões lembram quarteirões da Holanda. As transversais da Avenida Nossa Senhora do Carmo seguem paralelas até o forte das Cinco Pontas, um percurso bem próximo do que se vê em algumas quadras do centro histórico da capital holandesa.

Recife virou sede da administração flamenga e com a chegada do Conde Maurício de Nassau, em 1637, envolveu-se num intenso processo de urbanização. Surgiram palácios, canais, fortes, diques, ruas pavimentadas, pontes e aterros.

Quando chegaram, havia no Recife 130 prédios, mas, quando foram expulsos, 300 (BRAGA, 2002. p. 5).

A ocupação do Recife foi sendo feita por soldados, colonos, habitantes de Olinda (incendiada pelos holandeses) e por imigrantes judeus. A intervenção holandesa (1637-1654) foi um fator determinante para a urbanização do Recife (BRAGA, 2002. p. 5).

De acordo com a Cidade do Recife (2008), a intervenção holandesa (1637-1654) caracterizou-se pelo direcionamento de três eixos de urbanização da parte central do Recife, com a construção de fortes e redutos para impedir os ataques por terra e, também, através da intervenção planejada de Maurício de Nassau.

O primeiro eixo seguiu em direção ao norte do bairro do Recife, no caminho para Olinda, onde atualmente, encontra-se a Fortaleza do Brum e a fábrica de biscoitos Pilar. O segundo eixo atravessou o rio Capibaribe e ocupou a ilha de Antônio Vaz, atuais bairros de Santo Antônio e São José. Ainda durante século XVII, construiu-se a Fortaleza das Cinco Pontas e a ligação por dique, deste forte ao "Aterro dos Afogados", atual Rua Imperial, no bairro de São José. O terceiro configurou-se nos meados do século XVIII, a partir da implantação do aterro da Boa Vista, na margem esquerda do Capibaribe, contornando a Rua da Imperatriz e, na parte mais firme, o bairro da Boa Vista (BRAGA, 2002, P.5).

Ainda, segundo a Cidade do Recife (2008), vale ressaltar que “os aterros contribuíram para ampliar a área construída das ilhas do Recife e de Antônio Vaz, dos arredores do Cabanga, da Boa Vista, dos Coelhos e da Ilha do Leite, bem como dos dois lados da Bacia do Pina e nos arredores da área portuária”.

Deve-se destacar a importância das intervenções públicas, que modificaram as paisagens, nos séculos passados. Não se pode esquecer a pioneira intervenção planejada a partir do plano Pieter Post, encomendada por Nassau e parcialmente executada na Ilha de Antônio Vaz (bairro de São José). Em meados do século XIX, foram as reformas do Conde da Boa Vista; no início do século XX, Sigismundo Gonçalves, no bairro do Recife. Estenderam-se estas intervenções, nas décadas de 40-50, com a abertura das avenidas Guararapes e Conde da Boa Vista, chegando ao prolongamento da abertura da Avenida Dantas Barreto nos bairros de São José e Santo Antônio, ocorrida na década de 70 (BRAGA, 2002, P.5).

A cidade do Recife, designadamente, o bairro do Recife, foi se especializando, a partir dos holandeses, como centro comercial, intermediando a circulação de mercadorias em função da presença do porto e dos judeus, comerciantes por excelência. Apareceram sobrados com o comércio localizado no térreo e a moradia nos andares superiores. Com a especialização cada vez maior do

centro (setor de serviços e bancário), a população foi deixando o centro como lugar de moradia. O bairro de São José, que, era habitado pela classe média na década de 30-40, passa pela deterioração das habitações, surgimento de cortiços e pensões e depois, estabelecimentos comerciais (BRAGA, 2002, P.6).

O bairro do Recife no início do século XX já apresentava alto grau de especialização como local portuário e empório comercial. Nos outros bairros, continuou a predominância da função residencial, inclusive para a população de baixa renda, cujos mocambos se faziam presentes em toda a cidade (BRAGA, 2002, P.5).

A mudança de estilo, de habitação para comércio e serviços, iniciada no começo do século XX no bairro do Recife, persiste até meados do mesmo século nos bairros de São José e Santo Antônio e se intensifica, na década de 60, nos bairros da Boa Vista e Santo Amaro e agora mais recentemente na Ilha do Leite (CAVALCANTI, 2008, p.54).

Em 1654, com a expulsão dos holandeses, os portugueses, retomaram o governo e em 19 de novembro de 1709, o povoado passou a ser chamado de Santo Antonio do Recife. Em 5 de dezembro de 1823, o Imperador D. Pedro I transformou a vila numa cidade, passando a ser a capital de Pernambuco em 15 de fevereiro de 1827 (BRAGA, 2002. p. 6).

Josué de Castro *apud* Braga (2002. p. 6), caracterizou o Recife como uma paisagem de restingas (ilhas) e mangues.

É essa planície constituída de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e pauis, envolvidos pelos braços d'água dos rios que, rompendo passagem através da cinta sedimentar das colinas se espriam remansosos pela planície inundável. Foi nesses bancos de solo ainda mal consolidados, mistura ainda incerta de terra e de água, que nasceu e cresceu a cidade do Recife, chamada de cidade anfíbia, como Amsterdã e Veneza, porque assenta as massas de sua construção quase dentro de água, aparecendo numa perspectiva aérea, com seus diferentes bairros flutuando esquecidos à flor das águas.

A partir do início do século XX, período muito importante para as transformações que originaram a configuração sócio-espacial atual, Recife passou por mudanças constantes dentro de uma dinâmica cada vez mais complexa desde o seu surgimento. Na primeira metade do século XX, o crescimento populacional de Recife ocorreu de tal forma que a cidade já começava a apresentar os principais reflexos de sua expansão urbana “caótica” e desigual, os mocambos começavam a

fazer parte da paisagem recifense. Segundo Melo (1978), em 1910, o Recife tinha 200.000 habitantes, aumentando esse número para 238.800 em 1920 e, em 1960, já contava com 797.000.

Melo (1978) descreve esse crescimento populacional relacionando com a transformação da paisagem:

Os alongamentos ou tentáculos da cidade foram se tornando mais largos, perdendo aos poucos a configuração linear primitiva. Os bairros e subúrbios foram se ampliando e se soldando melhor uns aos outros e ao espaço central para formar uma massa de construções contínuas. Uma nova faixa densamente ocupada surge ao longo do litoral sul e os nódulos periféricos foram se dilatando, alongando-se e emendando-se uns aos outros e aos bairros e subúrbios (MELO, 1978. pp. 70-71).

Em 2000, Recife, possuía uma população de 1.422.905 habitantes. (A cidade do Recife, 2008). Esse grande contingente populacional concentrado na área urbana, incorporado a outros fatores ligados a ausência de infra-estrutura, acarretou uma saturação do Município, modificando desta forma sua paisagem

Os problemas foram se agravando e as pessoas sem condições financeiras buscavam alternativas para a sobrevivência dentro de um sistema que os mantinham na pobreza. Daí, surgiram as habitações nos morros, como é o caso de Casa Amarela, do Morro da Conceição, do Alto José do Pinho, entre tantos outros. Surgiram as populações ribeirinhas ao longo dos principais rios da cidade (Rio Capibaribe, Jordão, Beberibe e Tejipló), e em algumas ilhas, como a Ilha de Deus e a Ilha do Destino (CASTILHO, 2002, P.30)

Segundo Castilho (2002, p. 30-31) a ocupação efetiva da zona Norte (dos morros) deu-se, a partir dos anos 40 do século XX, em função da fixação dos grupos sociais pobres que eram expulsos dos mocambos instalados na área de planície, as quais começavam a interessar à especulação imobiliária. As porções situadas ao Sul foram sendo ocupadas, mais intensamente, nos anos 60/70 com as populações que sofriam os flagelos das enchentes que assolavam os lugares pobres, os quais foram edificadas em espaços alagáveis da planície flúvio-marinha do Recife.

Atualmente, século XXI, os problemas do século passado continuam e a população do Recife, em grande parte, continua na pobreza, sem moradia, faminta, relegada a segundo plano, ou seja, sem qualidade de vida. Poucas foram as ações para solucionar esta problemática e a falta efetiva de políticas públicas resultaram no

desordenamento populacional que acaba degradando o ambiente na sua totalidade (CASTILHO, 2002, P.30-31)

Não podemos deixar de destacar, como parte integrante da história do Recife, o Rio Capibaribe, que é a alma do Recife. Nasce no Planalto da Borborema, no município de Poção, passa por vários municípios, até chegar ao Recife, pelo bairro da Várzea, e vai cortando toda a cidade. É o mais importante rio do Recife e possui duas paisagens distintas: a primeira tem as margens dominadas pela vegetação de mangue e gramíneas e a segunda está marcada pela ocupação urbana.

No Rio Capibaribe está o maior mangue do Brasil em área urbana: é o Encanta Moça, com vegetação arbustiva e ótima para os passeios de barco. É lá que a população mais carente do Bairro de Boa Viagem vai à busca dos caranguejos. O cenário do rio é embelezado pelos cais, como o José Mariano, o de Santa Rita e o do Apolo, e pelas diversas pontes, cada uma com sua história, porém, hoje, degradados pela ação humana. (GUIATUR – PERNAMBUCO, 2003, p. 14)

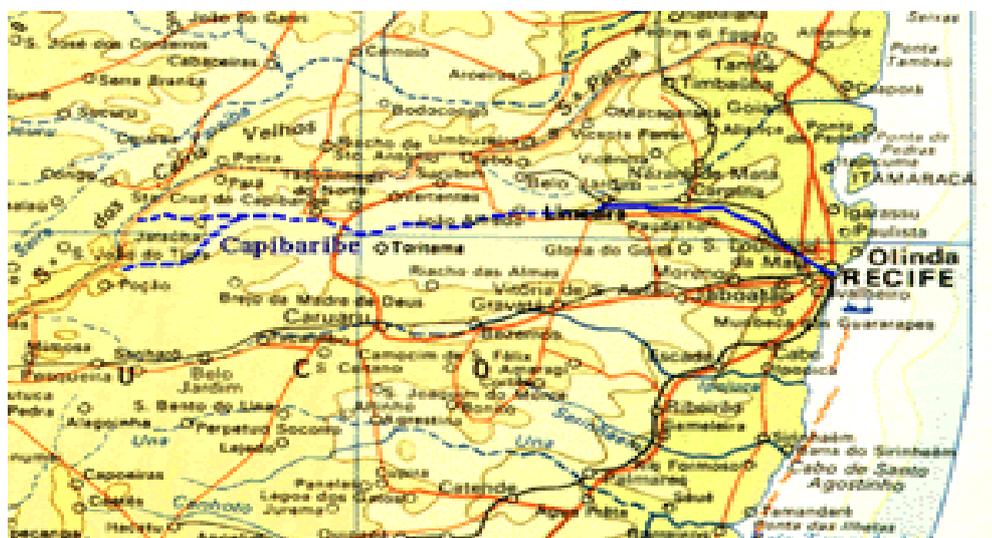


Figura 1 – mapa do Rio Capibaribe

([www.recife.pe.gov.br](http://www.recife.pe.gov.br))

Outro destaque é a arquitetura dos casarios e prédios históricos localizados nas ilhas do Recife separadas pelo Capibaribe. Um bom exemplo é a Rua da Aurora, com suas edificações do século XIX, que hoje abrigam instituições públicas e privadas, como a Assembléia Legislativa, o Ginásio Pernambucano e a Secretaria

de Segurança Pública, antiga residência do Conde da Boa Vista. No entanto, boa parte das margens do rio está ocupada por sobrados pobres e também por palafitas. Do Rio Capibaribe muitas famílias tiram o seu sustento, através da pesca artesanal, e o excedente complementa a renda (GUIATUR – PERNAMBUCO, 2003, p. 14)



Figura 2 – Casario da Rua da Aurora, bairro do Recife.

([www.recife.pe.gov.br](http://www.recife.pe.gov.br))

De acordo com a Cidade do Recife (2008), o Recife apresenta clima quente e úmido, com uma temperatura média de 27° C, um índice de umidade em torno de 70% e uma área de aproximadamente 218km<sup>2</sup>; limitando-se ao norte com as cidades de Olinda e Paulista, ao sul com o município de Jaboatão dos Guararapes, a oeste com São Lourenço da Mata e Camaragibe e, a leste, com o oceano atlântico.

O desenvolvimento econômico do Recife deu-se a partir do setor terciário, desde quando a cidade se destacava pela sua função de intermediação comercial com Portugal, através da exportação do açúcar. Hoje, as atividades comerciais e de prestação de serviços predominam e respondem por 95% de todo o valor da riqueza gerada. Destacam-se as atividades ligadas ao terciário moderno, de comércio e de serviços, em que se destacam *shoppings* e grandes supermercados, serviços médicos, de informática e de engenharia, consultoria empresarial, ensino e pesquisa, atividades ligadas ao turismo, entre outras (GUIATUR – PERNAMBUCO, 2003, p. 14)

O Recife se tornou, também, um reconhecido centro universitário e de produção do conhecimento. Desta forma vem atraindo pessoas que aqui chegam em busca de conhecimento de ponta em diversas áreas. Alguns pólos se constituíram e

hoje se destacam, como o de tecnologia da informação, o médico, o de serviços técnicos especializados (nas áreas de consultoria, *marketing*, propaganda, advocacia, engenharia e prestação de serviços educacionais), enfim (GUIATUR – PERNAMBUCO, 2003, p. 14).

A cidade possui quatro universidades de porte: Universidade Federal de Pernambuco, Universidade de Pernambuco, Universidade Católica e a Universidade Salgado de Oliveira, além de faculdades isoladas e novos empreendimentos privados de ensino de 3º grau, que contam com mão-de-obra especializada e alta capacidade de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico. O Recife também vem se constituindo como reduto de cursos de pós-graduação em níveis de especialização, mestrado e doutorado (GUIATUR – PERNAMBUCO, 2003, p. 14).

Apesar do desempenho da economia formal, com uma base econômica relativamente moderna, o Recife ainda se encontra fortemente ligado à chamada economia informal. Persiste uma enorme rede de atividades vinculadas ao comércio e serviços informais que mantêm ocupada significativa parcela da população, gerando riqueza e conferindo à cidade uma especificidade. No setor informal há expressivo número de micro e pequenas empresas prestadoras de serviços que têm um papel importante para a economia da cidade, em especial como absorvedoras de mão-de-obra (GUIATUR – PERNAMBUCO, 2003, p. 14).

A cultura recifense está presente em cada ponto da cidade: nas seculares igrejas, nos fortes do ano 600 (século VII), sobrados históricos, pontes, ruas, museus, praças, parques, enfim, marcas da presença portuguesa e holandesa do Brasil colônia. Arco de entrada brasileiro, Recife esbanja atrativos. (GUIATUR - RECIFE, 2003, p. 10).

A História, a alegria, a espontaneidade do recifense estão arraigadas nas manifestações folclóricas e nos folguedos populares que sempre acontecem na cidade.

Ainda podemos citar como aspectos da cultura recifense suas festas e manifestações populares, seu riquíssimo folclore, seus ritmos, como o frevo, a ciranda, o maracatu, o forró pé de serra, etc. Sua criativa produção artística envolve a música, a dança, teatro, cinema, artes plásticas, artesanato e muito mais.

O frevo nasceu das marchas, maxixes e dobrados. Afirma-se também que as bandas militares do século passado contribuíram para sua formação, bem como as quadrilhas de origem européia. Deduz-se que a música se apoiou desde o início nas

fanfarras constituídas por instrumentos de metal, pela velha tradição “bandística” do povo pernambucano (LIMA - FUNDAJ, 2008).



Figura 3: Dançarinos de frevo  
(<http://www.abanda.dk/images/Frevo.jpg>)

O carnaval recifense possui música e dança carnavalesca própria, sendo original e nascida do povo. O mesmo é dito da cultura pernambucana. O frevo teve a presença marcante do grande mestre e compositor Capiba (natural de Surubim, cidade do interior de Pernambuco). Vale destacar que o carnaval do Recife é conhecido internacionalmente por sua combinação de alegria, espontaneidade, história, irreverência e lirismo. A cada ano conquista mais foliões do mundo inteiro, interessados em participar de um evento grandioso, colorido e animado. Os ritmos contagiantes e as fantasias criativas brilham nas cidades cheias de gente, luzes e sons. É um carnaval de alto astral!

Não se pode deixar de lembrar o Galo da Madrugada, que acontece no sábado de carnaval. O desfile do Galo da Madrugada, maior bloco de carnaval do mundo (registrado no *Guinness Book*). A agremiação se tornou uma das marcas do bairro de São José, reunindo em seu primeiro desfile 72 pessoas. Hoje, arrasta mais de um milhão de foliões pelo centro do Recife. É uma festa linda, multicultural, com vários ritmos e fantasias. O Galo tornou-se patrimônio Cultural e Imaterial de Pernambuco através do Projeto de Lei 928/2009 (COSTA, 2008).



Figura 4: Galo da Madrugada  
(<http://www.memorialpernambuco.com.br/>)

Em relação à ciranda, este ritmo é uma dança típica das praias que começou a aparecer no litoral Norte de Pernambuco. Uma das cirandeiras mais famosas é Lia de Itamaracá (FUNDAJ, 2008).

A ciranda, assim como o coco, em Pernambuco, era mais dançada nas pontas-de-rua e nos terreiros de casas de trabalhadores rurais, partindo depois para praças, avenidas, ruas, residências, clubes sociais, bares e restaurantes. Em alguns desses lugares passou a ser um produto de consumo para turistas. É uma manifestação bastante comunitária, não tendo nenhum preconceito quanto ao sexo, cor, idade, condição social ou econômica dos participantes.

Os participantes são denominados de cirandeiros e cirandeiras, havendo também o mestre, o contra-mestre e os músicos, que ficam no centro da roda. Voltados para o centro da roda, os dançadores dão-se as mãos e balançam o corpo à medida que fazem o movimento de translação em sentido anti-horário. A coreografia é bastante simples: no compasso da música, dá-se quatro passos para a direita, começando-se com o pé esquerdo, na batida forte do bombo, balançando os ombros de leve no sentido da direção da roda. Há cirandeiros que acompanham esse movimento elevando e baixando os braços de mãos dadas. O bombo ou zabumba, mineiro ou ganzá, maracá, caracaxá (espécie de chocalho), a caixa ou tarol formam o instrumental mais comum de uma ciranda tradicional, podendo também ser utilizados a cuíca, o pandeiro, a sanfona ou algum instrumento de sopro (FUNDAJ, 2008).

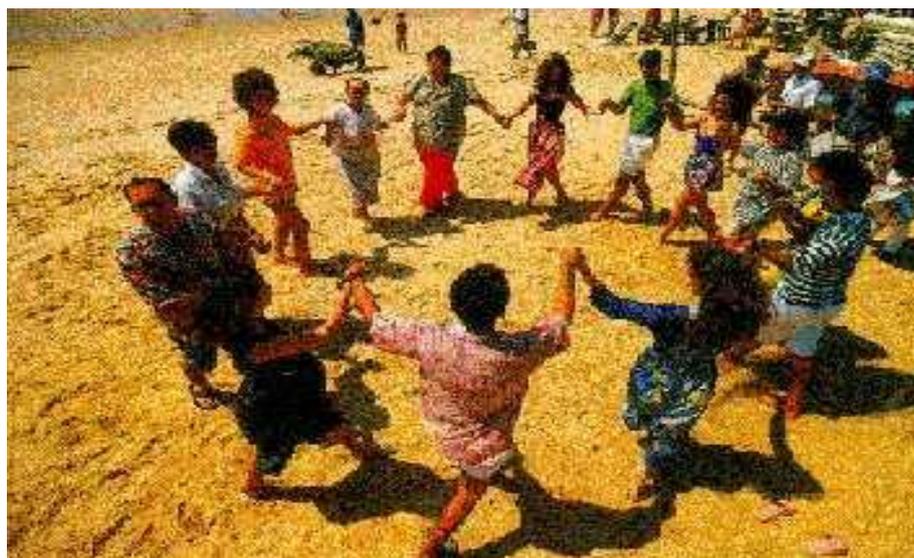


Figura 5: Ciranda em Itamaracá no litoral norte  
([www.asspaulo.8m.com/ciranda.jpg](http://www.asspaulo.8m.com/ciranda.jpg))

Segundo Ascenso Ferreira *apud* Lima (FUNDAJ, 2008), as festas em honra dos Reis Magos foram instituídas no Brasil pelos missionários catequistas, que encontraram nas cores distintas que caracterizavam aqueles personagens da história do Nascimento de Jesus, um ponto para a conversão dos elementos indígenas e negros à fé cristã. O Rei Bronzeado para os caboclos, o Rei Negro para os negros importados da África e o Rei Branco como elemento de adoração dos portugueses. O Rei negro era Baltazar e a ele seguiram-se adeptos, em sua grande maioria da raça negra, e nos seus cortejos são encontradas as origens do nosso atual Maracatu de Baque Virado ou Nação.

A partir de 1888, a coroação dos Reis do Congo perdeu a sua razão de ser, pois não existia mais a necessidade daquela "autoridade" para manter a ordem e a subordinação entre os negros que lhes eram sujeitos. Era no pátio das igrejas que se realizava a coroação dos Reis Negros, cujo cortejo, evoluindo através dos tempos, chegou até nossos dias, destacando-se do grupo das festas de Reis Magos (bumbas-meu-boi, cheganças e pastoris) e entrando para os festejos carnavalescos. A palavra Maracatu, provavelmente, origina-se de uma senha combinada para anunciar a chegada de policiais, que vinham reprimir a brincadeira. A senha era anunciada pelos toques dos tambores, emitindo o som: maracatu/maracatu/maracatu. Na linguagem popular, a palavra maracatu é empregada para expressar confusão; desarrumação; fora de ordem, dando respaldo ao pressuposto da origem dessa palavra (LIMA, FUNDAJ, 2008)



Figura 6: Noite dos Tambores Silenciosos  
([www.14bimtz.eb.mil.br/Fotos%20do%20Carnaval](http://www.14bimtz.eb.mil.br/Fotos%20do%20Carnaval))

De acordo com (FUNDAJ, 2008) a origem da palavra forró é polêmica. Alguns estudiosos do forró acreditam que o nome veio de uma corruptela da expressão *for all* (para todos), usada pelos ingleses para convidar os operários que trabalhavam na construção de ferrovias no Nordeste brasileiro, na época da *Great Western*, empresa inglesa que monopolizava a construção de ferrovias, a participarem das festas por eles oferecidas. Uma segunda versão, defendida por Luís da Câmara Cascudo, afirma que a palavra vem da abreviatura do termo africano forrobodó, que significaria festa, bagunça.

O forró passou a ser um gênero típico dos festejos do ciclo junino, mas é dançado em todas as épocas do ano. Os instrumentos utilizados no forró tradicional, chamado “forró pé-de-serra”, são a sanfona, cujo teclado é percorrido inteiramente, o pandeiro e o triângulo (FUNDAJ, 2008). A dança é formada por casais, que dançam “colados”, fazendo também alguns movimentos separados, com grande molejo no corpo. O forró pode ser dançado em vários ritmos, tais como o xote, o baião, o galope, dentre outros. Hoje, o forró é um ritmo conhecido e apreciado em todo o país, divulgado por artistas nordestinos de sucesso como Alceu Valença, Elba Ramalho, Dominguinhos, Nando Cordel, dentre outros.



Figura 7: forró pé-de-serra

([http://farm4.static.flickr.com/3164/2348010654\\_d810371076.jpg](http://farm4.static.flickr.com/3164/2348010654_d810371076.jpg))

Desta mistura de tradições e culturas resultou uma culinária rica de sabores, cores e aromas. Terceiro maior pólo gastronômico do País, a culinária local tem forte influência africana, indígena e portuguesa.

A culinária recifense é deliciosa. Os cardápios são os mais variados, os quais se apropriam de frutos do mar e frutas tropicais, bem como de elementos e condimentos tipicamente nordestinos, tais como a macaxeira, carne-de-sol, queijo de coalho, jerimum, coentro, cuscuz, mungunzá, feijão preto, entre muitos outros.

As tradições são muitas e sempre seguidas ao pé da letra. Na Semana Santa, por exemplo, não falta à mesa da família o peixe ou camarão acompanhado de bredo, arroz e feijão cozinhados no leite de coco. No São João, as comidas de milho estão presentes, tais como a pamonha, o pé-de-moleque, a canjica, o milho assado e o famoso bolo Souza Leão, considerado patrimônio cultural e imaterial de Pernambuco (BARBOSA, FUNDAJ, 2008). Não podemos deixar de falar também no delicioso bolo de rolo, considerado também patrimônio cultural e imaterial de Pernambuco. (ANDRADE, FUNDAJ, 2008)



Figura 8: Bolo Souza Leão  
(<http://jc.uol.com.br/2008/05/22/no.php>)



Figura 9: comidas de milho  
(<http://jc.uol.com.br/2008/05/22/no.php>)

Nesse cenário rico e diversificado de expressões artísticas, o aprofundamento e disseminação, entre os jovens, dos aspectos de registro histórico-cultural subjacentes a essas expressões pode promover melhor qualidade de vida cultural, pertencimento, “pernambucanidade” consciente e ambiental”. Pesquisar o Recife é entender por onde o país começou a se desenvolver e por que é tão importante unir as tradições culturais às perspectivas modernas.

A EA pode ser assim um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao aluno fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

A educação, no cumprimento do seu dever, é indispensável para que o cidadão tenha uma presença crítica e inovadora do seu tempo e lugar. O aluno deve estar envolvido no seu contexto sócio-histórico, trazendo em sua constituição as marcas da vida social do seu tempo e lugar, da cultura de onde se produziu como gente. A escola que não considerar a herança cultural do aluno está fadada ao fracasso. É necessário trabalhar na escola o patrimônio cultural, pois este fortalece a relação dos alunos com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas, contribuindo assim para a valorização e preservação dos aspectos culturais locais, fortalecendo a vivência real com a cidadania.

Desta forma, a escola, indubitavelmente, deve ser o ponto de partida para um processo de conscientização da sociedade no sentido da construção de um mundo ecologicamente equilibrado, tanto no meio natural e cultural, tornando-se, assim, um importante instrumento de promoção e vivência da cidadania.

Segundo Horta (2000) o patrimônio histórico e o meio ambiente de que o aluno faz parte oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Desta forma, a necessidade de conhecer o passado é essencial para entendermos melhor o presente e daí construirmos o futuro.

A metodologia específica da educação ambiental utilizada como estratégia para o alcance da sustentabilidade cultural pode ser aplicada a qualquer destaque material ou manifestação da cultura, seja um objeto, ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. Outro aspecto importante que deve ser considerado é a questão da transdisciplinaridade, isto é, pode ser aplicado como método em todas as disciplinas. Trabalhar o patrimônio, por meio de outras áreas/disciplinas, nem sempre é imediatamente percebido pelos professores das demais disciplinas do currículo escolar, no entanto esta temática pode ser trabalhada em qualquer disciplina. Na disciplina de português podemos explorar o patrimônio através da compreensão de textos, estudando classes gramaticais, análise sintática, enfim. Na matemática, podemos explorar as formas geométricas, plantas e medidas (HORTA, 2003, p. 3).

### 3- MEMÓRIA E TRADIÇÃO: O PAPEL DO CONTADOR DE HISTÓRIAS

O contar histórias é um costume tão antigo quanto a própria existência humana, pois, ao nascer, cada homem dá o “pontapé” inicial na trajetória de sua vida e assim sua história passa a ser contada e recontada todos os dias. O contar-recontar histórias faz a vida mais bonita e mais possível de ser vivida, pois, sempre que houver alguém disposto a narrar uma boa história, confirmaremos que contar história fez e sempre fará parte da vida do ser.

As histórias são como uma chave que abre a porta dos sentidos e da imaginação do novo. Ouvir histórias torna-se uma experiência ancestral e, ao mesmo tempo, moderna. As palavras motivam e convidam o ouvinte a uma experiência única, além de serem essenciais na formação cultural dos jovens.

A contação de histórias, de acordo com Umbelino (2005, p. 7-19), estimula a imaginação e promove o acesso a diferentes culturas e ao convívio com o outro, despertando também o desejo pela história do cotidiano, do passado, do mundo, enfim. Trata-se, quando pensamos no desenvolvimento sustentável, de instigar o imaginário sobre o vivido, como ato criativo na promoção de um futuro melhor.

Hoje as diversas manifestações da fala evoluíram e podemos contar não só com os relatos orais como também com tudo o que circula no universo da comunicação humana, desde a impressão de livros, jornais, revistas e TV, ao rádio e à Internet. Meios que continuam a manter viva a capacidade de comunicação entre a espécie humana, permitindo a convivência de igual para igual entre os grupos sociais.

Antigamente os contadores de histórias eram bastante importantes para a população, pois, naquela época, não contavam com os recursos da televisão. Os contadores desempenhavam um papel muito importante na educação das crianças pois estas, através das histórias, compreendiam a realidade. Antes da linguagem escrita, todo saber era transmitido oralmente, a memória era o único recurso para registrar e transmitir o conhecimento às futuras gerações.

Originalmente, os "contos" eram narrados na Idade Média, durante as noites invernosas nos castelos “mal-assombrados”, nas fazendas isoladas, nas aldeias espalhadas pelos campos, com a finalidade de trocar experiências e afastar os temores e Aflições pela corrente de força criada pelo grupo quando reunidos ao redor do "contador". A luz bruxuleante das fogueiras ou das

lareiras acesas projetava sombras fantasmagóricas ao redor do grupo e atiçava-lhes a, já fértil, imaginação. O mundo de então era povoado de monstros, dragões, demônios, magos e feiticeiros, por seres encantados e encantadores. A magia pairava no ar, espalhava-se nas fumaças das fogueiras e chaminés, escondia-se nas sombras, despertava no crepitar do fogo. É nesse ambiente que surge a importante figura do Contador de Histórias (KREÜTHER, 1998).

De acordo com Freitas, o costume de narrar histórias foi perdendo espaço na era industrial e, mais recentemente, na era da informática.

A partir do final do século passado, surge a preocupação de resgatar essa arte milenar, reconduzindo textos escritos - populares ou propriamente literários - ao universo da narração oral. Nasce, assim, a figura profissional e contemporânea do Contador de Histórias, que procura trazer aos contos a naturalidade própria da narração oral. A palavra falada, no conto em voz alta, faz-se mágica e convida os ouvintes a entrarem na viagem da imaginação e a se comunicarem com seus próprios sonhos (FREITAS, 2009).

Percebe-se, atualmente, a importância de reavivar a arte narrativa devido a seu mecanismo socioeducador, que atua como um rico instrumento pedagógico, favorecendo, desta forma, a preservação da memória e da tradição de um povo (FREITAS, 2009).

A interação entre jovens e velhos é extremamente prazerosa. Em algumas sociedades tradicionais, os mais velhos têm um papel fundamental em contar a história da comunidade, da família, servindo de referência às novas gerações.

Nossa sociedade, fortemente individualista e ansiosa na competição para o novo, tem esquecido o passado e desprezado a experiência dos mais velhos. Os velhos são sábios, donos de memória prodigiosa, verdadeiras enciclopédias vivas encarregadas da sustentabilidade da tradição e da história de seus povos.

O contador de histórias realiza, de forma particular, a tarefa de convocar imagens e idéias de sua lembrança, passando para os ouvintes, através de seus devaneios e sabedoria (*sapiens demens*). Interação com os mais jovens, estabelecendo um diálogo e promovendo um conhecimento de uma forma dinâmica e divertida. O devaneio e a sabedoria (*sapiens demens*) do contador de histórias na visão de Morin (*apud* Figueiredo, 2005, p. 38), podem se tornar motivo de dialogia e recursividade em nossas vidas.

A contação de histórias foi responsável pela preservação e transmissão do conhecimento humano. Guardar histórias na memória e contá-las por várias gerações é uma idéia-lema que vem se tornando prática educativa, a exemplo dos

temas percorridos no 5º Encontro Regional da Ação Griô Nacional, ocorrido na cidade alagoana de Piaçabuçu em 2007. Ali debateram-se rumos para a educação inspirados nos velhos contadores de histórias, em particular, da inserção da tradição africana GRIOT nas escolas. Os organizadores explicam: “numa definição bem resumida, é esta a missão de um "griô", nome inspirado na figura do velho ancião das tribos africanas, dos quilombos ou das aldeias indígenas, que, bem mais do que "causos" e histórias, guarda a memória cultural de seu povo<sup>2</sup>”.

Para Silva (UERJ/PENESB), as narrativas repassadas pela tradição oral fazem, de cada ocasião da vida, um ato de ensinamento. Dessas ocasiões se tiram lições que podem marcar profundamente a vida e a mente, principalmente dos jovens.

Nas sociedades africanas, a narrativa oral é considerada um forte elo na manutenção da identidade de seu povo. Nas aldeias africanas era de costume sentar-se à sombra das árvores ou em volta de uma fogueira para ali passar horas e horas a fio ouvindo histórias do fantástico mundo africano transmitidas pelos velhos “griots”. É interessante reportar também que a ideia disseminou-se para outros contextos. “Griots” nomeia também a “Associação Griots - Os Contadores de Histórias”, uma organização não-governamental que tem como meta a ação voluntária em hospitais. Os coordenadores enfatizam o papel educativo inspirado nos Griots:

(...) eram considerados verdadeiras bibliotecas ambulantes e sua importância era tão grande que eram poupados até pelos inimigos nas guerras. Lendas, feitos heróicos e lições de vida, tudo era adorado e servia de alimento para o espírito alegre e guerreiro do povo do continente. Quando falecia, o corpo de um Griot era colocado, literalmente, dentro de uma gigantesca árvore chamada Baobá, para que suas histórias e canções pudessem continuar brotando e alegrando todos aqueles que as consumiam.<sup>3</sup>

Através do contador de histórias mais antigo, os jovens refazem o passado e se apropriam dele em um novo contexto. Segundo Gadamer (*apud* Figueiredo, 2005, p. 46) “a experiência se desenrola através de uma dialética entre reconhecimento e estranhamento ou descoberta. Assim, histórias herdadas de um passado compartilhado são atualizadas em direção de um porvir”. Nota-se que quando

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.iteia.org.br/encontro-discutira-a-inclusao-da-tradicao-oral-grio-nas-escolas>; acesso em 27.04.2009

<sup>3</sup> Disponível em [http://www.griots.org.br/porque\\_griots.asp](http://www.griots.org.br/porque_griots.asp)

Gadamer se refere a essa direção de um porvir, aproxima-se da ideia de sustentabilidade.

Por meio da história do passado, os jovens começam a interagir com os bens culturais locais e a partir daí estabelecem uma base de construção e identidade cultural. Ao ouvir uma história, contá-la e recontá-la, preservam os valores e a coesão de uma determinada localidade. Educação ambiental, lição moral, mistério e tradição, tudo isso está relacionado no ser atraído pelas histórias.

(...) nada é melhor do que ouvir histórias contadas pelos antigos, pelos avós; os 'causos' sucedidos com os mais velhos, as novelas míticas tão cheias de magia e encantamento. Contar histórias não é só uma arte que guarda as tradições culturais de um povo, é compartilhar informações de caráter social, lições de moral e costumes, além de fornecer subsídios para uma educação informal (KREÜTHER, 1998).

Os griots constituem-se uma referência para os jovens, pois, através deles, estes solidificam a memória cultural. A memória é a principal referência para a constituição de nossa identidade. Entende-se como identidade o autoconhecimento, o reconhecimento de uma diferenciação em relação ao outro.

Os contadores criam um vínculo, uma ponte entre o passado e o presente, mantendo assim viva a identidade cultural, a partir do reforço da memória, fator preponderante para conhecermos o passado na busca de um futuro sustentável.

A memória nos dá elementos para nos conhecermos e delimitarmos nossas características no mundo. Na visão de Paiva (2007), a memória é a leitura presente do que passou com vistas a um futuro desejado, daí a importância do contador de histórias para o desenvolvimento sustentável.

O passado sempre teve um futuro. E o futuro não prescinde do passado. Somos aquilo que lembramos, mas também o que esquecemos. Memória é consciência e inconsciência; similaridade e diferença; lembrança e esquecimento; busca, invenção e reinvenção; crença. E como exercício, memória não é algo que se completa ou termina; permanece. Como a vida, e sendo elemento primordial da Humanidade, é algo sempre incompleto. Obra coletiva é projeto que se faz e refaz ao longo das existências. É pegada e caminho; sonho e horizonte (PAIVA, 2007).

O griot representa a história viva, a sustentabilidade cultural, e os seus ensinamentos contribuem com a integração do jovem no tempo, no espaço e nas tradições, através da memória cultural. Uma história de vida não pode ser arquivada

ou guardada numa gaveta como um objeto qualquer, mas, sim, deve servir para modificar a cidade onde ela floresceu.

A história do passado nos traz uma abordagem crítica, uma interpretação fiel, uma busca do significado que transcende nossa biografia: é a nossa cultura, a nossa vida.

Mergulhar no passado nos faz mais conscientes quanto aos problemas contemporâneos da vida da comunidade estudada e geralmente nos conduz naturalmente a ações conjuntas e politicamente conscientes, visando sua superação.

Refletir sobre o passado, nos faz reviver a nossa própria experiência de vida a partir da experiência vivenciada pelos mais antigos, sendo assim, um caminho plausível e seguro para reconstrução da própria identidade e de um futuro sustentável, onde as pessoas possam ter o direito de ir, de vir, de ficar, de pertencer a algum lugar, de ser alguém no mundo.

Na visão de Simson (2000, p. 67), o trabalho com a memória não nos prende ao passado, mas nos conduz ao passado, estabelecendo um pertencimento que nos possibilita de uma forma segura enfrentar os problemas atuais. O trabalho com a memória proporciona uma transformação de consciência nas pessoas.

A memória representa os lugares da memória consolidada em um passado coletivo de uma sociedade, ou seja, memória coletiva. É formada pelos fatos e aspectos relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla (SIMSON, p. 63).

Segundo Halbwachs (*apud* GUIMARÃES, 2004) a memória representa a trama da identidade individual e coletiva. Os depoentes conseguem reconstituir o grupo a que pertenceram e uma identidade no momento em que se ativa a memória e os lugares da sociedade em que viveram.

A memória não emerge de forma isolada, mas é uma condição da identidade dos grupos e pessoas e apresenta-se como uma alternativa de estudo referente à vida social de pessoas, da sua localidade, evidenciando a trilha da história dos “cidadãos comuns” em uma rotina explicada na vida coletiva de gerações que vivem no presente. Tudo isto, enfim, promove e ajuda a pensar o desenvolvimento sustentável coletivamente.

Portanto, os contadores de histórias ativam a memória cultural que se constitui como força de ação social na busca da identidade cultural, contribuindo

desta forma na formação educacional dos jovens, visando o desenvolvimento local sustentável, estimulando a consciência ecológica e a cidadania, a partir da valorização de aspectos socioculturais locais.

A tríade meio ambiente-memória-tradição possibilita-nos imaginar diferentes maneiras de investigação em EA. Nossa intenção de pesquisa é compreender essa relação, utilizando o cultivo da memória oral como ferramenta metodológica, pois, através desta dinâmica, acredita-se na contribuição para a reconstrução da história do lugar, levando em conta a biodiversidade, as tradições, ancestralidade, crenças, valores e saberes dos sujeitos.

O cultivo da memória oral para reconstruir a história é uma forma viva de reivindicar o passado e de revelar os estilos de vida de um passado recente como trabalho de consciência de compromisso com um futuro sustentável.

Um sentido de sustentabilidade centrado no compromisso com futuras gerações deve assim ampliar-se para a visão proposta por Walter Benjamim *apud* Brandão, como apelo de redenção do passado com campo fértil para o imaginário de um futuro mais justo:

O passado traz consigo um índice misterioso que impele à redenção. Pois não somos trocados por um sopro de ar respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? [...] Se assim é, existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está a nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente (BRANDÃO, 1998, p. 27).

Enfim, percebe-se a importância dos contadores de histórias, pois estes, com a experiência vivida, faz com que os mais jovens entendam o passado, reflita sobre o mesmo, estabelencendo o pertencimento ao lugar onde vive, restaurando sua história, sua cultura e a partir do pertencimento, estabelecendo a afetividade, a criatividade, bem como também, o senso crítico, na busca, na construção de um mundo mais justo.

### 3.1 Memória e olhares Sobre o Recife: Refazendo o passado através dos aspectos culturais dos bairros<sup>4</sup>

Para cumprir os objetivos deste trabalho, desenvolveu-se uma aula-oficina, conforme já foi citado (p. 13), para obter relatos de memória através de contadores de histórias dos bairros do Recife. Os bairros escolhidos para o desenvolvimento da aula-oficina foram: Madalena, Jardim São Paulo, Boa Viagem, Casa Forte, Afogados e Imbiribeira.

Cada grupo escolheu uma ou mais pessoas que ali vivem há mais tempo, no sentido de coletar sua(s) história(s) e, a partir delas, contadas pelos mais antigos, por meio de entrevista, recriar a tradição cultural (p. 13).

Desta forma, estabeleceu-se o sentimento de pertencimento ao lugar, despertando, assim, a consciência ecológica e o exercício da cidadania por meio da tríade meio ambiente-memória-tradição na busca de um desenvolvimento local sustentável.

#### 3.1.1 *O bairro da Madalena e as Histórias de Dona Carmem e Seu Albares: (...) “Ouvíamos o Canto dos Passarinhos e Hoje Ouvimos a Poluição Sonora dos Carros e dos Alarmes”*

O grupo formado pelos alunos Abel Cavalcanti, Daniel Tavares, Hugo Gustavo, Maria Beatriz Inês e Vinícius Andrade escolheu o bairro da Madalena e os moradores: senhora Carmem Almeida de Souza e senhor Albares Soraiva Barbosa para narrarem as histórias deste lugar<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Como estratégia de exposição, antes dos relatos dos moradores, foram utilizados com preâmbulo, mapas, fotos e extratos do levantamento preliminar de fontes secundárias a fim de emoldurar importantes aspectos do contexto pesquisado em cada bairro.

<sup>5</sup> Todos os entrevistados nos bairros receberam explicações sobre o trabalho que estava sendo realizado e autorizaram o uso de seus nomes e suas histórias para quaisquer fins acadêmicos.



Figura 10: O autor e o grupo que relatou as histórias da Madalena.

O bairro da Madalena começou com povoação em torno do Engenho Madalena. As terras do Bairro pertenceram originalmente a Jerônimo de Albuquerque, como parte da doação feita por seu cunhado Duarte Coelho. No final do século XVI, as terras foram passadas para os seus filhos que foram vendendo para várias pessoas (CAVALCANTI, 2008, p. 150).

O trecho onde hoje fica o bairro foi vendido a Pedro Afonso Duro, casado com Madalena Gonsalves, que fundou no local um engenho de açúcar, vendido depois a João de Mendonça, que em 1630 tornou-se proprietário desse engenho, denominando-o de Engenho Madalena.

Segundo Cavalcanti (CAVALCANTI, 2008, p. 150) a casa-grande onde viviam os proprietários ficou conhecida durante muito tempo como o Sobrado Grande da Madalena. Esse casarão, depois de muitas reformas, foi por muito tempo a residência do conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, na época do Império. Hoje é ocupado pelo 1º Distrito do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Museu da Abolição.

Esse bairro conservou, através dos tempos, sua condição aristocrática, nele residindo até 1841, o futuro Conde da Boa Vista, Francisco do Rêgo Barros, um dos mais brilhantes presidentes da província de Pernambuco. Nele também, mais precisamente, no casarão da Rua Benfica, hospedou-se em 1859, sua Majestade Imperial Tereza Cristina, que acompanhou o marido Dom Pedro II em sua visita a nossa capital (CAVALCANTI, 2008, p. 50).

Nos tempos coloniais, estendia-se o Engenho Madalena. Posteriormente foi dividido em sítios e loteamentos, constituindo o arrabalde mais próximo do centro.

Senhora Carmem, moradora há 27 anos do bairro, narrou:

A Madalena foi ao longo dos anos se tornando também uma área de serviços bastante diversificados, com oficinas, restaurantes, bares, farmácias, bancos, consultórios e o Hospital De Ávila. Ainda segundo Senhora Carmem, o famoso mercado da Madalena foi construído próximo ao local onde funcionava uma feira livre chamada de Mercado do Bacurau (pássaro madrugador) porque funcionava à noite.

Viajando pelas histórias de dona Carmem, os alunos ouviram também que o bairro da Madalena constitui-se como um importante corredor viário com as avenidas Real da Torre, Visconde de Albuquerque e início da Avenida Caxangá, a maior artéria urbana em linha reta do Brasil.

Para Dona Carmem, nos últimos 20 anos:

O bairro perdeu um cinema, muitas casas foram transformadas em prédios ou comércio, as praças viraram prédios comerciais e foram derrubadas várias árvores, o que tornou o clima mais quente. Há uma praça que fica paralela à Avenida Real da Torre, mas está havendo muitos assaltos e pessoas consumindo drogas.

Ainda de acordo com a senhora Carmem, a qualidade de vida dos moradores piorou, pois “antigamente era possível ficar nas praças ou na frente da casa, conversando nas calçadas, vendo as crianças brincarem; era um divertimento, mas hoje não é mais possível por causa dos assaltos”.

Antigamente cada casa tinha uma árvore e atualmente as árvores estão cada vez mais escassas devido aos espigões que são construídos. Ouvíamos o canto dos passarinhos e hoje ouvimos a poluição sonora dos veículos e de seus alarmes. Sinto muita falta da segurança e da tranquilidade.

Senhor Albares, morador do bairro há 23 anos, contou:

Havia um cinema que era muito frequentado pelas crianças, mas esta sala cultural foi substituída por um alojamento comercial, depois por um pet shop e hoje em dia funciona a Marcos Equipadora. Ainda segundo este contador, a Madalena era muito arborizada, todas as casas possuíam árvores e agora quase não há, fazendo com que o clima fique muito quente.

De acordo com o Senhor Albares: “as ruas já foram mais limpas e o aumento da população contribuiu com o aumento da poluição; não havia assaltos, e hoje, segundo ele, “existem muitos”. De acordo com o grupo: senhor Albares também indicou: “sinto muita falta da segurança e da tranquilidade”.

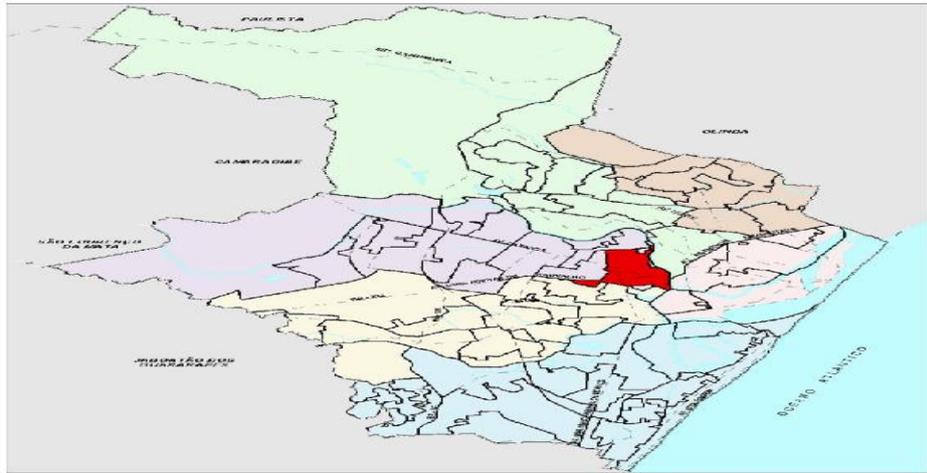


Figura 11: Mapa da Madalena – modificado pelo autor  
(Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife)

### 3.1.2 As Histórias de Dona Terezinha sobre Jardim São Paulo: “O Clima Era Muito Bom, Meio Frio, Dava até para Ver Névoa...”

O grupo formado por Amanda Oliveira, Larissa Mirelle, Luizi Alves, Maria Helena e Yasmim Ramalho escolheu o bairro de Jardim São Paulo e a entrevistada foi a moradora Terezinha Campello para narrar as histórias do lugar.



Figura 12: O autor e o grupo que relatou as histórias de Jardim São Paulo

Em suas redondezas existiu o Engenho São Paulo que nada tem de identidade com esse bairro. Na verdade, surgiu de um loteamento denominado

Jardim São Paulo, possivelmente em alusão à antiga fabrica de açúcar (CAVALCANTI, 2008, p. 234).

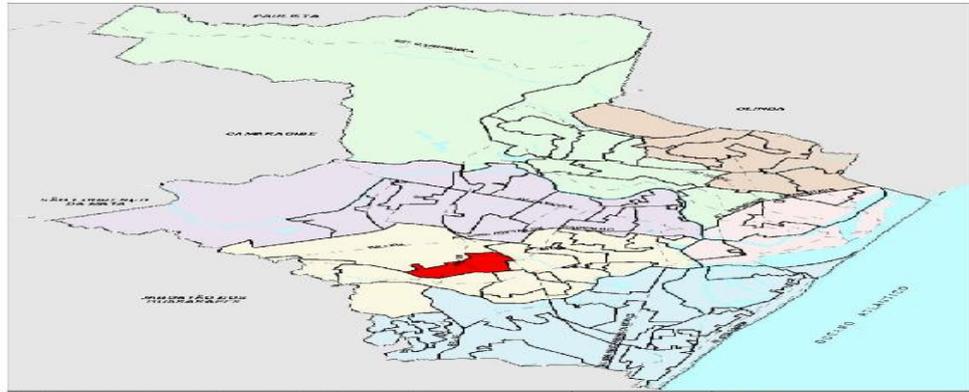


Figura 13: Mapa de Jardim São Paulo – modificado pelo autor  
(Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife)

Segundo dona Terezinha, moradora do bairro há 53 anos, Jardim São Paulo “era um bairro simples, apenas umas pequenas casas distantes umas das outras e o que mais havia eram terrenos que aguardavam ser explorados”.

Segundo Terezinha:

O clima era muito bom, meio frio, dava até para ver névoa. A maioria dos animais criados eram vacas, pois as vacas forneciam o leite de toda a comunidade e, por este motivo, a população acabava criando pequenas fazendas. Mas a criação não se resumia apenas a vacas, também se criavam cabras, carneiros e porcos, principalmente porque os terrenos eram grandes. O crescimento do bairro é devido a algumas famílias que negociavam as terras ainda sem donos.

Em relação aos meios de transporte, para esta contadora de histórias: “eram precários, havia apenas um trem e um ônibus, mas, em 1960, foi fundada a empresa Oliveira que consistia de 8 ônibus. Neste dia houve uma grande festa em Jardim São Paulo”

Em relação à saúde, dona Terezinha, narrou:

Havia muitos médicos particulares que moravam no bairro, mas era complicado, pois a população tinha que pagar pela consulta. Depois foi criado um posto de saúde, onde não era necessário mais o pagamento pela consulta. Não há um bom acompanhamento de saúde à comunidade.

Para o grupo: dona Terezinha sente muita falta da tranquilidade do bairro, hoje, para ela: “o bairro é bastante inseguro, muito violento”.

### 3.1.3 Boa Viagem, na narrativa de Sr. Eça de Queiroz (...) “Com a Construção de Vários Prédios ao Redor do Manguezal, os Guaxinins e Caranguejos Sumiram”

O grupo formado pelas alunas Ana Beatriz, Daniella de Pádua, Marina Arruda, Mirella Santos e Soelane Oliveira escolheu o bairro de Boa Viagem, mais precisamente, o Conjunto Residencial de Boa Viagem e o morador senhor Eça de Queiroz para descrever as histórias do local.



Figura 14: O autor e o grupo que relatou as histórias de Boa Viagem

Nas terras doadas por Baltazar da Costa, o padre Leandro Carvalho resolveu construir uma igreja e mandou fazer uma imagem com o título de Boa Viagem para que os pescadores tivessem mais sucesso nas suas viagens.

A capela de Boa Viagem não só deu o nome à bela praia, mas também a todo o bairro. Sua construção é de estilo barroco, no entanto, seu interior, passou por várias reformas, encontrando-se dessa forma bastante descaracterizado. Possui várias belas imagens sacras. O altar mor é fruto do belo trabalho do mestre José Ferreira (CAVALCANTI, 2008, p. 124).

Em 1859, essa localidade, ainda tão isolada, passaria a ter o seu primeiro impulso de progresso com a inauguração do trecho de Ferrovia Recife-Cabo, cuja estação final se encontrava na Avenida Barão de Souza Leão, chamada naquela época de Avenida de Boa Viagem. Era através dela que os viajantes chegavam ao largo da capela.

Em torno de 1906, Boa Viagem possuía apenas 60 casas, mas em 1924, no governo de Sérgio Loreto, o bairro começou a se desenvolver a partir da construção

da Avenida Beira Mar, hoje chamada Avenida Boa Viagem. No entanto, até os anos 50, Boa Viagem era frequentada apenas por veranistas. Depois da construção da ponte, em 1953, que ligava o Cabanga ao Pina, muito criticada pelos veranistas Boa Viagem não parou mais de se “desenvolver”.

Em 1957, começaram a construção dos espigões, tão comuns na paisagem de Boa Viagem. O primeiro deles foi o edifício Califórnia e o famoso Acaiaca, depois o Holliday.

O Residencial Boa Viagem funciona como um verdadeiro bairro dentro de Boa Viagem. Possui 4 blocos de apartamentos, cada bloco com 14 andares, cada andar com 8 apartamentos, num total de 112 apartamentos por bloco, ou seja 448 apartamentos no local. A população que ali reside está em torno de 3.000 pessoas (maior que a população do bairro da Jaqueira que é de 1.188 habitantes).

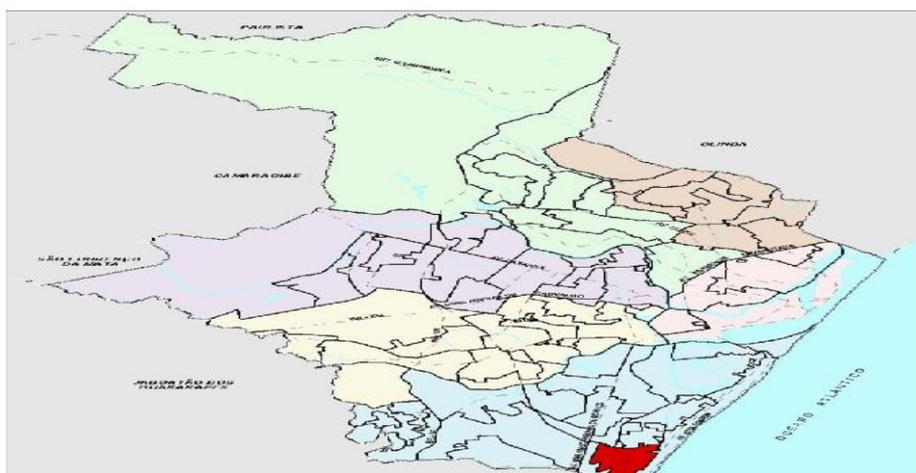


Figura 15: mapa de boa Viagem – modificado pelo autor  
(Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife)

O Senhor Eça de Queiroz narrou:

O conjunto Residencial Boa Viagem foi construído numa área que era completamente do manguezal, vejam que absurdo. A partir daí, o mangue foi bastante prejudicado. Segundo o senhor Eça, com a construção de vários prédios ao redor do referido mangue, houve o desaparecimento de guaxinins e caranguejos que ali viviam.

Em relação ao metrô narrou:

A construção da Estação Boa Viagem do Metrô do Recife, que fica próximo ao Residencial, agravou ainda mais a situação: apesar de ter trazido progresso, melhora no sistema de transporte, trouxe pontos negativos,

como aumento do fluxo de pessoas no local, contribuindo, segundo ele, para o aumento do lixo, da violência, pois os assaltos aumentaram e também contribuiu com o clima, pois o lugar ficou mais quente com a obra. Ainda segundo ele, antes do metrô, o local era mais tranquilo, mais seguro.

### 3.1.4 As Histórias de Seu Pedro sobre Casa Forte “Se Pudessemos, Derrubaríamos Todos os Prédios, Plantaríamos as Árvores que Tinham Sido Derrubadas e Criaríamos Áreas de Lazer e Parques”

O grupo formado pelos alunos: Arthur Freitas, João Pedro da Costa, João Pedro Rebello, Pedro Henrique e Thainá Albuquerque escolheu o bairro de Casa Forte e o morador Pedro José de Souza Filho para relatar suas histórias.



Figura 16: O autor e o grupo que relatou as histórias de Casa Forte

O bairro de Casa Forte se originou de um engenho de cana de açúcar do século XVI, propriedade de Diogo Gonçalves, nas terras que lhe foram doadas pelo donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho.

O nome Casa Forte é devido ao conflito que ocorreu em 17 de agosto de 1645, quando as dependências do engenho foram ocupadas pelas tropas holandesas que haviam sido afastadas no monte das tabocas em Vitória de Santo Antão.

Em 17 de agosto, nome da principal Avenida do bairro, foi deflagrada, naquele engenho, uma grande batalha, na qual, mais uma vez, saiu vitorioso o exército pernambucano, comandado pelo Major Antonio Dias Cardoso.

Naquela ocasião, o engenho serviu de fortaleza para os holandeses, uma vez que sua proprietária, Dona Ana Paes, era casada com o capitão holandês Guilherme de With (CAVALCANTI, 2008, p. 207).

O ponto mais importante de Casa Forte, e que lhe serve de referencial, é a Praça da Vitória Régia, conhecida como Praça de Casa Forte. A Praça é circundada de belas mansões; no meio, um lago em que se vislumbram algumas espécies aquáticas. O jardim foi projetado pelo paisagista Burle Marx.

No ano de 1933, graças à intervenção do Prefeito Antônio de Góis, que revitaliza o pátio em frente à Igreja, a Praça vem a se tornar uma das mais belas do Recife. Quatro anos depois, em 1937, o Prefeito Novaes Filho transforma esse logradouro em um espaço de lazer, colocando-o à disposição da população pernambucana. Nessa Praça, há cerca de 20 anos, acontece a festa da Vitória Régia (CAVALCANTI, 2008, p. 209).

Desde os anos 80 do século XX, passa por um intenso processo de valorização imobiliária, edificando-se com prédios de apartamentos de alto padrão e grandes equipamentos comerciais.

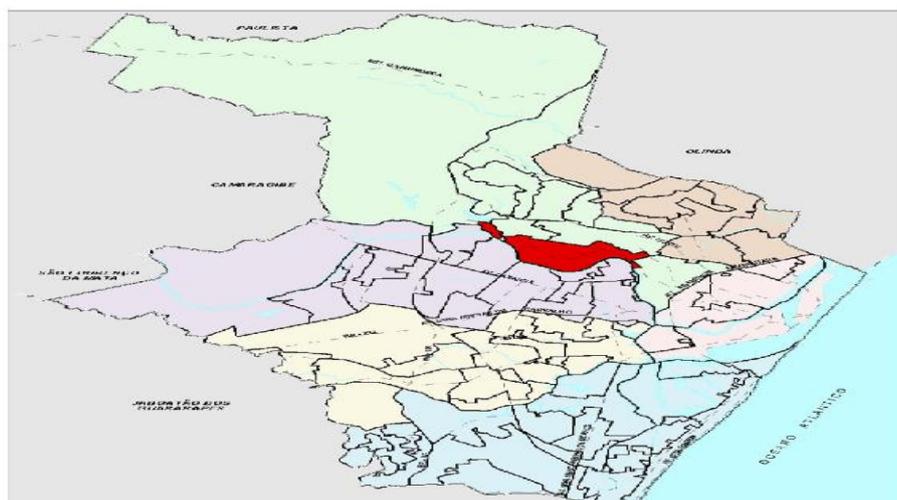


Figura 17: mapa de Casa Forte – modificado pelo autor  
(Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife)

Senhor Pedro, morador do bairro há 15 anos, narrou:

O clima de Casa Forte era mais ameno, menos quente, pois havia muitas árvores, poucos prédios, menos concreto e asfalto nas ruas. Segundo ele, ainda nesse tempo havia muitas plantas, muitas aves, passarinhos nativos, típicos da nossa região.

Ainda segundo Senhor Pedro:

Casa Forte sempre fora um bairro tradicional e, portanto, sempre valorizou suas festas juninas, carnavalescas e natalinas, como representa a festa da Vitória Régia na Praça de Casa Forte, muito frequentada pelos moradores do bairro e dos recifenses de uma maneira geral, até os dias de hoje. Casa Forte também conserva até hoje alguns antigos casarões, como o prédio do ex-Hospital *Magiot*, na Avenida 17 de agosto, que pertenceu a Francisco Ribeiro Pinto Guimarães e onde funciona hoje a sede da Fundação Joaquim Nabuco, o Museu do Homem do Nordeste e o Laboratório de Pesquisa, Conservação e Restauração de Documentos e Obras de Arte.

Os alunos também ouviram do senhor Pedro:

Casa Forte sempre contou com o atendimento público de saúde, bem como com alguns hospitais e clínicas particulares e também sempre teve uma boa participação nos esportes, através das escolas e clubes existentes nele, como o Clube Alemão.

Apesar de Casa Forte ter mantido suas tradições culturais, bom atendimento à saúde, boas escolas, esporte, ser bem servido do que há de melhor para suprir todas as necessidades de seus moradores, para o senhor Pedro: “sofre com o mesmo problema dos demais bairros: aumentou a violência, a pobreza, a população, poluição sonora, etc.”.

Segundo os alunos, para o senhor Pedro, “se pudesse, derrubaria todos os arranha-céus, plantaria as árvores que tinham sido derrubadas e criaria áreas de lazer, como praças e parques”.

### *3.1.5 O bairro de Afogados pelas Histórias de Seu José Antônio da Silva: (...) “A Notícia da Instalação da Fábrica Alimonda Irmãos Gerou muita Insatisfação da População Local”*

O grupo formado por Mateus Gonçalves, Vitória Alexandra, Alexandre Barros, Esther Maria e Mariana Sousa Santos escolheu o bairro de Afogados e o senhor José Antônio da Silva para narrar suas histórias.



Figura 18: O autor e o grupo que relatou as histórias de Afogados

Segundo Cavalcanti (2008. p. 224) o nome do bairro se origina no fato de que muitas pessoas, principalmente escravos negros, morriam por afogamento quando tentavam atravessar o Riacho Cedro – um braço do Rio Capibaribe que beirava as terras onde hoje fica o bairro. Já na época holandesa essa parte do Rio Capibaribe era registrada na cartografia como “Fluvius Afogadorum” (Rio dos Afogados).

De acordo com Vainsencher, pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, em Afogados existiram algumas tipografias, de onde saíram revistas e periódicos pernambucanos. Na segunda metade do século XIX, em particular, ali eram impressos os periódicos *O Verdadeiro* e *Liberal Afogadense*, ambos escritos pelo jornalista Antônio Borges da Fonseca. A revista *Alvorada* (publicada no Recife no começo do século XX) era produzida por rapazes daquela localidade.

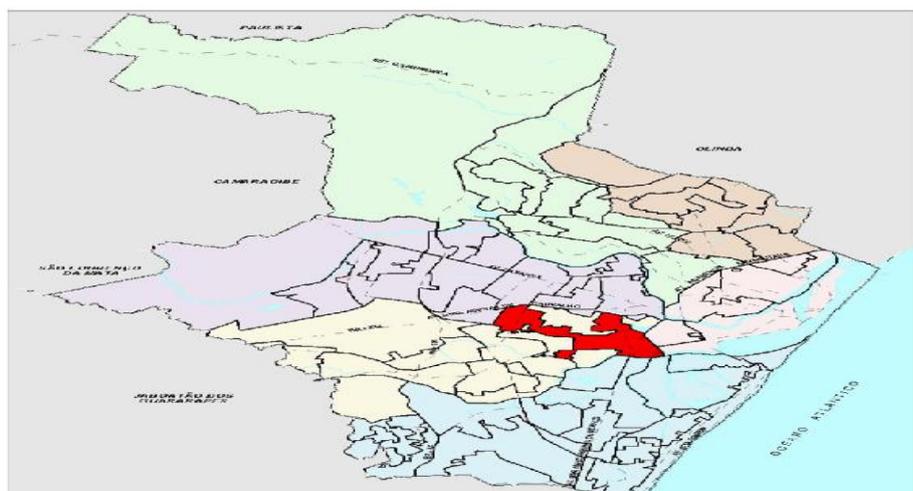


Figura 19: mapa de Afogados – modificado pelo autor  
(Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife)

Senhor José Antonio, morador do bairro há mais de 60 anos, narrou:

O bairro passou por muitas mudanças. Até a década de 60, as ruas não eram asfaltadas, não existia a Avenida Sul, principal Avenida do bairro. Existiam poucos carros, na maioria eram carros de praça e caminhões. Hoje, Afogados é um bairro bastante diversificado, com um bom comércio e possui serviços públicos como escolas, postos de saúde, bancos, mercados, enfim.

Senhor José queixou-se da construção das fábricas:

Boa parte do espaço que foi ocupado pelas fábricas eram manguezais. A instalação da fábrica da Alimonda Irmãos, Sabão Jabacó, Cigarros Souza Cruz e Marmoaria Tabainique trouxe muito emprego, porém gerou aumento da população e poluição do ambiente. A notícia da instalação da fábrica Alimonda Irmãos gerou muita insatisfação da população local, pois já temiam os impactos que esta iria causar, como poluição e outros transtornos.

Em relação à saúde: “a qualidade é boa, melhorou muito de um tempo para cá; antes as pessoas se dirigiam ao centro da cidade para se medicar”. Para os alunos, “Seu José se orgulhou em falar deste item”.

Em relação aos transportes, ouviram deste contador de histórias:

Inicialmente tinha bonde e trem que ligava ao centro da cidade e carros de praça para quem quisesse se dirigir a outros lugares. Havia transporte de tração animal para transportar carga local. Posteriormente surgiram as “Barrigas” que eram caminhões adaptados para transportar pessoas na carroceria. Este tipo de transporte passou a ter mais importância depois que os bondes foram desativados. A partir deste momento surgiu o ônibus da empresa Autovias.

Senhor José também narrou:

Sinto muitas saudades de jogar sinuca, dos cinemas Eldorado e Central que funcionaram até a década de 70, espaços culturais e lugares dos namoricos, de se reunir e passear na praça com os amigos, ouvindo o som de um sistema local que tocava para animar... Era uma festa. Sinto falta das várias árvores que havia no local, das extensas áreas de mangues que hoje se resumem a alguns trechos nas margens do rio, onde, por algum motivo, as pessoas não construíram habitação. Também sinto falta da tranquilidade, porque hoje existe violência de todo tipo.

### 3.1.6 As Histórias de Dona Ivone em Imbiribeira: (...) “As Mulheres Tinham o Direito de Serem Acompanhadas até o Bebê Completar Sete Meses, Hoje em Dia, até para Fazer o Pré-Natal é Difícil”

O grupo formado pelas alunas Ana Luiza, Anna Letícia, Mariana Araújo, Marília Nascimento e Rayane Karen escolheu o bairro da Imbiribeira e a moradora Ivone Ferreira da Silva para narrar as histórias do lugar.



Figura 20: O autor e o grupo que relatou as histórias da Imbiribeira

A origem deste bairro vem do antigo Sítio da Imbiribeira, existente na época dos holandeses. Durante algum tempo foi chamado de “Passagem dos Tocos” e hoje corresponde a um dos grandes bairros do Recife (CAVALCANTI, 2008. p. 230).

O nome do bairro Imbiribeira é originário de uma grande árvore da família das *myrtaceas* – a imbiriba – existente na flora brasileira, cuja madeira (vermelha ou preta) é usada como ripa, para a fabricação dos telhados das casas. Essa árvore era abundante nesta região (CAVALCANTI, 2008. p. 230).

Foi nesse bairro, por ordem do Presidente Floriano Peixoto, que se constataram as execuções de marinheiros envolvidos no episódio que, no final do século XIX, ficou conhecido na História do Brasil como “Revolta da Armada.

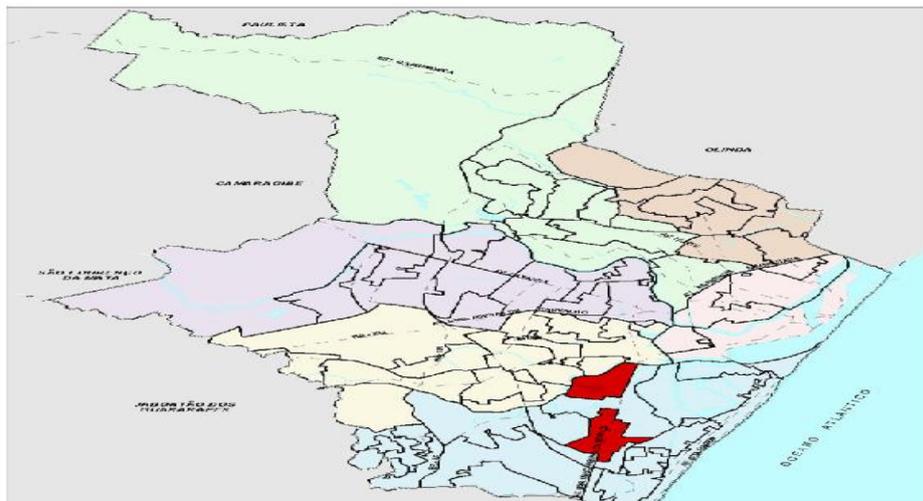


Figura 21: mapa da Imbiribeira – modificado pelo autor  
(Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife)

Dona Ivone Ferreira, moradora do bairro há 40 anos, narrou: “os meios de transporte chamavam-se de lotação, os bancos ficavam no meio e era muito impressado. Também havia ônibus, mas era muito precário, não era como o de hoje”. Em relação às vias urbanas, dona Ivone relatou que: “eram péssimas; a Mascarenha de Moraes, principal artéria viária do bairro, não existia, era estrada da Imbiribeira com apenas uma mão e muito estreita”.

Segundo dona Ivone, em relação aos meios de comunicação:

Havia o rádio e a televisão que era preta e branca. Havia telefone, mas era muito raro quem o tivesse; neste caso, quando precisávamos telefonar, procurávamos um posto telefônico. Quando indagada sobre o comércio, afirmou que não existia, porém hoje é bastante diversificado, de tudo tem. Em relação ao clima, afirmou que nada mudou.

Para dona Ivone:

A educação era boa, mais rigorosa que a de hoje. Para passar para o ginásio (hoje, ensino fundamental II) tinha que fazer admissão, era como se fosse um vestibular; quem não passasse, continuaria no primário (hoje, ensino fundamental I). Para ela, hoje a educação é melhor para os pobres, pois não é tão burocrática como antes.

Em relação à saúde, contou que: “era melhor; as mulheres tinham o direito de serem acompanhadas até o bebê completar sete meses. Hoje, até para fazer o pré-natal é difícil”. “A medicina melhorou, mas o que adianta, se o pobre não tem acesso a ela”, retrucou dona Ivone.

Dona Ivone contou que havia incentivo em relação aos esportes; referiu-se ao Geraldão, Ginásio de Esportes, inaugurado em 1970, pelo então prefeito Geraldo Magalhães, de quem herdou o nome. Para ela: “o ginásio foi testemunha de vários eventos, tais como: campeonatos mundiais de basquete, de voleibol, de futebol de salão, além de espetáculos como o *“Holiday on ice”* e o *“Balé Bolshoi”*. Hoje, o Geraldão não vive seus melhores dias”.

Em relação ao saneamento, dona Ivone, relatou:

Não havia coleta de lixo e esgoto também não. Não passava carro de lixo e quando chovia era um horror. Hoje, ainda alaga, mas está bem melhor. Disse que o lixo era jogado na maré, hoje Lagoa do Araçá. Que por falar na Lagoa do Araçá, esta foi urbanizada em 1994, pelo prefeito Jarbas Vasconcelos. Com sua urbanização vieram muitas melhorias, tais como: parques infantis, quadra poliesportiva, pista de *skate*, pista de *Cooper*, ginástica, dois mirantes e um núcleo de Segurança Pública. Este projeto trouxe um desenvolvimento para a Imbiribeira.

E concluiu:

O desenvolvimento trouxe muita coisa boa, como melhoria no transporte, comércio, ruas pavimentadas, enfim. Porém trouxe a violência, que segundo ela, está cada vez maior. Podíamos ficar na rua até tarde, atravessar a Mascarenhas de Moraes, sem nenhum medo. Hoje, até para pegar um táxi à noite é complicado, pois não se sabe se é motorista ou ladrão. O Recife está bem melhor; em relação ao progresso, porém, no quesito segurança pública, está um caos. Se pudéssemos aliar o progresso à segurança pública, seria muito melhor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com um tema bastante inovador e ainda pouco trabalhado no contexto escolar como a EA foi muito desafiador e ao mesmo tempo prazeroso. O desafio fez com que o autor adentrasse um campo de diversos olhares, novas perspectivas e idéias e lhe proporcionou investigar universos teóricos e visões de vários autores renomados, como: Gadotti, Paulo Freire, Edgar Morin, Michele Sato, Leonardo Boff, dentre outros. Essas ideias abriram caminhos para uma nova forma de pensar a educação, como aquela que desafia os alunos, tornando o aprendizado prazeroso, que permite ao aluno construir seu conhecimento de forma crítica, por meio da argumentação e da pesquisa, propiciando, sobretudo, o exercício pleno da cidadania.

A aula oficina, carro chefe deste trabalho, que consistiu na exploração das histórias contadas pelos moradores antigos dos bairros e recontadas pelos alunos, permitiu a estes desenvolver uma prática de EA que os fez se sentirem como autores deste processo e como pesquisadores, exigindo, desta forma, o senso crítico e o poder de argumentação.

Percebeu-se, através das histórias que os bairros apresentaram, certo desenvolvimento; porém, em detrimento de muitos aspectos importantes que sofreram modificações indesejadas, tais como a segurança pública, o meio natural danificado, festas, costumes, enfim, que não existem mais. Notou-se, a partir das histórias, a percepção geral de um processo de degradação ambiental, associado à perda de qualidade de vida dos moradores nas últimas décadas, demonstrando os equívocos do modelo predominante de crescimento urbano verificado nas localidades estudadas.

Após as narrativas dos alunos, a auto-reflexão feita sobre as histórias dos bairros estabeleceu uma relação com o desenvolvimento sustentável e gerou um debate, na sala de aula, bastante proveitoso. Nesse debate, os alunos compreenderam que o desenvolvimento não se deve resumir apenas ao progresso material, frequentemente associado ao desenvolvimento econômico, mas, buscar igualmente o desenvolvimento social (sociedade com direito a saúde, moradia, educação, etc.), humano (qualidade de vida de cada um) e cultural (respeito aos costumes, às festas, à tradição cultural) inerentes à preservação do meio natural.

De acordo com o professor Doutor Fábio Pedrosa, coordenador do Núcleo de Gestão Ambiental da Faculdade de Ciências da Administração da Universidade de Pernambuco<sup>6</sup>:

O almejado desenvolvimento sustentável de uma determinada localidade constitui um desafio inadiável para as grandes cidades, sobretudo como o Recife, com suas características sociais, econômicas e naturais que revelam relações bastante conflituosas.

Quando solicitado para opinar sobre os resultados da presente pesquisa, comentou:

Vale destacar a salutar vivência intergeracional desenvolvida pela pesquisa, quando alunos adolescentes entrevistaram pessoas mais antigas dos seus bairros, reforçando laços de convívio relevantes para o desenvolvimento local.

Com efeito, de muitos dos alunos ouviu-se: “foi muito bom ter realizado este trabalho, pois, por meio dele, conhecemos a história, a cultura da nossa localidade, do nosso bairro, bem como também, a história e a cultura do Recife como um todo”.

Por meio da história do passado, os jovens interagiram com os bens culturais locais e a partir daí estabelecem uma base de construção cultural de suas identidades. Ao ouvir as histórias e ao recontá-las estabeleceram afetividade, pertencimento, “pernambucanidade consciente”, digamos assim, revigorada e embasada nas raízes de sua cultura.

Para Fábio Pedrosa “um aspecto essencial dessa pesquisa foi discutir questões relevantes como o sentimento de pertencimento ao lugar onde se vive, que contribuiu para realçar a identidade com sua memória e tradições.”

A integração do lugar à educação ambiental é importante, pois o estudo do lugar incute no aluno o enraizamento da sua história, dos aspectos culturais e desperta a sensibilidade ecológica. A sensibilidade ecológica é despertada em função de que o aluno, apaixonando-se pelo lugar em que vive, a partir da sua história, de sua cultura, desenvolve a consciência de preservar e conservar o patrimônio que cerca sua comunidade, ou seja, cuidará das praças, das ruas, de seu bairro, da sua casa, do meio ambiente, enfim, na sua totalidade.

---

<sup>6</sup> Os depoimentos do professor Fábio Pedrosa foram cedidos ao autor em 10 de abril de 2009.

Por meio desta pesquisa, compreendemos também que a EA não se pode restringir apenas a conceitos ecológicos, mas deve abordar as questões do meio ambiente, de forma sistêmica, integrando aspectos culturais, morais, de cidadania, de justiça, da saúde, da pobreza, da igualdade, das diferentes faces do desenvolvimento.

Diante dos resultados, acredita-se que a EA é um processo permanente, contínuo e interdisciplinar. Se a comunidade escolar não se sensibilizar com as questões socioambientais, culturais, enfim, trabalhadas cotidianamente, não haverá mudanças de atitudes.

Tais preocupações foram objeto de discussão nos últimos encontros com o orientador, Professor doutor Sergio Neves Dantas, que cedeu o seguinte registro, de suas impressões sobre o trabalho:

É importante destacar, nesse trabalho envolvendo educação ambiental e sustentabilidade, a importância da idéia de processo. Aprendemos muito com todas as etapas que foram sendo geradas ao longo da pesquisa. Os alunos, trabalhando em equipes, gostaram de ir a campo, viveram com alegria a experiência de ouvir os mais velhos contarem as histórias dos bairros. Posteriormente, ainda agrupados e representando seus bairros, entusiasmaram-se por recontar “suas histórias” em sala, na aula-oficina, aplaudiram-se ao final. Entendo que esse entusiasmo veio também acompanhado, ao que me parece, da sensação prazerosa de se estar vivendo a história – participando de algo importante para os rumos da cidade, e de poder aprender com isso. Esse processo todo, enfim, atentou-me para essa dimensão do aprender fazendo; quando a leitura, pelos alunos, da palavra editada – história oficial – pode ser acrescentada pela escuta do mundo: o testemunho de pessoas que vivem o cotidiano daqueles bairros, ilustrando a vida em todas as suas dimensões. Esse tipo de vivência educativa que imerge na cotidianidade bem poderia ser pensado internamente, como parte do cotidiano escolar, a instigar dia a dia, outros olhares, ganhos em consciência, despertando para o novo.

Neste propósito, por meio do trabalho envolvendo EA a partir dos contadores de histórias dos bairros foi despertado o interesse de continuidade que ensejou um projeto de Interdisciplinaridade no mesmo contexto escolar (Apêndice B). Este projeto envolve as disciplinas: Geografia, História, Ciências, Artes, português e Matemática e será trabalhado com os mesmos alunos que participaram da aula oficina, bem como também com os alunos que trabalham como voluntários no Núcleo de Gestão Ambiental – NGA da Universidade de Pernambuco.

Educação ambiental, lição moral, mistério e tradição, tudo isso foi vivido por meio das histórias que levaram os alunos para o passado e trouxeram para um presente injusto, mas na busca de um futuro sustentável, digno para todos.

O desejo do autor é que este estudo possa ser considerado um motivo para a reflexão sobre os currículos e principalmente sobre a EA, que, mesmo estando em condição menos favorável que os outros temas considerados mais importantes, vem representando novos significados no modo de pensar e de agir dos alunos e de toda comunidade escolar.

Com o término deste trabalho, fica a certeza de que a EA se constitui um movimento ético e histórico de grande importância para a construção de uma consciência ambiental, natural e cultural na busca do desenvolvimento sustentável.

Espera-se que esta pesquisa seja um estímulo na forma de pensar a nova educação, sendo, assim, um pretexto para o desencadeamento de novas práticas pedagógicas de EA.

## REFERÊNCIAS

**A CIDADE do Recife.** Disponível em: < [http:// www.recife.pe.gov.br](http://www.recife.pe.gov.br)> Acesso em: 18 Abr. 2008.

ADAMS, Berenice. **Tendências Pedagógicas da Educação Ambiental.** 2004

**A história da Ciranda.** Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorn.ns.presentation.NavigationServlet? publicationCode=16&pageCode=16&pageCode=300&textCode=921](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorn.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=16&pageCode=300&textCode=921)> Acesso em: 15 maio. 2008

**A história do Forró.** Disponível em: < [http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorn.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=303 &textCode=2458&date=currentDate](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorn.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=303&textCode=2458&date=currentDate)> Acesso em: 15 maio. 2008

ANDRADE, Maria do Carmo. **Bolo de Rolo.** Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorn.ns.presentation.NavigationServlet? publicationCode=16&pageCode=299&textCode=12011&date=currentDate](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorn.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=299&textCode=12011&date=currentDate)> Acesso em: 16 maio.2008

BARBOSA, Virgínia. **Bolo Souza Leão.** Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorn.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=299&textCode=12246&date=currentDate>> Acesso em: 15 mar.2008

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra.** 7.ed. Petrópolis: vozes, 1999.

BOFF, Leonardo. **Terra Livre.** Disponível em: <<http://terralivreacores.blogspot.com/2008/07/ecologia-social-segundo-leonardo-boff.html>> Acesso em: 10 Out. 2008.

BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao terceiro milênio.** volume único. 3.ed.São Paulo: Moderna, 2007.

BRAGA, João. **Trilhas do Recife.** Guia Turístico, Histórico e Cultural. Recife, 2002, 4ª ed.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória Sertão.** São Paulo: Editorial Cone Sne/Editora UNIUBE, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil: meio ambiente e saúde.** Brasília, 1997a.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde.** v. 9. Brasília, 1997b. 128p.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas - Ciência Para Uma Vida Sustentável.** São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização ecológica.** São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Movimentos sociais urbanos e construção do espaço do cidadão em lugares pobres do Recife/PE: Uma História dos Movimentos de Bairro, Conquistas e Impasses, na busca da Construção da Cidadania.** Revista de Geografia. vol. 19. Recife. 2002.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros.** 2008. Câmara Municipal do Recife.

CHALITA, Gabriel. Educação: **A solução está no afeto.** São Paulo. Ed. Gente, 2001.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** (com índice temático) - Editora Tecnoprint, 1988, 128 p.

COSTA, Eri. **Galo da Madrugada recebe título de Patrimônio Cultural e Imaterial de Pernambuco.** Disponível em: <<http://www.tudoagora.com.br/noticia/16246/Galo-da-Madrugada-recebe-titulo-de-Patrimonio-Cultural-e-Imaterial-de-Pernabuco.html>> Acesso em 20 mai. 2008.

DEPRESBITERIS, L. **Educação Ambiental: algumas considerações sobre interdisciplinaridade e transversalidade.** In: NOAL, F.O.; REIGOTA, M; BARCELOS, V.H.L. (org.) Tendências da Educação Ambiental brasileira. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. p.127-143.

DIAS, Genebaldo. F. **Atividades interdisciplinares de EA.** 2. ed. São Paulo. Gaia, 2006.

DIAS, Genebaldo. .F. **Educação Ambiental: Princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo Gaia, 2004.

DO CARMO, Josué Geraldo Botura, 2004. **A interdisciplinaridade e o trabalho com projetos**. Disponível em: <[http:// www.globaltraining.com.br/arqartigos/20081010A%20INTERDISCIPLINARIDADE%20E%20O%20TRABALHO%20COM%20PROJETOS. pdf](http://www.globaltraining.com.br/arqartigos/20081010A%20INTERDISCIPLINARIDADE%20E%20O%20TRABALHO%20COM%20PROJETOS.pdf)>. Acesso em: 20 abr.2009.

FATORBRASIS. **Ferramentas para o desenvolvimento de territórios a partir da cultura**. Disponível em: <http://www.fatorbrasis.org/node/46>. Acesso em: 20 jun. 2008.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, Roberto. **O contador de histórias**. 2009. Disponível em: <[http://www.redacaocriativa.com.br/index.php/Roberto-de-Freitas-Contador-de-Histórias.html#\\_ftnref1](http://www.redacaocriativa.com.br/index.php/Roberto-de-Freitas-Contador-de-Histórias.html#_ftnref1)>. Acesso em: 30 Jan. 2009.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro. **Contadores de Histórias: Tradição e Atualidade**. 2005. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra e Cultura da Sustentabilidade**. Revista pátio, ano 5, n.19.p 02, nov. 2001 – jan. 2002

GALVÃO, André. **Dois cidades com muito em comum**. Disponível em: <[http://www.memorialpernambuco.com.br/memorial/paginas/historia/112batalha\\_dos\\_guararapes\\_5.htm](http://www.memorialpernambuco.com.br/memorial/paginas/historia/112batalha_dos_guararapes_5.htm) >. Acesso em 10 Out. 2008.

GUIATUR-PERNAMBUCO. **Pontos turísticos**. ed. 2003.

GUEDES, José Carlos de Souza. **Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental: Estudo de caso**. Garanhuns, PE: Ed. do autor, 2006.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 5.ed. Papyrus,1995

GUIMARÃES, Betânia Maria Monteiro. **Cidade Memória: A história oral na internet**. 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congnext/Cultura/Cultura24.pdf>>. Acesso em: 30 Jan. 2009.

HORTA, Maria de Lourdes. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/bolentins2003/ep/text1.htm>>. Acesso em: Jul. 2008.

HORTA, Maria de Lourdes. **Fundamentos da educação patrimonial**. In: Ciências e letras, Porto Alegre, FAPA, n. 27, jan/jun.2000.

HUTCHISON, David. **Um currículo ecologicamente sensível para o ensino fundamental**. Revista pátio, ano 5, n.19. p 14, nov. 2001 – jan. 2002.

KREÜTHER, Franz Pereira. **A magia da tradição oral**. 1998. Disponível em: <[http://pontodeencontro.proinfo.mec.gov.br/O\\_Contador\\_de\\_Historias.pdf](http://pontodeencontro.proinfo.mec.gov.br/O_Contador_de_Historias.pdf)>. Acesso em: 30 Jan. 2009.

LEÃO, Ana Lúcia C. **Educação Ambiental em Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=32&class=02>>. Acesso em: 30 Jun. 2008.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo. Cortez, 2006.

LEI 6938/81; **Política Nacional do Meio Ambiente**. Promulgada em 31 de agosto de 1981.

LEI 9795/99; **Política Nacional de Educação Ambiental**. Promulgada em 27 de abril de 1999.

LIMA, Claudia Maria de Assis Rocha. **A história do Frevo**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=303&textCode=923>. Acesso em: maio. 2008.

LIMA, Claudia Maria de Assis Rocha. **A história do Maracatu**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=309&textCode=885&date=currentDate>. Acesso em: maio. 2008.

MINUANO, Carlos. **Encontro discutirá a inclusão da tradição oral Griô nas escolas**. Disponível em: <http://www.iteia.org.br/encontro-discutira-a-inclusao-da-tradicao-oral-grio-nas-escolas>> Acesso em: 27 abr. 2009.

MELO Mário Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento**. O caso do Recife. Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 1978.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 4.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

NUNES, Ellen. R.M. **Educação Ambiental: Princípios e objetivos**. Revista da educação AEC, Brasília, DF, ano 17. n. 68, p. 19 -28, abril/junho,1988.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Projetos, relatórios e textos na educação básica**. Como fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PAIVA, Marcus Vinícius. **Para contar história e construir memória**. 2007. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/para-contar-historia-e-construir-memoria>>. Acesso em: 31 Jan. 2009.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Meio ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época)

PERNAMBUCO. **Plano Estratégico Ambiental 2007**, Brasil. Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente. Recife.

PERNAMBUCO. **Programa de Educação Ambiental do Estado de Pernambuco**, 2005, Brasil. Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente. Versão submetida ao CONSEMA pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Pernambuco.

**PORQUE Griots**. Disponível em <[http://www.griots.org.br/porque\\_griots.asp](http://www.griots.org.br/porque_griots.asp)> Acesso em: 30 abr. 2009

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SATO, Michèle. **“Para quem servirá Jo’Burg 2002?”**. In: V CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA SOBRE MEIO AMBIENTE Anais. Belo Horizonte: Ecolatina, 2002 (4º fórum: ONGs. ambientalistas). [[www.ecolatina.com.br](http://www.ecolatina.com.br)] Reproduzido em:

Educação Ambiental em Ação, Ano 1, n º2, set-nov, 2002. Disponível em: <<http://www.revistaea.arvore.com.br/artigo>>. Acesso em: 10 Jul. 2008.

SCHINKE, Gert. **Ecologia Política**. Santa Maria: Tchê! Editora, 1986.

SILVA, Acildo Leite da - UERJ/PENESB. GT: **Afro-brasileiros e educação**/n. 21. Disponível em: <[www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0760.pdf](http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0760.pdf)>. Acesso em: 31 Jan. 2009.

SIMSON, Olga Rodrigues de M. Von. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**: o exemplo do centro de memória da Unicamp. In: FARIA FILHO, Luciano M.de. (Org.). Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação. Campinas, SP: Universidade São Francisco, 2000. p. 63-74 (Coleção memória e educação).

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Thessaloniki: **a educação ambiental no Brasil**. In: CASCINO, F.; JACOBI, P.; OLIVEIRA, J.F. (orgs) Educação, Meio Ambiente e Cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.

TRINDADE, A. L & SANTOS, Rafael (orgs). **Multiculturalismo**: mil e uma faces da escola. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

UMBELINO, Janaína Damasco. **A narração de histórias no espaço escolar**: a experiência do Pró-leitura. 121 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>>. Acesso em: Jun. 2008.

UNESCO. **Manifesto pela cultura de paz**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/manifesto2000>>. Acesso em: 20 Mai. 2008.

VAINSENER, Semira Adler. **Bairro de Afogados**. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 31 Mar. 2009.

VASCONCELLOS, H. S. R. **A pesquisa-ação em projetos de Educação Ambiental**. In: PEDRINI, A. G. (org). Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis, Vozes, 1997.

VEIGA, I. P & RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves (orgs). **Escola: espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas. Papyrus, 1988.

WALDMAN, Maurício. **Meio Ambiente & Antropologia**. São Paulo. Senac, 2006.

YUS, R. **Educação Integral**. Uma educação holística para o século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2002.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Os Aportes Culturais do Recife

O Patrimônio arquitetônico, os museus, as praças do Recife remontam ao passado histórico e nos traz uma cultura viva que não pode ser esquecida. A história e a cultura pernambucana estão expostas nos diversos museus, igrejas, pontes e praças da cidade. A arte, de uma forma geral, ajuda a contar histórias de povos, e Recife, berço e morada de artistas multiculturais, sabe valorizar esse aspecto.

Em relação ao conjunto arquitetônico, museus e praças podemos destacar (GUIATUR – PERNAMBUCO, 2003. p. 14-30; ibidem, p.31-35; ibidem, p-39-42):

#### • Forte do Brum

Foi construído pelos portugueses em 1629 e denominado de Diogo Paes. Em 1631, sobre os alicerces desta fortaleza, os holandeses levantaram uma edificação, que passou a se chamar Forte do São João Batista do Brum. Seu estilo colonial tem muralhas de pedra e arenito dos arrecifes, canhões de bronze e pequenas torres em forma de cilindro.

Lá está montado o Museu Militar, de 1987, que guarda marcas da administração de Portugal e da presença holandesa. São canhões, armas, fotos e objetos que testemunharam a ação da FEB (Força Expedicionária Brasileira) na segunda guerra mundial. O Forte do Brum fica na Praça Comunidade Luso-brasileira, s/n, no Bairro do Recife.

#### • Forte das Cinco Pontas

Construído em 1630 pelos holandeses, recebeu o nome de Frederik, em homenagem ao príncipe de Orange que ordenou sua construção. Posteriormente, passou a se chamar Forte das cinco pontas, devido ao fato de sua construção ser pentagonal. Durante uma restauração, contudo, uma das pontas foi retirada e, hoje, o forte tem apenas quatro extremidades.

Essa fortificação foi a última construção Flamenga na cidade e já serviu de prisão e quartel General. Há, nele, um túnel oculto que, em caso de invasão, se prestava para fugas.

Atualmente, em Cinco Pontas, funciona o museu da cidade do Recife, inaugurado em 1982 e dedicado à memória iconográfica da cidade. São mais de cem mil fotografias do Recife, mapas da cartografia holandesa, cenas pintadas por Franz Post, azulejos e louças, canhões, maquetes do forte, peças arqueológicas e antigos documentos. Há, ainda, uma biblioteca especializada na cidade, que dispõe de mais de duzentos livros, mapoteca e cerca de cem mil e quinhentas imagens. O Forte fica localizado no Largo das Cinco Pontas, s/n, no Bairro de São José.

#### • **Ponte Maurício de Nassau**

Antes de a ponte ser construída, um serviço de balsas, explorado comercialmente, fazia a travessia. Construída em 1640 por Maurício de Nassau, é a primeira ponte do Brasil. Na sua inauguração, cobrou-se pedágio; uma multidão compareceu e o rio estava cheio de barcos.

Além da ponte, um expediente de Marketing: o “boi voador” de Belchior Alves. Anunciaram que um boi iria voar, e voou; só que de papel, cheio de palha, puxado por cordas de um lado a outro da ponte. Após várias reconstruções, a atual ponte data de 1917 e é embelezada por quatro estátuas de bronze, que representam o direito e a justiça; a indústria e o comércio; a colheita e a agricultura; a cultura e a inteligência.

#### • **Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos**

Construída em 1685, em estilo barroco, por negros escravos, devotos de Nossa Senhora Mãe de Jesus. Colunas retorcidas e teto em madeira entalhada enfeitam o local, assim como as imagens de Nossa Senhora do Rosário, de Santa Efigênia e de São Benedito. A igreja fica localizada na Rua Estreita do Rosário, s/n, no bairro de Santo Antônio.

- **Basílica e Convento Nossa Senhora do Carmo**

Em 1687, o palácio da Boa Vista construído por Maurício de Nassau, foi doado à ordem das Carmelitas para a construção da Basílica e do Convento. A igreja, localizada na Avenida Dantas Barreto, na Praça do Carmo, é de estilo barroco e possui obras de considerável expressão sacra e artística. Possui um altar dourado com a imagem em tamanho natural da Padroeira do Recife, Nossa Senhora do Carmo. No convento, Frei Caneca fez seus votos religiosos e ordenou-se sacerdote. Acredita-se que esteja enterrado nele, em lugar duvidoso.

- **Capela Dourada**

Construída entre os anos de 1696 e 1724, localizada na Rua do Imperador Dom Pedro II, é a expressão máxima da arte sacra barroca de Pernambuco. Constitui-se um dos mais belos conjuntos arquitetônicos de talha lusitana encontrados no Brasil. O seu forro é formado de pinturas emolduradas pelas sofisticadas talhas douradas e contornadas por grades de Jacarandá. Anexo à Capela está o museu Franciscano de Arte Sacra que possui um representativo acervo de riqueza histórica, artística e religiosa.

- **Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares**

Em 1710, a igreja já funcionava. Localizada na Rua Nova, no Bairro de Santo Antônio, nº 304, pertence à Irmandade de mesmo nome e tem o interior todo em talha portuguesa, em estilo rococó. Sob o coro, um painel representa a 1ª batalha dos Montes dos Guararapes contra o invasor holandês.

- **Igreja de Nossa Senhora do Terço**

Foi erguida em 1710, no local de uma imagem de Nossa Senhora, onde os viajantes rezavam o terço agradecendo a chegada ao Recife. Na frente desta igreja, localizada no Pátio do Terço, no Bairro de São José, Frei Caneca foi destituído das ordens sacras e suas vestes eclesiásticas foram enterradas no chão de sua entrada.

Todo ano, na noite da segunda-feira de carnaval, há um encontro de maracatus no pátio da igreja, em homenagem aos negros mortos durante a escravidão. É a chamada Noite dos Tambores Silenciosos.

#### • Igreja da Madre de Deus

Construída em 1720, em estilo barroco, conserva sua arquitetura inicial e tem painéis arrojados em seu interior, obra do pintor Sebastião Canuto Tavares. Nesta igreja, encontra-se a imagem do Senhor do Bom Jesus dos Passos, obra de um dos maiores escultores de imagens sacras, o pernambucano Manuel da Silva. Ao lado, o edifício do Convento, que foi confiscado pelo governo Imperial em 1825, nele instalando a alfândega. Ali encontramos portas de arcos romanos e estátuas que representam a Arte, a Justiça e a Navegação; ali já funcionou o Liceu Provincial. Hoje, naquele espaço, funciona um moderno centro de lazer.

#### • Arquivo Público Estadual

Edifício de dois pisos, construído em 1731, inicialmente funcionava como cadeia nova do Recife (deste prédio, Frei Caneca foi levado para ser fuzilado). Mais tarde, abrigou o Senado da Câmara Municipal, e depois o Fórum de Pernambuco. Atualmente funciona com sede própria do Arquivo Público Estadual. Localizado na Rua do Imperador D. Pedro II, o prédio, em estilo barroco, tem a fachada adornada por pequenas colunas jônicas. Sobre a porta de entrada, vê-se o escudo de Pernambuco.

#### • Ponte da Boa Vista

Construída em 1737 por Maurício de Nassau para facilitar o acesso ao palácio da Boa Vista. Foi reconstruída em 1815 e a atual é de 1876. Após a cheia de 1966, que comprometeu sua estrutura, foi restaurada por Augusto Lucena. É composta de ferro batido e possui, lateralmente, trilhos que protegem os pedestres. Em suas extremidades encontram-se o Brasão Imperial e a história de Pernambuco, contada em pequenas inscrições.

- **Casa da Cultura**

Às margens do Rio Capibaribe, no Bairro do Recife, foi construída entre 1753 e 1790 para servir como casa de detenção. O projeto do engenheiro pernambucano José Mamede Alves Ferreira, arrojado para a época, possui características neoclássicas e estilo sóbrio.

A construção em forma de cruz favorece a vigilância de todas as alas. Em 1976, depois de restaurada, a cadeia cedeu o espaço para a Casa da Cultura. Das suas 156 celas, apenas uma se mantém como documento do período em que servia de prisão. As outras abrigam lojas de artesanato, galerias de arte, uma casa de câmbio e espaços para apresentações folclóricas. Em suas dependências, acontecem aulas de dança popular, teatro e pintura.

- **Igreja do Santíssimo Sacramento – Matriz de Santo Antônio**

Concluída em 1790, em estilo barroco colonial, possui uma fachada esplêndida. Em sua frente possui um bonito ostensório para indicar que a igreja pertence ao Santíssimo Sacramento. Seu interior é decorado com talhas do século XVIII. Suas dimensões são de Catedral; tornou-se uma das igrejas mais visitadas da cidade. A matriz fica situada na Avenida Dantas Barreto, s/n, no Bairro de Santo Antônio.

- **Pátio de São Pedro**

Situado no histórico bairro de São José, entre ruas estreitas e seculares, o pátio conservou, ao longo do tempo, suas características originais. É um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos preservados da tradição portuguesa. Tem como elemento de destaque a Concatedral de São Pedro dos Clérigos, de 1792. Em oposição à imponência da igreja, encontram-se as oitocentistas casinhas de porta e janela, em sua maioria, térreas. Restaurado no final do século XX, o Pátio de São Pedro ganhou destaque como espaço turístico e comercial.

### • **Concatedral de São Pedro dos Clérigos**

Construção em estilo barroco concluída em 1792. No teto, há uma das mais belas obras de pintura do Estado. Sua porta, moldada com Jacarandá, com grandes almofadas, ladeadas por colunas coríntias e sereias, é uma das principais atrações artísticas do ambiente.

Chama a atenção, também, por possuir duas torres simétricas com janelas grandes e pequenas e a imagem de São Pedro no nicho. Nas torres laterais, dois anjos representam o juízo final. No forro, encontramos a pintura do artista pernambucano João de Deus Sepúlveda, que representa São Pedro recebendo as chaves do céu. No altar encontram-se imagens de São Pedro entalhadas, ladeadas pelas de São Paulo e Santo Antônio de Pádua.

### • **Bairro do Poço da Panela**

Bucólico e tranquilo, o bairro é clássico e pitoresco. Abriga amplos casarões, casas e sobrados do século XIX, época em que era um dos melhores locais de veraneio do Recife, graças à sua proximidade com o Rio Capibaribe.

Uma atração à parte é a igreja Barroca de Nossa Senhora da Saúde, de 1820, que possui apenas uma torre. Ao lado da igreja, um monumento chama a atenção: o monumento a José Mariano, grande abolicionista pernambucano, casado com dona Olegarinha, a mãe dos pobres. Juntos ajudavam na fuga dos escravos. Outro atrativo é o Atelier do Poço, que abriga exposições permanentes.

### • **Palácio do Campo das Princesas**

Construído em 1841 pelo Conde da Boa Vista, o Palácio recebeu este nome em homenagem às filhas do imperador D. Pedro II, na época em que ele veio a Pernambuco com a imperatriz Tereza Cristina, em 1859. Quando houve a mudança na forma de governo do país, o palácio passou a ser chamado de palácio do governo e passou a ser utilizado como residência oficial do governador e como local de despachos e recepções.

Erguido dentro de belíssimos jardins e protegido por grades trabalhadas em ferro, com portões imperiais, a construção integra o conjunto arquitetônico do século XIX, na Praça da República. Em estilo neoclássico, o prédio tem três pavimentos e, em frente à escadaria que dá acesso ao primeiro piso, há um vitral com a data da proclamação da República.

#### • **Ponte Buarque de Macedo**

É a mais extensa ponte do Centro do Recife. Construída em 1845, a chamada Ponte Provisória era de madeira. Em 1890 foi inaugurada sobre uma base de concreto. Quem coordenou sua construção foi o ministro Manuel Buarque de Macedo, daí o atual nome.

Em 1923, foi reconstruída, passando a ser de alvenaria. O poeta Augusto dos Anjos immortalizou a ponte em seu livro “Eu e outras poesias”; devido a isso tem seu busto na Praça da República, onde a ponte tem uma de suas extremidades.

#### • **Torre Malakoff**

A Torre Malakoff foi construída na época da heróica defesa de Sebastopol, durante a guerra da Criméia (1853-1855), daí o seu nome, devido à semelhança com o forte que, em 1855, defendeu a referida península. Construída com linhas sóbrias, de estilo “tunisiano” que pertencia ao Arsenal da Marinha, local onde se consertavam os navios e se construíam peças navais e barcos menores.

Na torre, há um relógio e uma cúpula móvel em ferro. No topo da construção funciona o observatório Cultural Malakoff e, em uma saleta no primeiro pavimento, uma gibiteca, com muitos exemplares raros. Ali também funciona uma biblioteca virtual e um centro de informações turísticas. A torre fica localizada na Praça do Arsenal da Marinha, no Recife antigo.

#### • **Ponte Princesa Isabel**

Primeiramente, tinha estrutura de ferro e chamava-se D. Pedro II. Datada de 1863, a Ponte Princesa Isabel está entre o Teatro Santa Isabel e a Rua Princesa

Isabel. Foi a primeira ponte de ferro do Recife, construída pelo engenheiro inglês William Martineau. Resistiu até 1943, quando, na gestão de Novaes Filho, foi reconstruída em concreto. Comprometida pela cheia de 1966, foi restaurada por Augusto Lucena.

#### • **Ponte D’Uchoa**

Foi construída no século XVII, sobre o Rio Capibaribe, na altura do Riacho Parnamirim, por determinação do proprietário do Engenho da Torre, Antônio Borges de Uchoa. Posteriormente, aterrada, passou a servir de estação de bondes. A estação foi construída em 1865 pela Empresa de Trilhos Urbanos do Recife e Apipucos. Esta área, entre a Torre e a Jaqueira, foi transformada em uma das áreas mais valorizadas da cidade, com lindas mansões; hoje tombadas pelo patrimônio histórico.

#### • **Academia Pernambucana de Letras**

A sede da Academia, localizada na Avenida Rui Barbosa, nº 1596, no Bairro das Graças, é o nobre e harmonioso solar que pertenceu ao barão Rodrigues Mendes. Em estilo neoclássico, foi concluído em 1870 e talvez seja o primeiro exemplar de residência urbana do Recife. O prédio é todo revestido em azulejos portugueses.

Foi fundada em 26 de janeiro de 1901, por Joaquim Maria Carneiro Vilela e um grupo de literatos radicados no Recife, tendo como objetivo promover a defesa dos valores culturais do Estado, especialmente no campo da criação literária.

#### • **Basílica de Nossa Senhora da Penha**

Construída em 1870, por capuchinhos italianos. A Basílica é de estilo coríntio e é único exemplar no Recife, localizada na Praça Dom Vital, no Bairro de São José, Possui pinturas, em afresco, do pernambucano Murillo La Greca. Junto ao templo está o Museu Dom Vital, que abriga objetos pessoais do bispo envolvido com a questão religiosa entre a Igreja e a Maçonaria no século XIX.

- **Mercado Público de São José**

Inaugurado em setembro de 1875, localizado na Praça Don Vital, s/n, no Bairro de São José, foi um dos primeiros prédios de ferro do Brasil. É coberto de telhas francesas e, desde sua inauguração, nunca parou de funcionar, possui mais de 500 boxes, com grande variedade de produtos.

- **Palácio Joaquim Nabuco – Assembléia legislativa do Estado**

Inaugurada em 1875, a sede do poder Legislativo tem o nome de Palácio Joaquim Nabuco desde 1948. Na belíssima paisagem da tradicional Rua da Aurora, nº 631, o prédio se destaca. Em estilo dórico-romano, possui uma cúpula grande e, originalmente, prateada. Depois de uma recente revitalização, a cúpula, agora, é dourada. O corpo do edifício tem a forma de uma cruz, formando, ao centro, um salão redondo em que ocorrem as sessões plenárias. À frente do prédio, no pátio externo, há dois leões deitados e lâmpões tradicionais iluminam e ornamentam o entorno.

- **Antiga Estação Central do Recife - Museu do Trem**

Inaugurada em 1888 para servir à Estrada de Ferro Central de Pernambuco, que ligava Recife a Limoeiro. Pertencia a *Great Western Of Brazil Railway*, empresa que monopolizava os transportes ferroviários do país. Em estilo neoclássico, toda a sua estrutura é de Ferro. Em 1972, foi desativada e passou a sediar o Museu do Trem do Recife, pioneiro do Brasil, que fica localizado na Praça Visconde de Mauá, s/n, no Bairro de São José.

- **Casa de Manuel Bandeira**

A casa, construída no século XIX, serviu de residência para o poeta pernambucano, Manuel Bandeira, entre 1892 e 1896. De estilo neoclássico, o sobrado é um dos mais imponentes da Rua da União, nº 263. Atualmente funciona com o Espaço Cultural Passárgada, no qual há exposições permanentes de quadros

com fotos, documentos, correspondências, títulos, diplomas e nomeações de Manuel Bandeira. Um núcleo de pesquisa sobre o poeta e a poesia pernambucana também está instalado lá. O local também é utilizado para exposições, recitais e venda de livros de autores pernambucanos.

- **Casa dos Brennand**

Localizada no Engenho São João, na Várzea, a casa é toda pré-fabricada, em estrutura de ferro importada dos Estados Unidos, em 1892. Seu transporte foi feito por navio e a sua montagem só terminou em 1902. Situa-se no alto de uma colina, às margens do Açude São João da Várzea e é cercada por um belo jardim projetado por Burle Max.

- **Conjunto Chantecler**

Prédio pertencente à Santa Casa da Misericórdia do Recife, localizado na Avenida Marquês de Olinda, composto por sete edifícios independentes, construídos no início do século. Possui balcões salientes e janelas geminadas.

O Conjunto Chantecler, localizado no Bairro do Recife, somente recebeu essa denominação na metade dos anos 40, quando começou a funcionar no local uma boate que tinha esse nome. Aportuguesamento da expressão francesa Chant Claire, que significa Canto Claro, a casa noturna foi uma das mais badaladas da capital pernambucana e possuía atrações como música ao vivo e desfiles, tudo com uma iluminação vanguardista para a época, com luzes piscando e em profusão.

- **Diário de Pernambuco**

Construído em 1903, o edifício está localizado em frente à Praça da Independência, no Bairro de Santo Antônio, e passou a sediar o Diário de Pernambuco, mais antigo jornal em circulação na América Latina.

A praça é também conhecida como Pracinha do Diário e já foi palco de históricos e agitados comícios, desde a República Velha até o princípio da década de 60. Em 1945, o acadêmico Demócrito de Souza Filho foi assassinado enquanto

discursava de uma das sacadas do Diário. Em frente ao prédio encontra-se um busto do jornalista e fundador do jornal, Assis Chateaubriand. De estilo neoclássico, há no edifício uma pequena torre que aloja o tradicional relógio Carrilhão.

#### • **Faculdade de Direito do Recife**

Também conhecida como Casa de Tobias Barreto, foi inaugurada em 1911. Em estilo renascentista, sua estrutura é toda de ferro. No interior, existe um Salão Nobre decorado com cabeças de leões nas paredes e um expressivo sol no teto.

Muitas personalidades ilustres estudaram nesta Faculdade e seus retratos estão expostos em uma galeria, da qual fazem parte Castro Alves, Padre Roma e Tobias Barreto, que tem uma sala exclusiva, com todos os seus pertences. Estão instalados, lá, na Praça Adolfo Cirne, s/n, o Museu Rui Barbosa e uma biblioteca, cujo acervo de livros raros é o maior da cidade.

#### • **Ponte 6 de Março**

Liga o bairro da Boa Vista/Cais Dr. José Mariano ao bairro de São José/Cais da Detenção e a Rua Velha à Travessa Cais da Detenção. Quem primeiro uniu esses dois bairros, por meio de uma ponte, foi o Conde Maurício de Nassau, em 1643. Era toda de madeira e partia da extremidade leste da Casa da Detenção (atual Casa da Cultura), e terminava na freguesia da Boa Vista, dando acesso ao Palácio nassoviano (Palácio da Boa Vista). Mas, devido à implantação dos serviços de saneamento no Recife, planejados e executados pelo engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, entre 1909 e 1918, a ponte foi reconstruída, no mesmo lugar daquela de origem holandesa, e serviu para dar passagem aos tubos de água e esgoto e também ao tráfego de veículos.

Inaugurada em 6 de março de 1921, seu nome, Ponte 6 de Março, é uma homenagem da cidade do Recife ao dia em que irrompeu a Revolução Pernambucana de 1817. Esta data representa, entre as lutas libertárias travadas em Pernambuco, uma das mais importantes páginas do heroísmo de nosso povo.

### • Palácio da Justiça

Inaugurado em 1930, o palácio da justiça está inserido no belo conjunto arquitetônico da Praça da República, no Bairro de Santo Antônio, do qual faz parte, ainda, o Teatro de Santa Izabel e o Palácio do Campo das Princesas. Em estilo neoclássico, o edifício possui três pavimentos e uma cúpula. Na fachada, pode-se observar a presença de dois grupos de escultura, representando a Lei e a justiça. Atualmente a construção é sede da justiça de Pernambuco, da procuradoria Geral da Justiça e da Consultoria Jurídica.

### • Ponte Duarte Coelho

Inicialmente, uma ponte para o transporte ferroviário; era chamada de Ponte Caxangá, pois as viaturas de transporte que trafegavam pela ponte dirigiam-se do subúrbio para a Avenida Caxangá. Em 1915, foi desativada em decorrência do desgaste do tempo e vendida ao ferro velho, sendo reconstruída em concreto armado, em 1943, na administração do prefeito Moraes Filho, permanecendo até os dias de hoje em bom estado de conservação.

Em 1941, devido a reformas urbanísticas, foi construída a nova ponte. É formada por pilastras de granito rosa. Serve como um gigantesco palco para as comemorações do carnaval de Rua do Recife, considerado *o maior do mundo* e que tem como principal atração o desfile do Galo da Madrugada, no sábado de Zé Pereira. É um espetáculo histórico, registrado no *Guinness Book*, conhecido pernambucanamente como o *Book dos Arretados*.

### • Teatro de Santa Isabel

Inaugurado em 18 de maio de 1950, é de estilo neoclássico. Em 1969, o teatro foi vítima de um incêndio que destruiu todos os móveis originais, restando apenas um piano. Seu interior é riquíssimo, destacando-se o salão nobre com seus espelhos de cristal com o emblema real, jarros franceses, conjuntos de marquêsões e telas do pintor Murillo La Greca.

Do teto do teatro, pende um majestoso lustre de cristal de procedência tcheca. Bustos de personalidades ilustres encontram-se no andar térreo. O teatro passou por um longo período de restauração. Situa-se na Praça da República, no Bairro de Santo Antônio e compõe o belo conjunto arquitetônico de seu entorno.

#### • **Ponte 12 de Setembro**

Antiga Ponte Giratória, que se abria para facilitar a passagem das embarcações carregadas de açúcar que iam para o Cais de Santa Rita. A atual ponte, construída em 1971, recebeu esse nome em função da data de inauguração da anterior.

#### • **Ponte Gilberto Freire**

A ponte mais nova do Recife é a Ponte Gilberto Freyre, em Afogados, inaugurada em 1995, em homenagem ao maior símbolo da inteligência recifense, criador do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, quando deputado federal, em 1949.

Uma reverência a quem foi apaixonado pelo Recife, pelas suas pontes, pelos seus rios, pelos seus bairros, pela sua gente, por tudo aquilo que lhe proporcionou as condições de aplicar um método de análise sociológica singular, interdisciplinar, antecipando-se a europeus e norte-americanos. Um pluralismo cultural conforme ele mesmo definiu em Casa Grande & Senzala.

#### • **Museu do Estado**

O Museu do Estado de Pernambuco (MEP) foi criado no dia 24 de agosto de 1928, através da Lei Estadual nº 1918. Começou a funcionar desde 1930, expondo somente algumas coleções de quadros, instalado na cúpula do Palácio da Justiça.

No dia 10 de maio de 1940, o MEP foi recriado pelo Decreto nº 491. Neste sentido, as suas novas instalações foram inauguradas na Avenida Rui Barbosa, 960, esquina com a Rua Amélia, no casarão do século XIX, que pertenceu à família do Barão de Beberibe.

O museu tem um acervo de mais de doze mil peças, considerado o mais importante de Pernambuco. Mantém uma exposição permanente com peças do século XVII aos dias atuais. São relíquias de guerra, mobiliário, jóias, moeda, quadro, elementos da cultura afro-brasileira e objetos indígenas.

- **Centro Cultural Benfica**

No Centro Cultural Benfica, localizado na Rua Benfica, 157, Madalena, Recife/PE, o visitante poderá conhecer um pouco do Movimento Armorial, criado no dia 18 de outubro de 1970, pelo escritor Ariano Suassuna para valorizar a cultura popular do Nordeste brasileiro. Seu acervo abriga ainda parte das obras da antiga Escola de Belas Artes de Pernambuco.

- **Museu e Oficina Cerâmica Francisco Brennand**

Criado em 1971, em uma área de 15.000m<sup>2</sup>, o museu possui mais de duas mil obras do artista plástico que se unem à exuberante natureza para compor um ambiente ímpar, totalmente exótico. Considerado um espaço único, um verdadeiro santuário em exposição permanente. Neste Ambiente, Brennand criou o universo próprio em esculturas, pinturas e cerâmicas. Fica localizado no antigo Engenho São João, no Bairro da Várzea.

- **Museu do Homem do Nordeste**

Criado em 1979, pertence à Fundação Joaquim Nabuco, situado na Avenida 17 de Agosto, nº 2187, no Bairro de Casa Forte, é um centro de referência cultural da Região. O acervo de 3.500 peças está em exposição permanente. Lá, a cultura do índio é destacada do ponto de vista antropológico e arqueológico. Estão representadas a vida colonial, a cultura afro-brasileira, as influências holandesas, as paisagens nordestinas e as manifestações socioculturais.

O Museu do Homem do Nordeste é uma viagem por um roteiro histórico que une o passado ao presente. Nesta viagem no tempo, a bordo de uma visão antropológica, o visitante vai conhecendo a riqueza cultural de uma sociedade que,

com suas contradições e seus contrastes, criou valores extremamente valiosos para a cultura brasileira.

- **MAMAM – Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães**

Funcionando desde 1981, Instalado em um sobrado do século XIX, às margens do Rio Capibaribe e em meio ao antigo casario da Rua da Aurora, o MAMAM originou-se da antiga Galeria Metropolitana de Arte Aloísio Magalhães. Ele surgiu para dar apoio institucional à produção artística de Pernambuco e do Brasil. O Recife entrou na rota das grandes mostras nacionais e internacionais devido à estrutura do Museu, que possui um patrimônio de grande valor. São pinturas, esculturas, desenhos, gravuras e cerâmicas, dentre outros, de brilhantes artistas do país e estrangeiros. O MAMAM fica localizado na Rua da Aurora, 265, no Bairro da Boa Vista.

- **Museu Gilberto Freyre**

Foi onde o grande sociólogo viveu a maior parte de sua vida. Trata-se de um solar de três pavimentos, localizado no alto de uma colina, no Bairro de Apipucos, nº 320. A casa, hoje museu, abriga o legado intelectual produzido e reunido por Gilberto Freyre. No entorno, existe o Sítio Ecológico, originado dos antigos quintais da região, onde foi construído o memorial que abriga os restos mortais do sociólogo e antropólogo, historiador e escritor.

A casa, de estilo colonial, possui vários objetos que pertenceram à Gilberto e a sua esposa Dona Magdalena. A última grande obra de Gilberto Freyre foi a instituição da Fundação, criada em 1987, que leva seu nome. O objetivo é não apenas reunir o patrimônio cultural, os bens e acervos da personalidade ilustre, mas também estimular a continuidade dos estudos da realidade nordestina, brasileira e do homem situado no trópico.

- **Instituto Ricardo Brennand**

Criado em 1990, composto por pinacoteca, museu, biblioteca e jardins, o complexo cultural está localizado numa área de 77.000m<sup>2</sup>, do antigo Engenho São João, onde o empresário Ricardo Brennand morou durante a maior parte de sua vida.

O conjunto envolve um salão de exposição com infraestrutura para abrigar mostras internacionais, mais de 10 mil publicações, incluindo acervo do professor José Antônio Gonçalves de Mello e do escritor Edson Nery da Fonseca, livros, hinos, partituras e músicas folclóricas, sacras e de câmara do padre Diniz, e o mais completo e rico acervo de armas brancas particular do Brasil. Envolve também pinturas orientalistas, armaduras e esculturas dos séculos XVI, XVII e XIX, provenientes de diversas partes da Europa.

- **Praça da Independência**

Situada no bairro de Santo Antônio, em pleno centro do Recife, a Praça da Independência já figurava na planta da Cidade Maurícia como o Terreiro dos Coqueiros, local onde funcionava um grande mercado durante o domínio holandês. Neste período, o logradouro foi chamado ainda de Praça Grande, Praça do Comércio e Praça da Ribeira.

Localizada no Bairro do Recife, foi centro de grandes manifestações políticas da cidade, lá, encontra-se a escultura do famoso artista Abelardo da Hora – “Três raças unidas na luta contra o invasor”, que foi erguida em 1954, ocasião das comemorações dos 300 anos da Restauração Pernambucana. Também encontramos o busto do paraibano de Umbuzeiro, Assis *Chateaubriand*, jornalista e criador do Diário de Pernambuco.

- **Sítio da Trindade**

Fica na Estrada do Arraial. Quando os holandeses conquistaram Olinda, em 16 de fevereiro de 1630, e foram derrotadas as fortificações do Recife, o general Matias de Albuquerque escolheu uma colina com distância razoável entre Recife e

Olinda, com fosso profundo, bastante lenha e água. Nele ergueu o Forte Real do Bom Jesus. Com isso, comerciantes, sacerdotes e várias famílias ali se instalaram.

### • Praça da República

A bela Praça da República, século XVIII, localizada no Bairro de Santo Antônio, abriga monumentos grandiosos da história Pernambucana, tendo o Rio Capibaribe dos dois lados. É formada por três jardins. No primeiro está a estátua do Conde da Boa Vista. O segundo e maior deles fica entre o Palácio da Justiça e o Palácio do Campo das Princesas.

Enfileiradas entre palmeiras imperiais existem oito esculturas de divindades clássicas e, no centro da praça, existe uma fonte luminosa e outro conjunto de esculturas. Neste jardim, encontra-se, ainda, um enorme baobá trazido da África e a estátua do engenheiro francês Vauthier, que construiu o palácio Princesa Isabel. No terceiro pedaço da praça, em frente ao Teatro, há uma estátua de ferro, de uma deusa. Existem também estátuas de Ceres, Diana, Minerva, Juno, Níobe, Vesta, Têmis e Flora.

### • Praça do Derby

A Praça do Derby, projetada por Roberto Burle Marx, foi construída entre 1924 e 1926. Durante muito tempo, num dos seus tanques, vivia um peixe-boi que fazia a alegria da criançada. À sua volta foram construídos diversos casarões, onde morava a aristocracia recifense. Hoje, em alguns desses casarões funcionam diversas clínicas e consultórios médicos.

### • Praça do Entrocamento

A Praça foi inaugurada em 1925, na gestão do Prefeito Antônio Correia de Góes, com o nome oficial de Praça Correia de Araújo, uma homenagem a um governador que Pernambuco teve em 1896.

Em volta da Praça do Entrocamento, devido ao acelerado processo de urbanização, os grandes casarões do passado foram transformados em

estabelecimentos comerciais de vários tipos: bancos, farmácias de manipulação, livrarias, entre outros. Atualmente, o logradouro representa uma artéria muito importante, por onde trafega grande parte dos veículos que vêm do subúrbio para o centro do Recife.

Anualmente, no mês de dezembro, a Praça do Entroncamento é iluminada por milhares de lâmpadas de Natal, que são colocadas em volta das árvores e plantas, do parque e dos postes. À noite, em especial, esse logradouro público se transforma em um magnífico cartão postal.

#### • **Praça de Boa Viagem**

Nesta praça, observamos um obelisco como marco da inauguração do calçamento da avenida, em 1926. Nele, quatro datas: 1654, vitória sobre os Holandeses; 1710, Recife elevada à categoria de vila; 1817, Revolução Republicana; 1824, Confederação do Equador. Também encontramos nesta praça uma feira de artesanato.

#### • **Praça de Casa Forte**

No ano de 1933, graças à intervenção do Prefeito Antônio de Góes, que revitaliza o pátio em frente à Igreja, a Praça vem a se tornar uma das mais belas do Recife. Quatro anos depois, em 1937, o Prefeito Novaes Filho transforma esse logradouro em um espaço de lazer, colocando-o à disposição da população pernambucana.

Considerada uma das mais bonitas do Recife, nela localizamos uma variedade de plantas amazônicas, dentre elas, a vitória-régia. O projeto paisagístico é de Burle Marx. Na praça e seus arredores, a gastronomia e o lazer andam juntos. Nas imediações, mora o escritor Ariano Suassuna. Como diz o nome, a praça fica localizada no Bairro de Casa Forte.

### • **Praça do Internacional**

O verdadeiro nome desta praça é “Praça Euclides da Cunha”, em homenagem ao grande escritor do livro “Os Sertões”. O paisagismo foi feito por Burle Marx, em 1934, com a idéia de fornecer à população recifense uma imagem da caatinga. Também conhecida como “Cactário da Madalena”, devido ao paisagismo com espécies deste Bioma.

Burle Marx utilizou as plantas da caatinga, desenhando um jardim com extrema dramaticidade, tal qual um mostruário, no qual a vegetação define faixas múltiplas circundantes partindo das árvores do sertão - pereiro, pau d’arco, jucá, juazeiro - no contorno da praça até atingir o canteiro central de cactáceas - do mandacaru, das macambiras, do xique-xique e do facheiro. A praça fica localizada no Bairro do Benfica em frente ao clube Internacional.

### • **Praça do Marco Zero**

A antiga Praça Rio Branco já foi arborizada e dividida em duas partes. Localizada no Cais do Porto, possuía um laguinho artificial com peixes e plantas aquáticas. Hoje, depois de uma reforma radical, a praça ganhou um painel de Cícero Dias, que cobre todo o chão e representa uma rosa dos ventos.

O monumento ao Barão de Rio Branco e o Marco Zero, que enfeitavam a Praça Rio Branco, foram preservados, embora tenham mudado de lugar. O Marco Zero, construído em 1938, representa o ponto de partida de todas as estradas que saem do Recife.

Da praça, observa-se o parque de esculturas criado por Francisco Brennand, com várias esculturas e um monumental obelisco do artista plástico. Uma vista que impressiona são as três ruas que confluem para a praça: Marquês de Olinda, Rio Branco e Barbosa Lima. Nesta, encontramos o prédio da bolsa de valores; na outra, o da Associação comercial, com seus vitrais e um salão nobre com a estátua de Hermes (Mercúrio), deus do Comércio construído em 1915, por iniciativa do Barão de Casa Forte, João Amorim.

- **Parque 13 de Maio**

Construído em 1939 em homenagem à abolição da escravidão, foi palco de memoráveis comícios após o Estado Novo. Possui bela vegetação, com árvores de grande porte, tais como: acácias, flamboyants e paus-brasil, e inúmeras palmeiras. Bustos em bronze estão espalhados por todo o parque, como o do ex-governador Dantas Barreto, do poeta Farias Neves Sobrinho, do grande historiador Pereira da Costa, a escultura de um vendedor de caldo de cana, um monumento aos cantadores, um monumento em homenagem à Força Expedicionária Brasileira e outro a Sabino Pinho, que introduziu a homeopatia no norte do País. Fica localizada entre as Ruas Princesa Isabel, João Lira, Hospício e Saudade no centro do Recife.

- **Parque de Dois Irmãos**

Uma das áreas mais aconchegantes do Recife. Localizado no Bairro de Dois Irmãos, é formado por um horto zôo-botânico que foi fundado em 1939 e revitalizado em 1997. O Zôo possui aproximadamente 650 animais de 120 espécies diferentes. A mata de Dois irmãos, na qual o parque está localizado, é uma área remanescente da Mata Atlântica, que conta com 390 hectares e abriga diversas espécies de fauna e flora. No horto está instalado o Museu de Ciências Naturais, criado em 1973, com mais de 2000 peças.

- **Praça do Arsenal da Marinha**

O nome verdadeiro é Praça Artur Oscar, uma homenagem ao general que comandou a quarta e última expedição contra o Arraial de Canudos, quando foi morto Antônio Conselheiro e seus seguidores. A praça Artur Oscar tinha, no início do século passado, apenas um obelisco e se chamou largo dos Voluntários da Pátria, passando a ser chamada de Arsenal da Marinha tempos depois. A área recebeu arborização, urbanização e passeio por volta de 1940. No centro da praça, localizada no Recife Antigo, está o busto em bronze do Almirante Tamandaré, que lutou na guerra do Paraguai e é o "Patrono da Marinha Brasileira".

### • Parque da Jaqueira

O parque, inaugurado em 1985, é a maior área livre de lazer da cidade, num espaço marcado por fruteiras e espécies ornamentais, como jaqueiras, mangueiras, jambeiros, sapotizeiros, pitangueiras, além de sombreiros, flamboyants, palmeiras imperiais, espatódeas, pau-brasil e xinxás.

A área, antes pertencente ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), passou por um período de abandono, antes da sua destinação como parque. Durante anos, foi sede do Campeonato Pernambucano de Futebol e da Feira do Comércio e Indústria de Pernambuco (Fecin). Em 1984, o terreno com 7 ha (70.000m<sup>2</sup>) foi cedido à Prefeitura do Recife em regime de comodato por vinte anos. Através da Lei Federal nº 10.175, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) foi autorizado a doar a área definitivamente ao Município do Recife.

O parque possui uma área de 75m<sup>2</sup> de belos jardins projetados pelo paisagista Carlos Beilandi, e áreas verdes com playground, pistas de Cooper, ciclovia, bicicross e patinação. Aglomera dois espaços distintos: o do sítio histórico, onde se localiza a capela de Nossa Senhora da Conceição da Jaqueira, e a parte destinada à prática de esportes, às atividades culturais e contemplativas.

## APÊNDICE B – Projeto de Interdisciplinaridade

Para facilitar a transmissão e a absorção do conhecimento, os seres humanos dividiram o conhecimento em vários compartimentos, comumente chamados de disciplinas. De acordo com Do Carmo (2004) essas formas de classificar o conhecimento são artificiais: raramente um problema se encaixa unicamente dentro dos limites de uma só disciplina. Não devemos fragmentar, e sim, unir. Isto nos alerta para a importância vital da contextualização. Sendo assim, é necessária uma abordagem que envolva várias disciplinas de forma integrada, ou seja, de forma interdisciplinar. Desta forma, pensou-se em trabalhar os aspectos da cultura local através do projeto interdisciplinar envolvendo as disciplinas citadas (p. 80).

O projeto será trabalhado através das situações citadas a seguir:

a) Estudar um centro histórico, um parque ou meio natural para que possam ser o ponto de partida. Daí, elaborar mapas e plantas de edificações, comparar com mapas antigos. Nesse sentido, trabalhar em matemática com as formas geométricas, escalas e medidas. Em artes, podemos explorar o desenho a mão livre.

b) Analisar os registros populacionais de uma determinada localidade são outros recursos a explorar, tendo como base a evidência histórico/cultural. Através da disciplina geografia, identificar os recursos e características que dão o caráter especial de uma localidade ou região e discutir as alternativas para sua preservação e, através da disciplina história, estudar os objetos e monumentos do passado que são a evidência concreta da continuidade e da mudança dos processos culturais.

c) Explorar o estudo dos componentes naturais, como as plantas e animais do lugar escolhido, trabalhar também com os poluentes químicos inorgânicos e biológicos do ar. Neste caso, trabalharemos com ciências biológicas.

d) Em português, podemos explorar o patrimônio através da compreensão de textos, estudando classes gramaticais, análise sintática, enfim.

Tal qual é a educação ambiental, este projeto deve ser desenvolvido ao longo dos anos, pois a educação ambiental deve ser contínua e permanente, para que assim possamos colher os frutos no futuro.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)